

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR (1940-
1990): ESPAÇOS, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E PROFESSORES**

GABRIELA DA SILVA SACHELLI

**MARINGÁ
2019**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR (1940-
1990): ESPAÇOS, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E PROFESSORES**

GABRIELA DA SILVA SACHELLI

**MARINGÁ
2019**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR (1940-1990):
ESPAÇOS, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E PROFESSORES**

Dissertação apresentada por GABRIELA DA SILVA SACHELLI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora: Profa. Dra. ANALETE REGINA SCHELBAUER

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sacchelli, Gabriela da Silva

S119e Educação rural no município de Apucarana-PR (1940-1990)
: espaços, instituições escolares e professores / Gabriela
da Silva Sacchelli. -- Maringá, 2019.

185 f. : il.

Orientador (a): Prof.a Dr.a Analete Regina Schelbauer.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Educação rural - Apucarana-PR. 2. Educação - História
e historiografia. 3. Instituições primárias - História. I.
Schelbauer, Analete Regina, orient. II. Universidade
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 21.ed. 370.19346

MAS-CRB 9/1094

GABRIELA DA SILVA SACCHELLI

**EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR (1940-1990):
ESPAÇOS, INSTITUIÇÕES E PROFESSORES**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer (Orientadora) –
UEM
Profa. Dra. Rosa Lydia Teixeira Corrêa - PUC-PR
Profa. Dra. Thais Bento Faria – PPE/UEM
Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG-PR
Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Aprovada em: 26/04/2019

Dedico este trabalho

Aos e às **estudantes** das Escolas Primárias
Rurais de Apucarana

Às **mulheres professoras** das Escolas
Primárias Rurais

AGRADECIMENTOS

Os caminhos percorridos para a conclusão deste trabalho de pesquisa não foram individuais, tive o apoio de pessoas e instituições que se tornaram essenciais para a minha trajetória e eu sou grata a cada um deles. Familiares, amigos, companheiros de pesquisa e meus/minhas queridos/queridas professores e professoras.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família pelo apoio em todas as fases de minha formação: minha mãe Maria Cleide da Silva, mulher forte, empoderada, foi o meu pilar, minha fortaleza; meu pai Francisco Sacchelli Filho, primeiro e constante professor, sempre me motivando aos estudos – “Filha você está estudando?”, “Tem que terminar o Mestrado” –, foi meu estímulo durante todo o processo, obrigada pai; meu filho Karlos Eduardo Sacchelli Aparecido, jovem de idade, porém com conhecimentos que vão além de seu tempo, meu companheirinho, meu grande motivo, a mamãe te ama Kadu; e, meu parceiro de todas as horas Déverson Rogério Rando, fundamental para esta conquista, ajudando-me, apoiando-me sempre, minha inspiração, eu te amo meu amor.

Aos meus avós – maternos: Arthur Franco da Silva e Mercedes Sanches e minha avó paterna Nair dos Santos Sacchelli – dos quais estive ausente durante o período do desenvolvimento desta pesquisa, sei o quanto sentiram, mas os momentos juntos foram fundamentais para o meu desenvolvimento, vocês são o alicerce da minha estrutura.

Gostaria de agradecer aos amigos e amigas por todo apoio e motivação, foram fundamentais para este processo: Isaías de Oliveira Júnior, Camilla Bolonhezi, Paula Moya, Rosana Cazadei, Sirley Maldonado, Sueli Dias, Antônio Marcos Dorigão, Vanessa, Adriana, Ricardo, Eromi, Débora, Maria Piai, Eliane, que me incentivaram desde a inscrição para a seleção, sempre com conselhos e ensinamentos valorosos, sendo grandes parceiros e parceiras nessa fase de minha vida.

Às funcionárias das instituições pesquisadas, cada uma que disponibilizou um momento dos afazeres do trabalho para me dar atenção, permitindo meu acesso aos documentos escolares, minha gratidão!

Aos amigos e amigas do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, essenciais, motivadores e inspiradores, obrigada pelo acolhimento e compreensão, pelo material compartilhado, pelo auxílio e troca de conhecimentos e cada lágrima derramada, vocês são inspiração, motivação e aprendizado.

Ao secretário do PPE-UEM Hugo Alex da Silva, sempre atencioso com os alunos e alunas, a forma como trata os estudantes faz toda a diferença na nossa rotina de trabalhos, obrigada por tudo!

Agradeço à minha banca de qualificação e defesa professora Dra. Anaete Regina Schelbauer, professora. Dra. Thais Bento Faria, professora. Dra. Rosa Lydia Teixeira Côrreia, professora. Dra. Maria Isabel Maura Nascimento e professora Dra. Maria Cristina Gomes Machado pela leitura e pertinentes observações a respeito do meu trabalho. Vocês tiveram um papel fundamental para a análise e desdobramento desta dissertação, foram apoio, alento e luz.

Agradeço à minha orientadora professora Dra. Anaete Regina Schelbauer, minha guia e luz, primeiramente por acreditar no meu potencial e por me oferecer suporte imprescindível em todos os momentos de dúvida e dificuldade, dedicando seu tempo e atenção. Minha orientadora é uma pessoa que, além de cumprir com suas funções profissionais, leva-nos a refletir sobre a nossa existência e evolução, obrigada por todas as palavras de incentivo, os conselhos e as conversas, você me possibilitou grandes aprendizados que eu levo não somente durante este período de pesquisa, mas para a minha vida.

A história nos fez, pelo esforço de nossos antepassados, detentores de um território prodigiosamente rico e de uma massa humana metida no atraso, mas sedenta de modernidade e de progresso, que não podemos entregar ao espontaneísmo do mercado mundial. A tarefa das novas gerações de brasileiros é tomar este país em suas mãos para fazer dele o que há de ser, uma das nações mais progressistas, justas e prósperas da Terra (RIBEIRO, 1995, p. 204).

SACCHELLI, Gabriela da Silva. **EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR (1940-1990): ESPAÇOS, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E PROFESSORES** 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Analete Regina Schelbauer. Maringá, PR, 2019.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa é tecido a partir da reconstrução histórica do processo de criação, institucionalização, expansão e extinção das Escolas Primárias Rurais do município de Apucarana, localizado na região norte central ou norte novo do Paraná (1940-1990), foi estabelecido como objetivo geral: pesquisar e analisar o processo de criação e institucionalização de Escolas Rurais no município de Apucarana, por meio da perspectiva da representação histórica de Escola Primária Rural que circulava no período delimitado, suas condições materiais e humanas. O recorte temporal inicia-se em 1940, década da constituição das primeiras Escolas Rurais e finalizam-se nos anos de 1990, caracterizando a cessação da maior parte destas instituições. A dissertação integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”, vinculado à Linha de Pesquisa “História e Historiografia da Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá-PR. A investigação foi desenvolvida por meio do conjunto de documentos escolares que faz parte do acervo da Autarquia Municipal de Educação, no Núcleo Regional de Educação e nas escolas pesquisadas, associados ao referencial teórico produzido e aos documentos oficiais. Para este objeto de pesquisa, foram catalogadas 90 Escolas Primárias Rurais, uma Escola de Trabalhadores Rurais e duas escolas de formação de professores, uma do Curso Normal Regional e uma do Curso Normal Secundário. Foram pesquisados também professores apucaraneses que lecionaram nas décadas mencionadas, a fim de identificar alguns profissionais, sua formação, bem como sua atuação profissional. Com este estudo, conclui-se que a Educação Rural no município foi de relevância para a expansão do ensino primário na região, tal pesquisa dá ênfase para a identidade escolar rural no campo da História da Educação e incorpora o quadro de pesquisas acerca das atividades de escolarização da população paranaense, contribuindo para a representação histórica destes sujeitos.

Palavras-chave: Educação Rural em Apucarana. História e Historiografia da Educação. História das Instituições Primárias.

SACCHELLI, Gabriela da Silva. **RURAL EDUCATION IN THE CITY OF APUCARANA - PARANÁ (1940-1990): SPACES, SCHOOL INSTITUTIONS AND TEACHERS** 185p. Dissertation (Master's in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Analete Regina Schelbauer. Maringá, Paraná, 2019.

ABSTRACT

This research work is made from the historical reconstruction of the process of creation, institutionalization, expansion and extinction of the Rural Primary Schools in the city of Apucarana, which is located in the central-north or new north in the state of Paraná (1940-1990). It was established as a general principle to (re)construct the scenery of Rural Primary Education in the city of Apucarana-Paraná (1940-1990), in order to research and analyse the stories that form the school education of a large part of the population of this city. The temporal cut starts in 1940, when the first Rural Schools were constituted and ends in the 1990's, when most of these institutions were closed. This dissertation is part of the Study and Research Group in "History of Education, Intellectuals and School Institutions", associated to the line of research "History and Historiography of Education", in the Postgraduate Program in Education of the State University of Maringá - Paraná. The investigation was developed from a set of school documents that are part of the collection of the Municipal Autarchy of Education, in the Regional Center of Education and in the researched schools, associated to the theoretical framework that were produced and the official documents. For this object of research, 90 Rural Primary Schools were catalogued, one School for Rural Workers and two Teacher Training Schools, one in the Normal Regional Course and other in the Normal Secondary Course. This work also made a research on teachers from Apucarana that taught in the mentioned decades, in order to identify some professionals, their formation, as well as their professional performance. It was concluded from this study that the Rural Education in the city was relevant to the expansion of the primary education in this region. This research emphasizes the rural school identity in the field of the History of Education and incorporates the research framework about the activities in schooling of the population in Paraná, contributing to the historical representation of these subjects.

Keywords: Rural Education in Apucarana. History and Historiography of Education. History of the Primary Institutions.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Taxa de Urbanização da População Brasileira (1940-1991).....72
- Gráfico 2** População Urbana e População Rural no Paraná (1950-1990).....73
- Gráfico 3** Perfil Cronológico das Escolas Primárias Rurais em Apucarana.....121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Articulações territoriais entre os municípios vizinhos de Apucarana .	46
Figura 2	Terras Colonizadas pela CMNP.	50
Figura 3	A primeira casa de Apucarana- Snr. Sakuma	54
Figura 4	1ª Igreja da Colônia Ucraniana.....	57
Figura 5	Estação Ferroviária de Apucarana (s/d	58
Figura 6	Retrato do Grupo Escolar de Apucarana (1943).	59
Figura 7	Fachada do Colégio Alberto Santos Dumont (2018)	59
Figura 8	Pé de café coberto de gelo, município de Apucarana, ano de 1955 .	62
Figura 9	Divulgação da produção de café em Apucarana.....	64
Figura 10	Desfile Cívico na Avenida Curitiba em Apucarana (1959).....	81
Figura 11	Relatório de Materiais da E.R.M. Pedro Álvares Cabral.....	86
Figura 12	Registro da Inauguração da Escola Nova Ucrânia	100
Figura 13	Escola Rural Municipal Cristóvão Colombo.....	102
Figura 14	Escola Rural Ana Nery – (1957).....	108
Figura 15	Escola Rural Municipal Ana Nery (1985).....	110
Figura 16	Documento Escola Rural Municipal Manoel Ribas	120
Figura 17	Construção da Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana....	124
Figura 18	Dados Estatísticos dos Alunos da E.T.R. de Apucarana.....	126
Figura 19	Plano de Execução da Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana.....	127
Figura 20	Fachada do Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (s/a)	130
Figura 21	Registro da solenidade de instalação da Escola Normal Regional	136
Figura 22	Foto da 1ª turma de professores formados em Apucarana	139
Figura 23	Wilde Borghi Formigoni	151
Figura 24	Propaganda dos anos de 1950	155
Figura 25	Professores e professoras das Escolas Isoladas, 22ª IRE	156

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa Geográfico do Estado do Paraná (1940).....	53
Mapa 2 Mapa da base demográfica e social do Estado do Paraná (1990)	70
Mapa 3 Localização das Escolas Rurais de Apucarana.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Trabalhos de pesquisa sobre a escolarização rural paranaense, dissertações e teses.....	25
Quadro 2 Trabalhos de pesquisa sobre a escolarização rural paranaense, artigos.	32
Quadro 3 Curso Primário Elementar – Quatro anos de estudos	80
Quadro 4 Disciplinas e Atividades do Curso Primário Complementar – Um ano	82
Quadro 5 Modelos de Ensino Primário (1946).....	83
Quadro 6 Programa da Disciplina de Linguagem	92
Quadro 7 Programa da Disciplina de Matemática	93
Quadro 8 Programa da Disciplina de Estudos Sociais	94
Quadro 9 Programa de Ciências Naturais e Higiene.....	96
Quadro 10 Listagem de Escolas Rurais do Município de Apucarana (2018)	103
Quadro 11 Ficha Diagnóstica da Escola Rural Municipal Ana Nery	109
Quadro 12 Listagem das Escolas Primárias Rurais	112
Quadro 13 Listagem de Escolas Primárias Rurais em Funcionamento em 1982	115
Quadro 14 Listagem de Escolas Urbanas – Ensino de 1º Grau	116
Quadro 15 Listagem de Autorização de Funcionamento das Escolas Rurais Municipais (1996)	118
Quadro 16 Listagem de recursos – Setor Agropecuário, Setor Pecuário (1973)	128
Quadro 17 Listagem de recursos – Setor Agropecuário, Setor Agrícola (1973)	129
Quadro 18 Currículo Escolar do Curso Normal Regional Pestalozzi de Apucarana (1952).....	141
Quadro 19 Ficha Estatística do ano de 1970 - Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana – Corpo Docente.....	144
Quadro 20 Corpo Docente do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana (1970).....	144

Quadro 21 Currículo Escolar do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana (1970).....	145
Quadro 22 Currículo Pleno para Habilitação para o Magistério – Ano de Implantação 1980 – Turno Diurno	146
Quadro 23 Professores e Professoras do Município de Apucarana	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Subdivisões em municípios e o crescimento populacional	48
Tabela 2 Alunos matriculados no Grupo Escolar Alberto Santos Dumont - curso primário (1967).....	60
Tabela 3 Demonstrativo de arrecadação anual do município de Apucarana ...	63
Tabela 4 Número de Habitantes Rural e Urbano em Apucarana nos anos de 1960 e 1970	65
Tabela 5 Recenseamento da população brasileira nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980	67
Tabela 6 Número de pobres e incidência da pobreza absoluta, Brasil 1980-1990	111
Tabela 7 Ensino Primário em Números (1963-1968).....	143
Tabela 8 Analfabetismo no Brasil de pessoas com 15 anos ou mais	153
Tabela 9 Taxa de Analfabetismo de Mulheres (1970-2000)	153
Tabela 10 Taxa de Analfabetismo de Homens (1970-2000).....	154
Tabela 11 Corpo Discente do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AME Autarquia Municipal de Educação
APM Associação de Pais e Mestres
CBA Ciclo Básico de Alfabetização
CMNP Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNER Campanha Nacional de Educação Rural
CTNP Companhia de Terras Norte do Paraná
FAP Faculdade de Apucarana
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEPAR Fundação Educacional do Estado do Paraná
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
EI Escola Isolada
EN Escola Normal
ENC Escola Normal Colegial
ENG Escola Normal Ginásial
ENP Escola Normal Primária
ENR Escola Normal Regional
ERM Escola Rural Municipal
ENS Escola Normal Secundária
EUA Estados Unidos da América
GE Grupo Escolar
HISTEDBR História, Sociedade e Educação no Brasil
IBC Instituto Brasileiro do Café
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEP Inspeção de Ensino Primário

INEP Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IRE Inspeção Regional de Ensino

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação e do Desporto

MOBRAL Movimento Brasileiro de Alfabetização

NRE Núcleo Regional de Educação

OEA Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

PAF Programa de Alfabetização Funcional

PEI Programa de Educação Integrada

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE Plano Nacional de Educação

PPP Projeto Político-Pedagógico

PPE-UEM Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Maringá

PR Paraná

PSS Processo Seletivo Simplificado

PUC-PR Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RBHE Revista Brasileira de História da Educação

SANEPAR Companhia de Saneamento do Paraná

SEC Secretaria de Educação e Cultura

SEEC Secretaria Estadual de Educação e da Cultura

SEED Secretaria de Estado da Educação

SME Secretaria Municipal de Educação

SP São Paulo

UEL Universidade Estadual de Londrina

UEM Universidade Estadual de Maringá

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFC Universidade Federal do Ceará

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR Universidade Federal do Paraná

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFU Universidade Federal de Uberlândia

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNESPAR Universidade Estadual do Paraná

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO DE UMA PESQUISADORA.....	34
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA RURAL NO CENÁRIO APUCARANENSE	44
2.1 Movimentos Políticos Paranaenses e a (Re) Ocupação do Município de Apucarana.....	45
2.2 Aspectos da movimentação populacional e as modificações econômicas do município nas décadas de 1950, 1960 e 1970.....	61
3 CENÁRIO EDUCACIONAL RURAL: ENTRE O IDEAL NACIONAL E ESTADUAL E O PRATICADO NO MUNICÍPIO	73
3.1 Debate sobre a Escola Primária Rural.....	73
3.1.1- Debate sobre Escola Primária Rural no Paraná	91
3.2 Escolarização da População Apucaranesa.....	98
3.3 Mapeamento das Escolas Primárias Rurais de Apucarana	101
3.3.1 Construção, Institucionalização e Extinção das Escolas Primárias Rurais	111
3.3.2 Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana	122
4 PROFESSORES DAS ESCOLAS RURAIS.....	131
4.1 Identidade Profissional das Professoras Apucaranesas.....	131
4.2 Feminização do Magistério: Mulheres e Professoras de Apucarana	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICES.....	180

ANEXOS	184
--------------	-----

CONSTITUIÇÃO DE UMA PESQUISADORA

*Vai diminuindo a cidade
Vai aumentando a simpatia
Quanto menor a casinha
Mais sincero o bom dia*
PATO FU

O trabalho de pesquisa consiste em um processo de formação e transformação no que tange ao sujeito e à sociedade. Desenvolve-se mediante um ciclo dialógico entre o indivíduo e o meio, nas dimensões da práxis dos conhecimentos debatidos em todos os ambientes de aprendizagem, onde os envolvidos conversam e os conceitos se misturam, se confundem, divergem e transformam-se.

A vida não é linear, ela é inconstante, assim como a pesquisa, por isto os projetos de vida se modificam e se constroem por meio daquilo que se vivencia. Permito-me associar a pesquisa aos projetos de vida, já que minhas vivências influenciam e são influenciadas no desenvolvimento da investigação acadêmica.

Quando menina, meu sonho era ser professora, brincava de dar aulas para os meus amigos que moravam na mesma rua, uma brincadeira inspirada no acompanhamento da rotina de trabalho de minha mãe, que atuava como bibliotecária em um colégio estadual. Este colégio se situava na periferia e atendia a crianças e jovens em situações de vulnerabilidade. Nesta mesma época, eu cursava o Ensino Fundamental em uma escola privada. As divergências existentes entre a escola que estudava e aquela que minha mãe trabalhava causavam-me espanto e indignação.

A desigualdade é uma problemática que me motiva à pesquisa e ao estudo na busca incessante de respostas, que me movem e me fazem movimentar outras pessoas. A escolha da graduação em Pedagogia partiu da premissa que ouvi de um professor do cursinho pré-vestibular do qual participei, dizia: “se quisermos mudar o mundo, a profissão seria a de professor”. Por isto, optei escolher a pedagogia sem, contudo, ter muitas respostas e sim mais questões. Concomitante a graduação, atuava em programas de estágio em escolas públicas, por intermédio de bolsas, e vivenciando, em alguns momentos, experiências que amadureciam o olhar pedagógico.

No ano de 2005, aos 19 anos, engravidei do meu filho Karlos Eduardo, momentos difíceis pela idade em que eu me encontrava, somados a dificuldades financeiras e de saúde. Hoje, interpreto como uma experiência valiosa ser mãe, educar, alimentar, cuidar da saúde de uma criança. Neste momento, convivo com um adolescente de 13 anos e que possui outras necessidades, mas com valores grandiosos, como amor ao próximo e empatia. Nossas conversas e experiências foram fundamentais para a constituição da pessoa que sou hoje.

As experiências vivenciadas tanto no cotidiano de vida, como na história profissional e acadêmica foram tecidas numa subjetividade de trocas. O prazer associado aos estudos provém de minha criação, tenho o privilégio de ter pais com formação acadêmica e que gostam de estudar. Eles forneceram meios e base para que eu também pudesse seguir esta mesma trilha.

Mulher, esposa, mãe, filha e professora, muitos papéis para uma só pessoa, papéis que se entrelaçam, se confundem, se ajudam e se atrapalham. Em 2010, decidi me aprofundar na área das Ciências Sociais, inscrevendo-me como aluna especial em três disciplinas do Programa de Mestrado da UEL-Universidade Estadual de Londrina: *Sociologia Etno Racial*, ministrada pela professora Maria Nilza, me deu uma visão sobre as condições de vida dos negros e negras brasileiras e a importância das ações afirmativas; a disciplina *Estado Brasileiro Pós-Golpe de 1964*, ministrada pelo professor Ronaldo Baltar, me enriqueceu com os apontamentos sobre as funções políticas do Estado; e, a disciplina *Transformações no Mundo do Trabalho*, ministrada pela professora Simone Wolff, direcionou meu olhar para as divisões de classe social e as desigualdades sociais brasileiras. Posteriormente, fui convidada pelo professor Eliel Machado para fazer parte do (GEPAL) Grupo de Estudos de Política da América Latina do qual sou muito grata pelas trocas de conhecimentos.

Após essa experiência na pós-graduação em Ciências Sociais, decidi que era necessário me aprofundar mais, então, matriculei-me na graduação em Sociologia, a qual concluí em 2015. A associação entre Pedagogia e Sociologia me permitiu uma concepção contextualizada sobre a Escola e as demais instituições sociais.

Durante esse período, a carreira profissional possibilitava a observação da prática escolar ao tratar e vivenciar as questões de estudo. Tive a oportunidade de lecionar para o curso de Formação de Docentes em Nível Médio, na Modalidade Normal (2007-2011), como Processo Seletivo Simplificado – PSS, no Colégio

Estadual Nilo Cairo. Foi minha primeira experiência com formação de professores, que me possibilitou ressignificar meu trabalho pedagógico.

Assumi como professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, após aprovação em concurso público, em 2012 no município de Apucarana. Já trabalhava como professora no Ensino Superior no Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana (FAP) desde 2011, onde estou até os dias de atuais e, na Universidade do Paraná – UNESPAR –, Campus de Apucarana, como professora a partir de 2015 onde atuo até o presente momento.

Construir-se como pesquisadora é um misto de emoções, conhecimentos e reconhecimentos. A aprendizagem na pós-graduação, assim como em outras etapas de estudo é contínua. Ao participar do processo seletivo para o Programa de Mestrado, as primeiras indagações me fizeram refletir sobre as contribuições que poderia oferecer para o Programa, saí da entrevista com mais dúvidas do que respostas a respeito de minha dedicação à educação até o momento, sobre o que eu realmente sabia e as possibilidades de pesquisa. É como se, a partir daquele momento, iniciasse uma nova fase de minha vida. Mesmo sem saber o resultado da seleção, aquela participação já fora muito proveitosa.

Com a matrícula no Programa de Mestrado em Educação na UEM- Universidade Estadual de Maringá, estava dada a possibilidade de novas reflexões, estudos e discussões sob a ótica da História e da Historiografia da Educação. As disciplinas eletivas e obrigatórias me forneceram base para a pesquisa: em *Ciência, Método e Educação*, ministrada pelos docentes Dr César de Alencar Arnaut de Toledo e a Dr^a. Marcília Rosa Periotto, sobressaíram os ideais de pesquisa e métodos na educação; a disciplina de *Fundamentos da Pesquisa em História da Educação*, ministrada pela Dr^a. Ednéia Regina Rossi e Dr^a Terezinha de Oliveira, teve um olhar voltado para as definições de campo de estudo, bem como as fases da pesquisa em História da Educação e as teorias da pesquisa; e, a disciplina *Escola Pública e Pensamento Educacional na Contemporaneidade*, ministrada pela professora Dr^a Anaete Regina Schelbauer, foi fundamental para a minha compreensão sobre o tratamento com as fontes, as formas de interpretação historiográfica, a visão sobre a História da Educação Pública, enfim, contemplou as necessidades teóricas daquele momento de formação.

Com todas as contribuições para a pesquisa em História e, conseqüentemente, à História da Educação, é válido ressaltar que a História deve

ser pensada, refletida e (re)escrita segundo preceitos bem elaborados. O pensar a História apenas como uma ciência que busca justificar o presente é um erro, como ressalta Le Goff (2003, p. 15):

Esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tomar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para o respeitar e evitar o anacronismo.

Concomitante à disciplina *Seminário de Pesquisa*, ministrada pela professora orientadora Dr^a. Anaete Regina Schelbauer, e graças aos seus subsídios foi feita a (re)elaboração do projeto de pesquisa, que mudou significativamente no decorrer desse período. É importante ressaltar que os encontros com o *Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares* me deram o privilégio de trocar experiências com os amigos e amigas, permito-me chamá-los assim, visto que os laços que constituímos nas reuniões foram de amizade, respeito e solidariedade, necessários para a construção e melhoria do meu trabalho de pesquisa. Desta forma, posso afirmar que o resultado obtido neste processo não foi individual, mas coletivo, cada um foi essencial para o resultado obtido e para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

Posteriormente, foi feito o mapeamento das instituições que poderiam ser investigadas no município e as visitas às instituições pesquisadas, desde o inventário das fontes para verificação da viabilidade da pesquisa no início, até sua seleção, análise e relação com os conteúdos já produzidos. Como as idas e vindas a estes locais passaram a ser rotineiras, o contato com os funcionários fez com que se criassem vínculos afetivos. Em algumas instituições, ganhei até mesmo um local de estudo, com mesa e cadeira, tive o privilégio de acompanhar o cotidiano destas instituições, alinhando passado e presente em um diálogo. Com os registros, foi possível identificar os funcionários que trabalhavam em outros contextos históricos, mas no mesmo local, dando um valor emocional à análise dos fatores empíricos institucionais.

O contato com as fontes legitimam o estudo, dando suporte à pesquisa histórica. Tais documentos são vestígios da existência daquela instituição de ensino

e dos sujeitos que nela dedicaram períodos de suas vidas. Ingenuamente, acreditava que as fontes me dariam respostas às questões que pretendia desenvolver, porém, ao conhecê-las, percebi que, na verdade, elas nos fornecem mais questões do que respostas, sendo papel do historiador ou historiadora dar significado a elas com o auxílio de leituras sobre outras pesquisas já realizadas.

Os aportes teóricos e as leituras durante o curso das disciplinas, assim como a participação no grupo de estudos e as orientações foram fundamentais para o processo de escrita dissertativa. A inquietude da pesquisa serve como suporte e movimenta todo o trabalho de exploração das fontes, numa relação entre teoria, experiências pessoais e profissionais, leituras, trocas de ideias e análise das fontes documentais e iconográficas, enfim, permito-me afirmar que a pesquisa é viva.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação contempla a área de pesquisas acerca das Instituições Escolares Primárias Rurais paranaenses, possibilita, juntamente com outras investigações que serão mencionadas no trabalho, avançar no entendimento sobre a História da Educação no Paraná.

A atual dissertação é parte integrante do *Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, que constitui um grupo de trabalho coletivo, portanto fundamental para o enriquecimento teórico e pessoal de seus/suas integrantes. Neste sentido, o trabalho de pesquisa não é único, é parte significativa de um grupo de pesquisas que fornece e recebe meios para possibilitar a escrita histórica. Desta forma, é inevitável refletir que todo trabalho científico não deve ser individualizado e sim um trabalho em grupo, visto que se baseia em outros trabalhos e pode fornecer dados para pesquisas posteriores, assim como pode acrescentar informações relevantes, tornando-se parte integrante para demais estudos.

A escolha do município de Apucarana para a pesquisa deveu-se, inicialmente, à minha origem familiar, a cidade onde foi constituída parte da nossa vida escolar e profissional. Foi o trabalho em escolas públicas deste município que possibilitou a motivação para a pesquisa nesta região, ainda pouco explorada quando nos referimos à presente temática.

Escrever requer estudo, pesquisa e dedicação, e, além destes aspectos, precisamos atentar para as motivações pessoais, que dizem respeito a toda nossa trajetória pessoal e acadêmica. Na disciplina optativa *Escola Pública e Pensamento Educacional na Contemporaneidade* (2017), a professora Analete Regina Schelbauer nos apresentou o artigo *Pânico da Folha em Branco? Para aprender a superar o medo de escrever*, Machado (2008) expõe suas experiências com o doutorado e aborda técnicas para ultrapassar os problemas da escrita, possibilitando ao estudante se identificar com a problemática e buscar superar tais dificuldades.

Ao começar um texto, preciso selecionar a primeira palavra, para continuar a segunda e assim por diante. Escrever exige um exercício continuado de escolhas. Mas, ao privilegiar uma palavra, todo o restante do acervo da língua em questão necessariamente é excluído. O dilema está posto: tantos sinônimos, tantas palavras para expressar uma ideia que, para se inscrever na materialidade do suporte material ou virtual (folha, tela, areia, pedra, argila, madeira, metal, couro, pele etc.), precisa tomar uma forma e impõe uma decisão. Tomar decisões é escolher e excluir. Excluir dói! No outro e também em si. Faz sentir culpa e gera recuo (MACHADO, 2008, p. 11).

Um das dificuldades do ser humano está nas escolhas e escrever não deixa de ser uma escolha. Na atual pesquisa, tais eleições, como o objeto a ser pesquisado, a metodologia a ser adotada, demandam seleção e, portanto, exclusão. O ato da escrita e da escolha também nos permite aprender, e aprender é amadurecer individualmente e permitir que toda a sociedade tenha a oportunidade de conhecer aquilo que pesquisou e, por meio da publicação, deixar um legado de conhecimento historicamente produzido que, posteriormente, poderá ter continuidade, contribuindo, assim, para promover desenvolvimento humano e social.

É necessário pensar que o objeto de pesquisa não é dado, mas um conjunto de possibilidades que deve ser constatado e inferido, com base em perspectivas. Por isso, o texto revela a formação, a experiência, os valores e a criatividade do/a pesquisador/a. A pesquisa ocorre com base no material teórico produzido, bem como na experiência acadêmica de quem pesquisa, evidenciando sua trajetória como indivíduo pertencente ao cenário pesquisado.

Para a realização do trabalho atual, foram consultadas as publicações realizadas até o presente momento sobre as seguintes temáticas: história das escolas rurais do estado do Paraná, a profissionalização de professores em Apucarana e a identidade dos docentes rurais. Tais estudos foram organizados em dois quadros, o quadro 1 *Trabalhos de pesquisa sobre a escolarização primária rural paranaense, dissertações e teses*, corresponde às teses e dissertações encontradas na área, com a finalidade de evidenciar a sua colaboração para o estudo atual; o quadro 2, intitulado: *Trabalhos de pesquisa sobre a escolarização primária rural paranaense, artigos*, organiza os artigos publicados em ordem cronológica.

Quadro 1 Trabalhos de pesquisa sobre a escolarização rural paranaense, dissertações e teses.

Nº	Autor/a	Instituição/Ano	Título	Estrutura
1	Marlene Rosa Cainelli	UFPR – 1994	Entre a Roça e o Ditado: A Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963	Dissertação
2	Maria Regina Clivati Capelo	UNICAMP – 2000	Educação, Escola e Diversidade Cultural no Meio Rural de Londrina: Quando o Presente Reconta o Passado	Tese
3	Edson Barreiro	UEM – 2007	Políticas Educacionais e Escolas Rurais no Paraná – 1930-2005.	Dissertação
4	Cibele Introvini Ritt	UEM – 2009	Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo, PR – 1947 a 1971	Dissertação
5	Denise Kloeckner Sbardelotto	UEPG – 2009	O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira Oeste Paranaense: a criação da primeira Escola Normal Secundária pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná	Dissertação
6	Vitorina Candida Corrêa Bertonha	UEM – 2010	Da Escola Isolada ao Grupo Escolar: O Processo de Escolarização Primária em Sarandi-PR (1953-1981)	Dissertação
7	Luciana Hervatini	UEM – 2011	A Escola Normal Regional e suas Práticas Pedagógicas: dois retratos de um ensino de um mesmo cenário no interior do Paraná	Dissertação
8	Jehny Zélia Kalb Facchi	UNIOESTE-2013	História da Formação de Professores em Cascavel entre 1951 e 1971: A trajetória das Escolas Normais Carlota Moreira e Irene Rickli.	Dissertação
9	Isabel Francisco de Oliveira Barion	UEM – 2014	Educação em Cambé: História e Memória da Escola Bratislava (1934-1949)	Dissertação
10	Carla Cattelan	UNIOESTE – 2014	Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981:	Dissertação

			Escola Multisseriada	
11	Lucimara Lemiechek	UNIOESTE – 2014	Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul-PR (1946-1980).	Dissertação
12	Cicília Rodrigues Monteiro	UEM – 2015	Contribuições de Erasmo Pilotto para Expansão do Ensino Primário no Paraná: Ensino Rural, Alfabetização e Formação de Professores (1940-1970)	Dissertação
13	Elena Pericin Gomes Cornicelli	UEM – 2015	História da Educação Rural de Astorga: Práticas Educativas e Organização Institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980)	Dissertação
14	Rosangela de Lima	UEM – 2015	História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950-1990)	Dissertação
15	Micheli Tassiane Schmitz	UNIOESTE – 2015	Análise Histórica do Fechamento das Escolas Localizados no Campo nos Municípios que Compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: O Caso das Escolas da Comunidade Canoas – Município de Cruzeiro do Iguaçu – 1980-2014.	Dissertação
16	Andressa Lariani Paiva Gonçalves	UEM – 2016	O Ensino Normal Regional em Cianorte-PR: Da Institucionalização às Práticas e Saberes Pedagógicos (1957-1964).	Dissertação
17	Simone Burioli Ivashita	UEM – 2016	Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): representações de ensino, professor e escola rural.	Tese
18	Thais Bento Faria	UEM – 2017	Paraná, Território de “Vocação Agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)	Tese
19	Elisângela Zarpelon Aksenen	PUC/PR – 2018	A UNESCO e suas relações com a Educação Rural no Brasil, no Paraná e em Prudentópolis (1936-1996)	Tese

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora (2018).

A ponderação sobre as produções realizadas até o momento da pesquisa considera o material publicado entre os anos de 1994 e 2018, serve de base para novas pesquisas, além de viabilizar informações necessárias para o presente estudo.

O quadro 1, que organiza os trabalhos de dissertações e teses produzidos sobre as temáticas já descritas anteriormente, resultou da consulta aos bancos de teses e dissertações das seguintes universidades: UEM, UEPG, UFPR, UNIOESTE, UNICAMP e PUC-PR, totalizando 19 trabalhos publicados sobre as áreas pesquisadas até 2018.

A pesquisa sobre instituições escolares tem sido de grande relevância para a área de História da Educação no Brasil, pois cada instituição escolar carrega em si marcas da comunidade em que está inserida, bem como se constitui como um espaço de produção da realidade educacional de épocas distintas. Desta forma, é necessário analisar todo o contexto relacionado com a instituição pesquisada no intuito de relacioná-la ao processo em que se deu a consolidação de sua identidade (BARION, 2014, p. 14).

A complexidade do estudo em instituições escolares nos possibilita uma variedade de probabilidades de pesquisa, por sua vez, o olhar acerca dos trabalhos já escritos nos conduz aos caminhos traçados anteriormente e fornece novos trajetos a serem percorridos.

Ao elencar os trabalhos publicados, é imprescindível atentar para o contexto em que cada um foi pesquisado, assim como seu objeto de estudo, servindo como ferramenta de leitura. Estes elementos, por serem interpretados sob momentos históricos e políticos determinados, devem ser considerados na análise.

A Escola Primária Rural tem suas singularidades, assim como outros espaços, existe toda uma cultura e diversidade enriquecedora que permite estudos no campo da História da Educação e, ao adentrar neste espaço, demanda comprometimento teórico e respeito à identidade cultural. Além do contexto histórico, o espaço geográfico contempla ainda um emaranhado de especificidades.

A tese de doutorado de Capelo (2000), *Educação, Escola e Diversidade Cultural no Meio Rural de Londrina: Quando o Presente Reconta o Passado*, contribui e favorece o olhar para a dinâmica cultural, explicitada no contexto da Escola Rural em Londrina. Neste sentido, a região estudada pode responder ou não

a uma demanda nacional. A dissertação de Ritt (2009), *Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo, PR – 1947 a 1971*, investiga sobre o processo de escolarização rural no município de Campo Mourão-PR, nos anos de 1947 a 1971, bem como o processo de consolidação do município. Estes estudos contribuem não somente às áreas da História da Educação, como à História do Município analisado.

Sob a mesma perspectiva, a dissertação de Bertonha (2010), intitulada *Da Escola Isolada ao Grupo Escolar. O Processo de Escolarização Primária em Sarandi-PR (1953-1981)*, possibilita o acesso à história da educação rural do município de Sarandi-PR, em consonância com a história do município citado.

O trabalho de Barion (2014), *Educação em Cambé: História e Memória da Escola Bratislava (1934-1949)*, teve como objetivo “realizar um levantamento sobre a história e a memória da Escola Bratislava por meio da constituição de fontes e informações” (BARION, 2014). Os resultados da dissertação constataram que o espaço escolar pesquisado foi consolidado em meio a conflitos e resistência dos moradores locais, pela preservação da identidade local, em relação às mudanças nacionais promulgadas.

Na linha de Pesquisa *Sociedade, Conhecimento e Educação* da UNIOESTE, a dissertação de Cattelan (2014), *Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: Escola Multisseriada*, teve como objetivo “analisar a construção histórica e educacional que permitiu a estruturação das escolas multisseriadas” (CATTELAN, 2014). Desta forma, visa compreender também os desafios pedagógicos e administrativos em articulação com aspectos sociais, econômicos, políticos e históricos.

A dissertação no campo de História e Historiografia da Educação, desenvolvida por Cornicelli (2015), *História da Educação Rural de Astorga: Práticas Educativas e Organização Institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980)*, investiga o percurso histórico da organização institucional da Escola Rural Água de Astorga, recorte temporal de 1957 a 1980. Foram considerados os métodos de ensino, as relações interpessoais, a formação dos docentes, dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa da Lima (2015), do Mestrado em Educação, *História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950-1990)* na Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação, colabora com um grupo de pesquisas sobre a história do

ensino primário rural no Estado do Paraná, especificamente no município de Cianorte no período de 1950-1990, relacionando-se com a fundação do patrimônio. Na análise das fontes, foram caracterizadas a organização do ensino, as causas da cessação e extinção das escolas primárias rurais em Cianorte, utilizando-se de um inventário de documentos escolares encontrados e organizados pela pesquisadora.

A dissertação de Schmitz (2015), *Análise Histórica do Fechamento das Escolas Localizadas no Campo nos Municípios que Compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: O Caso das Escolas da Comunidade Canoas – Município de Cruzeiro do Iguaçu – 1980- 2014*), traz um estudo sobre o processo de fechamento das escolas rurais do núcleo de Dois Vizinhos. O levantamento dos fatores que levaram à cessação de atividades nas escolas pesquisadas se deu por meio de entrevistas com as pessoas das comunidades referidas.

As teses e dissertações elencadas sobre as Escolas Primárias Rurais contemplam uma variedade de questões, como os processos de fundação dos patrimônios, a abertura das escolas em consonância com os movimentos populacionais, as características de instituições escolares e os processos de extinção e fechamento, as quais podem variar ou se assemelham, dependendo de seus contextos.

Portanto, há diferentes maneiras de estruturar a pesquisa, a dissertação de Cainelli (1994), *Entre a Roça e o Ditado Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963*, teve como objetivo analisar a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963), os pressupostos norteadores de seu desenvolvimento e sua atuação em Londrina –PR, explicando o surgimento da Campanha e o seu contexto histórico. Obteve como resultado a caracterização de um novo homem, presente nas campanhas de educação dos anos 1930 e 1950.

A dissertação de Bareiro (2007), *Políticas Educacionais e Escolas Rurais no Paraná – 1930-2005*, faz uma retrospectiva histórica sobre as políticas públicas para a educação rural paranaense associada às frentes pioneiras e à cultura agrícola, bem como à dinâmica populacional de 1930 até os anos 2000. O debate sobre as políticas educacionais comporta a visão aos interesses legislativos referentes à educação e como este olhar é modificado e transformado dependendo das inquietudes daqueles que governam a educação. O sentido de governar não se limita apenas ao representante político, mas às demandas nacionais e internacionais, aos movimentos populares e regionais.

A pesquisa de Monteiro (2015), intitulada *Contribuições de Erasmo Pilotto para Expansão do Ensino Primário no Paraná: Ensino Rural, Alfabetização e Formação de Professores (1940-1970)*, representa uma relevante contribuição na pesquisa sobre expansão do ensino primário no Paraná. Tem como foco o aporte do intelectual Erasmo Pilotto, suas ações sociais e políticas, a visão de formação de professores em consonância com os ideais do modernismo, em ênfase no período estudado.

A tese de doutorado *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): representações de ensino, professor e escola rural*, de Ivashita (2016), trata sobre a formação de professores do Paraná e analisa as publicações do Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, tendo como recorte temporal o período 1951 a 1953.

A tese de Aksenon (2018) *A UNESCO e suas relações com a Educação Rural no Brasil, no Paraná e em Prudentópolis (1936-1996)*, apresenta a UNESCO e a sua influência sobre as Escolas Rurais brasileiras no período compreendido entre 1936 e 1996.

A pesquisa de Sbardelotto (2009), *O Desenvolvimento dos Cursos de Formação de Professores Primários na Fronteira Oeste Paranaense: A Criação da Primeira Escola Normal Secundária Pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná da UEPG*, delimita-se entre os anos de 1946, quando da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, e 1960, ano de conclusão da primeira turma da referida Escola Normal. Teve como objetivo analisar os aspectos econômicos, políticos e educacionais que determinaram o desenvolvimento dos cursos de formação de professores até a criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu”.

O estudo acerca da formação de professores promove a interpretação sobre as necessidades e interesses das práticas educativas e a forma como eram planejadas e realizadas na escola primária. Seus desdobramentos e tendências evidenciam questões que eram almejadas naquele contexto histórico.

Dentre os trabalhos defendidos no campo de História e Historiografia da Educação e História das Instituições Escolares, temos a dissertação de mestrado de Hervatini (2011), com o título *A Escola Normal Regional e suas Práticas Pedagógicas: dois retratos de um ensino de um mesmo cenário no interior do Paraná*. Este estudo contribuiu de forma significativa para esta pesquisa, por possibilitar o acesso à história da formação de professores para as escolas primárias

rurais nos municípios de Apucarana e Maringá. Propõe ainda a associação entre a história destes municípios, a história da educação nacional e paranaense em concomitância com a formação de professores destinada à educação rural.

A dissertação apresentada por Facchi (2013), *História da Formação de Professores em Cascavel entre 1951 e 1971: A Trajetória das Escolas Normais Carola Moreira e Irene Rickl*”, tem como objetivo “analisar o percurso histórico e a estruturação das Escolas Normais de Cascavel, bem como compreender os desafios políticos e pedagógicos enfrentados pelos docentes naquele período, assim como as práticas escolares empreendidas para superá-los” (FACCHI, 2013).

A pesquisa de Mestrado em Educação de Lemiechek (2014), *Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul-PR (1946-1980)*, teve como objeto de estudo a constituição da formação de professores normalistas no município estudado.

Na dissertação *O Ensino Normal Regional em Cianorte-PR: Da Institucionalização às Práticas e Saberes Pedagógicos (1957-1964)*, Gonçalves (2016) evidencia o processo de institucionalização da Escola Normal Regional em Cianorte-PR e sua cultura nos anos de 1957 a 1964.

A pesquisa de Faria (2017), *Paraná, Território de “Vocação Agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)*, teve como objetivo historiar o Curso Normal Regional no estado do Paraná, com foco no processo de interiorização. Contempla a institucionalização e expansão dos Cursos Normais Regionais no Paraná.

Os trabalhos descritos favorecem os estudos em História da Educação paranaense e também enriquecem a presente pesquisa ao tratar sobre estudos voltados às histórias das instituições escolares rurais deste estado, com uma maciça representatividade por meio dos grupos de estudos e pesquisas, sendo significativa para compor a História e Historiografia da Educação Nacional. Enfatiza-se o diálogo dos/das autores/autoras com outras pesquisas já defendidas, evidenciando o trabalho do/da historiador/historiadora como uma construção viva e coletiva.

Sob esta premissa, faz-se necessário visitar os artigos publicados a respeito do assunto, de modo a possibilitar a amplitude de conhecimentos, assim como evidenciar as temáticas que estão sendo discutidas nos periódicos que debatem a História da Educação. O quadro 2 – Trabalhos de pesquisa sobre escolarização rural paranaense – sistematiza, a seguir, os artigos encontrados nos periódicos.

Quadro 2 Trabalhos de pesquisa sobre a escolarização rural paranaense, artigos.

Nº	Autores/as	Instituição/Ano	Título	Periódico
1	Fátima Maria Leitão Araújo	UFC-2011	Educação Rural e Formação de Professores no Brasil: Gênese de uma Experiência Pioneira.	Cadernos de História da Educação
2	Analete Regina Schelbauer; Wenceslau Gonçalves Neto	UFU-2013	Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX	Cadernos de História da Educação
3	Flávio Anício Andrade	UFRJ-2014	Escola como Agência de Civilização: Projetos Formativos e Práticas Pedagógicas para a Educação Rural no Brasil (1946-1964)	História da Educação On-line
4	Analete Regina Schelbauer	UEM-2014	Da Roça para a Escola: Institucionalização e Expansão das Escolas Primárias Rurais no Paraná (1930-1960)	História da Educação On-line
5	Maria Cristina Soares de Gouvêa; Rosa Fátima de Souza	UFMG-2016	Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade	Revista Brasileira de História da Educação
6	Andressa Lariani Paiva Gonçalves; Analete Regina Schelbauer	UEM-2016	A cultura escolar e a formação de professores em Cianorte/PR: da institucionalização às práticas e saberes pedagógicos (1957-1964)	Cadernos de História da Educação
7	Rosângela de Lima; Analete Regina Schelbauer	UEM-2015	As escolas rurais e a organização do ensino primário em Cianorte-PR (1950-1990)	Revista HISTEDBR On-line
8	Simone Burioli Ivashita; Analete Regina Schelbauer	UEM-2017	Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): Representações sobre a Escola Rural	Revista HISTEDBR On-line
9	Elisângela Zarpelon Aksenon Maria Elisabeth Blanck	PUC-SP-2017	A Educação Rural no Paraná no Início do Século XX: A Voz dos	CBHE

Miguel		Documentos Oficiais	
--------	--	---------------------	--

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora (2017-2018).

Após a delimitação do campo, averiguamos as pesquisas publicadas sobre a temática *Escola Primária Rural Paranaense*, tendo sido encontrados oito artigos e um dossiê. O levantamento foi feito por meio de análise nos *sites* específicos de história da educação, Revista Brasileira de História da Educação, Cadernos de História da Educação, História da Educação On-line, Revista HISTEDBR On-line.

As contribuições da historiografia da educação são bastante recentes no Brasil, iniciaram-se por volta das décadas de 1960 e 1970, como destacam Vidal e Faria Filho (2003, p. 37-38):

A partir do fim dos anos 1960 e início dos 70, com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país (o da PUC-Rio, em 1965, e da PUC-SP, em 1969, foram os primeiros a se constituir), e dos anos 1980, com a criação do Grupo de Trabalho “História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1984, e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), em 1986, cresceu substantivamente a produção de trabalhos em História da Educação no Brasil. Ao mesmo tempo foi-se constituindo uma certa identidade, ainda que multifacetada e plural do historiador da educação. No entanto, já desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circularam no País e no exterior.

Tais contribuições favorecem não somente o campo da história da educação, como o campo da história e de outras áreas; (re) contar, ou (re) escrever a história da humanidade é imprescindível para um fazer individual e favorece o pensar social.

O Dossiê publicado por Gouvêa e Souza (2016) na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), intitulado *Escolas Isoladas e Reunidas: A Produção da Invisibilidade*, tem por objetivo reunir textos de pesquisas de duas nações (Brasil e México), e de diversos estados brasileiros (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) nos séculos XIX e XX.

O artigo *Educação Rural e Formação de Professores no Brasil: Gênese de uma Experiência Pioneira*, de Araújo (2011), contribui para a área de história e historiografia da educação brasileira com o recorte temporal da década de 1930. Coloca em discussão o ruralismo pedagógico no cenário de um país que buscava

incluir-se no rol de países industrializados e desenvolvidos economicamente, o trabalho também faz análise dos programas e projetos educacionais da época.

Em *Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX*, Schelbauer e Gonçalves Neto (2013), têm como objetivo “compreender as particularidades que marcaram o ensino primário rural agrícola no Paraná e suas características de aproximação com as tematizações no cenário nacional entre as décadas de 30 a 50 do século XX”. Para tanto, analisa mensagens e relatórios de governadores estaduais e interventores federais do estado mencionado, assim como documentos oficiais, como leis, decretos e regulamentos das escolas rurais pesquisadas.

O artigo intitulado *Escola como Agência de Civilização: Projetos Formativos e Práticas Pedagógicas para a Educação Rural no Brasil*, de Andrade (2014), tem como proposta analisar as escolas rurais brasileiras no contexto de urbanização e industrialização do país na segunda metade do século XX. Toma por base os projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural.

Schelbauer (2014), em *Da Roça para a Escola: Institucionalização e Expansão das Escolas Primárias Rurais no Paraná (1930-1960)*, propõe-se a abarcar a institucionalização e a expansão das escolas primárias rurais no estado do Paraná, no período 1930-1960. As fontes de pesquisa foram mensagens e relatórios dos governadores, além da produção acadêmica nesta linha de pesquisa.

No caso do Paraná, as produções estão circunscritas a abordagens mais recentes sobre as escolas do campo e as escolas uni-docentes para a zona rural. Os estudos de caráter histórico estão focalizados nas políticas educacionais para tais escolas, na formação de professores para o meio rural, escolas de trabalhadores rurais, dentre outros temas mais específicos. No entanto, a leitura destas produções permite identificar nuances da temática em meio ao contexto paranaense das décadas de 1930 a 1960, assim como evidenciam a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre o processo de institucionalização e de expansão da escola primária no meio rural, o qual está inscrito de forma lacunar no âmbito da historiografia da educação paranaense (SCHELBAUER, 2014, p. 74).

Esta autora destaca ainda a necessidade da pesquisa em história da educação rural paranaense, que, por meio do estado da arte, permite constatar a carência de pesquisas na área, deixando uma lacuna na história da educação brasileira.

O artigo intitulado *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): Representações sobre a Escola Rural*, publicado por Ivashita e Schelbauer (2017), apresenta a reconstrução de debates sobre as escolas primárias rurais publicados pelo Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, nos anos de 1951 e 1953, pautados em conceitos de representação de Chartier.

Aksenen e Miguel (2017) publicaram, no IX – Caderno Brasileiro de História da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, o artigo *A Educação Rural no Paraná no Início do Século XX: A Voz dos Documentos Oficiais*. O artigo [...] “investiga a educação rural no estado do Paraná nas três primeiras décadas dos anos noventa, por se tratar de um período em que as discussões em torno do meio rural nesse estado tornaram-se incipientes” (AKSENEEN; MIGUEL, 2017).

Gonçalves e Schelbauer (2016), no artigo *A cultura escolar e a formação de professores em Cianorte-PR*, publicado no periódico *Cadernos de História da Educação*, apresentam os resultados parciais da pesquisa que investigou a institucionalização do Ensino Normal Regional no Município de Cianorte-PR, bem como sua cultura material nos anos de 1957 a 1964.

O último artigo inventariado, *As escolas rurais e a organização do ensino primário em Cianorte-PR (1950-1990)* publicado pelas pesquisadoras Lima e Schelbauer (2015) na Revista HISTEDBR On-line, [...]“ apresenta resultados parciais da pesquisa que objetivou investigar a história do ensino primário rural do Município de Cianorte-PR, entre as décadas de 1950 e 1990”.

Durante o período de elaboração desta dissertação de mestrado, foram atualizadas as tabelas referentes às publicações na área de História das Instituições Escolares com ênfase na história das escolas rurais paranaenses, com vistas à permanente atualização da pesquisa. As divergências de nomenclaturas nas diferentes épocas são comuns, devido às mudanças administrativas, à variedade de documentação e às mudanças nas normativas e regulamentos escolares.

Urbano, rural, cidade e campo são termos diferentes que, em cada época, adquirem significados variados em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental, religiosa, social, dentre outras. Vale ressaltarmos, porém, que, muitas vezes, urbano/cidade e rural/campo sejam tomados como sinônimos (LIMA, 2015, p. 36).

A alternância de nomenclaturas é evidente no presente trabalho, sendo que, em alguns momentos, acompanharam o movimento populacional no interior da cidade, variando entre rural/campo e urbana.

A revisão elaborada nos quadros 1 e 2, com base nas pesquisas realizadas até o presente momento, possibilita constatar as formas de Educação Rural em vários municípios do estado do Paraná, a particularidade da delimitação espacial e elucida, além do ideal de educação, a história deste estado, sua singularidade econômica predominantemente agrícola, a diversidade étnica e as formas de (re) ocupação do território, suas políticas e a influência destas no fazer docente e discente.

A instalação, institucionalização e, em algumas pesquisas, a abordagem sobre a extinção e cessação das instituições possibilitam-nos reviver como se organizou a instrução nas localidades de agrupamento populacional e a migração destes para espaços urbanos. A precariedade das condições dos prédios onde a educação primária rural acontecia foi relatada de modo quase unânime, divergindo claramente dos modelos de Grupos Escolares na mesma época e situados em espaços urbanos. A cultura escolar presente na dinâmica docente e discente, as prescrições e as formas de efetivação prática estão descritas nas fontes documentais. As pesquisas sobre a formação de professores para a atuação nas escolas rurais permitem a análise sobre o ideal de educação rural e a formação da identidade profissional docente, enriquecendo a operação historiográfica, porém na singularidade de cada município pesquisado.

Durante algum tempo, a história da educação primária rural permaneceu oculta, ou à margem da pesquisa em história da educação, uma vez que não representava a ideia de modernidade desejada naquele momento histórico, apesar de a população rural, neste mesmo recorte temporal, representar a maior parte da população. Furtado, Schelbauer e Figueiredo de Sá (2015) apontam, na obra *História da Escola Primária no Brasil*, alguns dados importantes para esta análise:

A população que residia no meio rural representava cerca de 69% dos 41.236.315 brasileiros nos anos de 1940. Situação que começou a ser alterada ao longo das décadas de 1950 e 1960, nas quais as taxas de urbanização apontam para índices em torno de 36,1% e 45,1%. Mas as maiores modificações ocorreriam no decorrer da década de 1970, com o auge do processo de urbanização, industrialização e o êxodo rural, com uma taxa de 56% indicando o

crescimento da população urbana (FURTADO; SCHELBAUER; FIGUEIREDO DE SÁ, 2015, p.103).

Com base neste cenário e nas pesquisas inventariada, considera-se que a Educação Rural teve um papel de destaque na escolarização da população que residiu em território paranaense durante o século XX, devido ao cenário constituído predominantemente agrário.

As pesquisas voltadas para a Educação Rural nos permitem complementar a história de cada município e dos sujeitos deste processo, com as suas singularidades representadas por meio da instituição escolar e suas características variadas.

Buscando contribuir com a temática foi sistematizado um problema de pesquisa: As escolas rurais apucaranaenses (1940-1990) influenciaram a constituição do município de Apucarana? Como ocorreram os movimentos de criação, institucionalização e cessação das Escolas Primárias Rurais? Ante a problemática levantada, foi necessário investigar as pesquisas sobre a temática (estado da arte), contextualizar o panorama de escolas que estavam em vigor no momento do recorte temporal, toda a trajetória de construção, institucionalização e a desativação destas escolas. Assim como a profissionalização dos docentes neste contexto e a identidade dos professores que fizeram parte de tal conjuntura.

Para Gouvêa e Souza (2016), ao falar dos diferentes modelos e modalidades de educação primária, faz-se necessário caracterizar as escolas. A variedade de escolas existentes não se diferenciava somente na nomenclatura, mas nos modos de ensino, nos programas, na formação dos professores que nelas lecionavam, no tempo de duração do curso, nos salários.

A presente dissertação objetiva pesquisar e analisar o processo de criação e institucionalização de Escolas Rurais no município de Apucarana, por meio da perspectiva da representação histórica de Escola Primária Rural que circulava no período delimitado, suas condições materiais e humanas.

Ao inquirir fontes documentais que possibilitem a construção da identidade pessoal e profissional dos docentes que atuavam nas escolas concernentes à formação, escolas por onde passaram, remuneração, procuramos evidenciar a qualificação dos recursos humanos destinados à escolarização rural.

O recorte temporal, 1940-1990, estabelecido assim se justifica: 1940 por ser o início das primeiras Escolas Primárias Rurais em Apucarana-PR, período que marca

a emancipação da cidade e, em 1990, ocorre a cessação das atividades da maior parte das escolas. Para responder a este objetivo, foi necessário explorar fontes documentais impressas e manuscritas, como atas, quadros de disciplinas que compunham os programas, bem como suas ementas, ofícios e relatórios, fichas de acompanhamento individual dos alunos, boletins, históricos escolares e livros de chamada.

Para identificar as fontes de pesquisa, foi realizada, inicialmente, uma visita ao Núcleo Regional de Educação de Apucarana, onde encontramos um livro registro de notas das Escolas Extintas (1963-1979), atas de resultado final de 91 escolas, dentre elas, urbanas e rurais (1955-1971), atas de exame de admissão da Escola Normal Regional Pestalozzi, relatórios com localizações das Escolas Primárias Rurais e, por meio desta primeira visita, outras informações deram pistas para outros locais de pesquisa (NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO. Atas de resultado final de 91 escolas. Apucarana: NRE, 1955-1971).¹

No acervo do Colégio Estadual Santos Dumont, local onde funcionava o primeiro Grupo Escolar de Apucarana e a Escola Normal Regional Pestalozzi, foram encontrados quatro livros ata, dentre eles: o Nº 31 – Livro Ata Resultados Finais Registro dos alunos, com foto, disciplinas cursadas, ano de curso, médias, com 150 páginas, referente aos períodos 1949-1954 e 1951-1953; Nº 3 – Livro Ata Resultados Finais do Curso Normal Regional (Pestalozzi), 97 páginas, período 1952-1958; Livro Ata Nº 2 – Registro de Formandos do Curso Primário Grupo Escolar de Apucarana, 25 páginas, 1947-1965; Livro Ata de Exames 1ª e 2ª chamada; Ata de 1ª, 2ª e 3ª época Curso Normal Regional Nº 1 – Ata da Cerimônia de Instalação do Curso Normal Regional de Apucarana, Histórico do Estabelecimento, nome dos diretores e secretários – 1949 a 1972 – Exames de Admissão, 27 páginas, 1949-1953 (COLÉGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT, 1949-1972).

O acervo do Colégio Estadual Nilo Cairo arquiva os documentos da antiga “Escola Normal Secundária Ovídio Decroly”, ali, estão catalogados Livro ata de reuniões, cerimoniais e eventos, 1955-1989; Modelos de avaliações do curso normal 1955-1989; Registro dos docentes 1955-1989; Registro dos estudantes do curso normal 1955-1989; bem como Programas de Ensino 1953-1989, Registros de

¹As fontes foram organizadas no quadro no apêndice, por instituição, conteúdos, número de páginas e período para facilitar a visualização do acervo encontrado no município.

conteúdo 1953-1989, Relatórios de atividades desenvolvidas no curso normal 1955-1989, Planos de ensino 1955-1989, Plano de atividades desenvolvidas pelo diretor, professores, inspetores, biblioteca, secretaria 1955-1989 (COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO, 1955-1989).

O Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas forneceu arquivos digitalizados, contendo fotos, recortes notícias de revistas e jornais, mapas da área pertencente à antiga Escola de Trabalhadores Rurais, dados em gráficos elaborados à mão livre e certificados diversos (COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL MANOEL RIBAS, 1957-1990).

A Biblioteca Municipal de Apucarana reúne alguns materiais publicados sobre história de Apucarana, como: obras de memorialistas, autobiografias, revistas e jornais que circulavam em períodos específicos. Tais arquivos possibilitam a análise dos fatos publicados e a visão que estes autores ou editoras queriam divulgar, portanto salientamos que o material divulgado em revistas e jornais carece de ponderações.

Os trabalhos de memorialistas foram de suma importância para a presente pesquisa porque trazem detalhes autobibliográficos como fotos e documentos variados descritos pelos próprios autores e a comunidade ouvida, detalhes conquistados com trabalho e dedicação, porém não seguem a rigorosidade metodológica da pesquisa historiográfica.

A última instituição em que pesquisamos foi a Autarquia Municipal de Educação de Apucarana – AME – nela se encontra o maior número de documentos das Escolas Rurais Municipais que cessaram seu funcionamento. Aquelas que ainda estão em funcionamento preservam seus documentos no próprio prédio. Foram catalogadas 272 caixas com documentos organizados por instituição na AME. Os documentos dos alunos estavam classificados por escola e em ordem alfabética, sendo: matrícula, boletim, histórico escolar, documentos pessoais, com datas diversas, dependendo dos anos de funcionamento da escola. É relevante salientar que nem todas as escolas tinham estes documentos organizados desta forma. Estão arquivados também registro de provas incineradas das Escolas Municipais de Apucarana, rurais e urbanas; 200 folhas tipográficas rubricadas (1956); registro geral dos funcionários de Apucarana, com dados pessoais, aspectos da fisionomia e histórico profissional, registrado em livro ata com 45 páginas, período 1956-1966; livro registro de diplomas, 200 páginas, 1959-1974; registro de provas incineradas

das 120 Escolas Municipais de Apucarana, rurais e urbanas, 1956-1974; e ainda; fotos, jornais, registro de imóvel, avaliação do espaço físico, registro de reformas, documento de institucionalização, pedido de cessação de Escolas Rurais (AUTARQUIA MUNICIPAL DE APUCARANA, 1956-1990).

Dentre outras fontes encontradas, foram investigadas atas de exames das Escolas Rurais, 1967-1968, 1970-1972, 1976-1978; atas com listagem de professores que participaram de cursos de formação e grupos de estudos, 1995-1996; Livro ponto de funcionários da Escola Rural Osvaldo Cruz – 1975; Ata de registro de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apucarana; Ata de reuniões pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura, 1997-2000; Ata de reuniões pedagógicas extraordinárias, 1994-1995; Ata de reuniões da Pré-Escola, 1978; Ata de acervo da Biblioteca Municipal de Apucarana, s/a; 17 livros de chamada de escolas e professores diversos, 1984-1999.

Embora o quadro presente no apêndice 1 aponte algumas fontes encontradas, estas não foram relativamente iguais em quantidade, em algumas caixas, está arquivado um número maior de documentos do que em outras. Desta forma, encontramos um maior número de documentos de determinadas escolas, já que nem todos foram preservados uniformemente. Algumas escolas primárias rurais possuem materiais organizados e preservados, porém outras têm poucos vestígios de existência, todavia o grande volume de fontes fornece informações consistentes sobre a escolarização no município.

Os livros atas arquivados na Autarquia Municipal de Educação – AME – com registros das provas incineradas são preservados em caixas em uma sala destinada unicamente para a guarda destes registros. Em estabelecimentos, onde encontramos fontes, como no Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, os livros atas são mantidos em armários juntamente com materiais de uso da secretaria; já no Colégio Estadual Nilo Cairo, os documentos são arquivados em caixas próprias, em armários na secretaria, porém de difícil acesso, onde somente a secretária tem contato; o Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas tem seus documentos digitalizados.

A discussão acerca das Escolas Rurais do município de Apucarana-PR remete a estudos que norteiam esta questão em âmbito nacional e estadual, de modo a capturar aspectos elementares para o objeto em questão. Assim como, a respeito das formas de abordagem.

Para fundamentar a presente pesquisa, foram empregadas publicações sobre a temática e sua contribuição para a área de História da Educação, além disso destacamos algumas leituras relevantes e suas contribuições para o assunto. É imprescindível abordar as perspectivas atuais das pesquisas em História da Educação, bem como as tendências contemporâneas em Historiografia da Educação no Brasil, para tais temas utilizaremos as contribuições de Schelbauer, Lombardi e Machado (2006).

Para analisar a escola pública brasileira associada às pesquisas em História da Educação, levando em conta a análise de fontes bibliográficas e documentais, utilizamos Saviani (2005), Nascimento e Lombardi (2004). A análise foi também amparada nas pesquisas dos autores Nunes e Carvalho (2005) em historiografia da educação e fontes. Dentre as variadas assertivas, destacamos a questão relativa à separação entre o ensino e a pesquisa na disciplina de História da Educação.

Sobre a influência cultural da criação da escola primária, da construção de monumentos e das datas comemorativas, ou leis, temos as produções de Werle (2012).

Para compreender a História da Educação brasileira, as novas tendências em educação, a criação de modalidades diversas de escola, assim como a criação e a expansão do Curso Normal, utilizaremos Saviani (2004; 2006a), Saviani (2006)b e Schelbauer; Lombardi; Machado (2006).

A pesquisa em história das instituições escolares necessita de um planejamento que estruture roteiros e categorias de análises. Neste estudo, foram observados o espaço físico de funcionamento das instituições por meio de fotografias e plantas, o currículo escolar, as disciplinas e os conteúdos trabalhados em sala de aula. Utilizamos arquivos: como livros de chamada, registro das provas incineradas, boletins e históricos escolares, os docentes que lecionavam nas referidas instituições, formas de recrutamento, formação, remuneração itinerários.

A produção historiográfica, qualquer que seja o espaço de sua produção, está na dependência das fontes que darão subsídios para que esta aconteça. Se a universidade, pelo trabalho de seus pesquisadores, vem conseguindo incrementar a produção historiográfica brasileira, estes têm retirado as fontes do contexto social mais amplo; algumas vezes, tais fontes estão cuidadosamente preservadas em arquivos; outras demonstram a precariedade de cuidados, de verbas, de pessoal especificado e mesmo de ambiente apropriado para a sua conservação (MIGUEL, 2004, p. 112).

Sobre este aspecto, é fundamental elucidar o papel das fontes na pesquisa historiográfica, é pelo acesso ao arquivo que se (re) escreve a educação, dando direcionamento para a pesquisa, a qual só é possível pela preservação das fontes, portanto é fundamental o cuidado e preservação. Estes documentos são dotados de historicidade, de identidade dos sujeitos que fizeram parte da escolarização, portanto da memória escolar. Mas é necessário salientar que estas fontes devem ser manuseadas, estudadas, interpretadas e associadas a outros documentos, sendo fundamental a interferência do pesquisador ou pesquisadora neste processo. A seleção daquilo que será aproveitado é um exemplo desta interação entre pesquisador e fonte.

No processo de pesquisa foram utilizadas também fontes iconográficas, com o intuito de representar o cenário primário rural, assim como outras realidades relevantes para o trabalho investigativo. Ressaltamos, todavia, que, quando se utilizam imagens, é necessário levar em consideração a produção da imagem, visto que, ao mesmo tempo em que a fotografia pode retratar os cenários e os personagens daqueles contextos, podem conter armadilhas, como aponta Sato e Costa (2007, p. 3).

As iconografias não são exatamente o reflexo direto da realidade, mas também não constituem um sistema de signos independente dessa realidade. Elas ocupam, sim, várias posições entre esses dois extremos. Devem ser entendidas como uma mistura de natureza, técnica e cultura.

As fontes iconográficas devem ser interpretadas como um fragmento da totalidade, com intenções explícitas e implícitas, muitas vezes planejadas e com finalidades específicas, sendo fundamentais para constatação do ideal de educação que se queira transmitir.

Com base nas leituras e nos levantamentos de fontes, o presente trabalho foi organizado em seções cada qual com uma temática e com um objetivo específico, a fim de responder ao problema da pesquisa.

Além desta primeira seção de caráter introdutório, a segunda seção contempla o cenário histórico do município de Apucarana de acordo com o recorte temporal estabelecido. Tem a finalidade de analisar as circunstâncias que mobilizaram a criação da Escola Primária Rural brasileira e o acompanhamento ou não de tal tendência no estado do Paraná, a fim de identificar as necessidades

locais de criação, institucionalização, expansão e problematizar a extinção das escolas primárias rurais associadas aos movimentos migratórios para a zona urbana das décadas de 1970, 1980 e 1990, bem como a modernização do ensino, a escolarização da população e o mapeamento das escolas rurais do município.

A terceira seção apresenta as tendências nacionais, estaduais e municipais relacionadas à Educação Primária e Educação Primária Rural nos anos de 1940 a 1990. Propõe identificar os modelos e as modalidades de Ensino Rural em Apucarana com o objetivo de reconstruir o cenário educacional no período mencionado, por meio de fontes documentais, referenciais e legislações específicas.

A quarta e última seção discute a identidade das professoras que atuaram nas Escolas Rurais de Apucarana-PR. A seção tem como objetivo evidenciar os/as professores/professoras apucaraneses, para elucidar a estrutura educativa presente no momento histórico pesquisado, assim como identificar a formação, a carreira e atuação das professoras das escolas primárias rurais, a fim de dar voz aos sujeitos que atuaram na formação da população apucaranesa.

2 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA RURAL NO CENÁRIO APUCARANENSE

Para discutir a escola pública primária rural no Município de Apucarana (1940-1990), faz-se necessário relacionar o momento histórico, econômico, social e político do país, para que analisemos as circunstâncias que mobilizaram a criação da Escola Primária Rural brasileira e o acompanhamento ou não de tal tendência no estado do Paraná.

A presente seção tem como objetivo apresentar o cenário de constituição do município de Apucarana de acordo com o recorte temporal estabelecido, a fim de analisar as circunstâncias que mobilizaram a criação das Escolas Primárias Rurais em Apucarana, identificar as necessidades locais de criação, institucionalização, expansão e problematizar a extinção das escolas primárias rurais associadas aos movimentos migratórios para a zona urbana das décadas de 1970, 1980 e 1990.

No início do século XX, este espaço era ocupado por indígenas e caboclos, que, posteriormente, foi (re)ocupado mediante o discurso de esvaziamento territorial, criado com o interesse de expandir e ocupar estas terras. Tais discursos foram concretizados por intermédio da cobrança de documentos que comprovassem a posse de terras (BARION, 2014).

Atende-se para dois fatos significativos, que, a partir dessa época, passaram a favorecer a imigração e a facilitar a fixação do colono no Brasil, notadamente em São Paulo. Primeiramente, o italiano vinha de regiões da Itália onde predominavam as grandes propriedades – Sicília e Sul do País – muito parecidas quanto às dimensões, precariedade de recursos e regime de trabalho, com as fazendas de café do Brasil. É natural que tal semelhança contribuísse para fixar o imigrante (COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 26).

Segundo consta no livro de caráter memorialístico da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (1975), os grandes fazendeiros de café detinham domínios no Brasil e, com poderes políticos e econômicos, aprovaram leis que possibilitavam ao governo incentivar a imigração. Este incentivo se dava por meio de propaganda nos países europeus, financiamento de passagens marítimas e alojando famílias em hospedagens.

2.1 Movimentos Políticos Paranaenses e a (Re) Ocupação do Município de Apucarana

Para desenvolver estas análises históricas, é relevante trazer o aspecto sobre cenário brasileiro dos anos 30 e 40 do século XX e a explicitação das especificidades dos movimentos políticos e econômicos que influenciaram ou não o pensamento pedagógico da época. Entendemos que, por esta via, é possível traçar um diálogo com tais esferas e suas representatividades, bem como refletir sobre a delimitação espacial associada às correntes mundiais, ou nacionais e suas influências para o estado em questão, permitindo a construção da identidade do município estudado.

A escolha do recorte temporal (1940-1990) está associada ao problema de pesquisa e também à história do município. Os anos de 1940, marcam o início do loteamento da cidade de Apucarana, em termos legais, sua emancipação do município de Londrina-PR e, conseqüentemente, está diretamente ligada à necessidade de construção das primeiras escolas rurais do município. Por volta dos anos de 1980 e 1990, com a mobilidade da população para o meio urbano devido às questões climáticas e econômicas, muitas Escolas Municipais Rurais foram fechadas, dando lugar às Escolas Primárias nos espaços urbanos.

A região norte do Paraná é definida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975) como a soma territorial dos vales muito férteis, por situar-se às margens esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, entre as cidades de Cambará e Guaira.

Figura 1 Articulações territoriais entre os municípios vizinhos de Apucarana



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969 (1968).

A figura 1 pode ser interpretada no contexto das articulações territoriais e a proximidade entre as datas de emancipação das cidades, bem como as relações estabelecidas devido à produção cafeeira. O nome do município de Apucarana é destacado, escrito com letras maiúsculas, com o objetivo de apontar sua relevância na produção e exportação de café na região.

Como era propício o solo para o cultivo do café, a lavoura cafeeira no norte do Paraná avançou rapidamente e, após a convergência de mineiros e paulistas, o aparecimento de núcleos urbanos se multiplicou. Das três últimas décadas do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, a região já possuía importantes cidades, entre elas Santo Antônio da Platina, 1866; Jacarezinho, 1890; Cambará, 1904; Bandeirantes, 1921; Cornélio Procópio, 1924 e Andirá, 1926. O acesso entre estas cidades foi facilitado pela construção de rodovias em direção a São Paulo e de ferrovia com destino a Sorocaba para escoamento da produção cafeeira e exportação pelo Porto de Santos (HERVATINI, p. 75, 2011).

Segundo a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (1975), a história do estado de São Paulo foi influenciada pelo cultivo do café, que determinou o prolongamento das estradas de ferro. A formação do norte do Paraná se ampliou, neste mesmo sentido, em torno da expansão da estrada de ferro, que acompanhava o Rio Paranapanema. O traçado da linha se afastou do rio no sentido Guaíra-PR e Paraguai.

Transposto Tibagi, em 1934, a ferrovia se estendeu a Londrina, Cambé, Rolândia, Araongas e Apucarana, inaugurada em 1943. Mas a segunda guerra mundial compeliu a Inglaterra a dispor de seus bens no exterior e os acionistas do *Paraná Plantations* desde logo sentiram que o destino de suas empresas paranaenses estava irremediavelmente traçado, com a sua total alienação oferecidas à venda em São Paulo e Rio de Janeiro, elas passaram a ser negociadas por um grupo de empresários paulistas, liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho reunidos a vários grupos paranaenses, cariocas, mineiros e capixabas. As negociações se arrastaram durante dois anos e só se concluíram em fevereiro de 1944. Entretanto, o governo ditatorial impôs, como condição imprescindível a cobertura cambial, a transferência da linha da empresa ferroviária então retida em Apucarana, para o acervo da União. Só assim se transferiu para o grupo nacional a totalidade das ações da Companhia de Terras, cujo o patrimônio além das terras não vendidas incluiu o território das cidades e distritos, vilas e patrimônios, todos em desenvolvimento (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 254-255).

A história do Paraná está fortemente relacionada aos movimentos políticos que a Europa enfrentava, em específico a Inglaterra, e suas negociações durante a Segunda Guerra Mundial. O Brasil, neste cenário, contava com um governo ditatorial inspirada por uma ideologia nacionalista que influenciava nas negociações privadas. Outro aspecto relevante, diz respeito à transferência das ações da Companhia inglesa para empresários brasileiros, negociações que se findaram somente com a interlocução da União. Tal fato demonstra a relação direta do Estado nas transações do território paranaense.

Nesta conjuntura, as estradas de ferro contribuíram para a expansão geográfica, política e econômica do Paraná, demonstravam uma modernização nos transportes favorecendo o comércio cafeeiro e o relacionamento entre os municípios.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE (2017), por meio da prefeitura do município, Apucarana foi projetada em 1934 com o objetivo de

servir como polo intermediário de produção agrícola para Maringá e Londrina, pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Ante a falta de apoio do município de Londrina, a quem pertencia, mobilizou a população e, em 1943, conquistou a emancipação da cidade pelo Decreto-lei Estadual n.º 199, de 30-12-1943, desmembrando-se de Londrina, elevando-se, então, à categoria de cidade.

[...] Suas divisas eram delimitadas pelos rios Ivaí, Paraná e Paranapanema, ou seja, ao sul, oeste e norte, praticamente as mesmas divisas que antes pertenciam a Londrina. Além de “grande”, o município ganhou ainda mais importância com a criação, no mesmo dia, da Comarca de Apucarana [...] (BONI, 2009, p. 62).

O documento I, no Anexo 1, versa sobre a instalação do município de Apucarana, lavrado em 7 de fevereiro de 1944. Este mesmo documento dá posse ao cargo de prefeito para o Coronel Luiz José dos Santos:

Tenho a subita honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que de conformidade com o disposto na lei orgânica federal n.º 311, de 2 de março de 1938, e no decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, foi, com o ritual de estilo, instalado o município de Apucarana em data de 28 de janeiro do ano em curso (1944). Nessa mesma data tomei posse do cargo de Prefeito desta nova comuna paranaense (Folha de Londrina, 25 jan. 2013).

A tabela abaixo possibilita a visualização da área territorial do Norte Novo do Paraná, as subdivisões em municípios e o crescimento populacional, de acordo com os dados da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Tabela 1 Subdivisões em municípios e o crescimento populacional

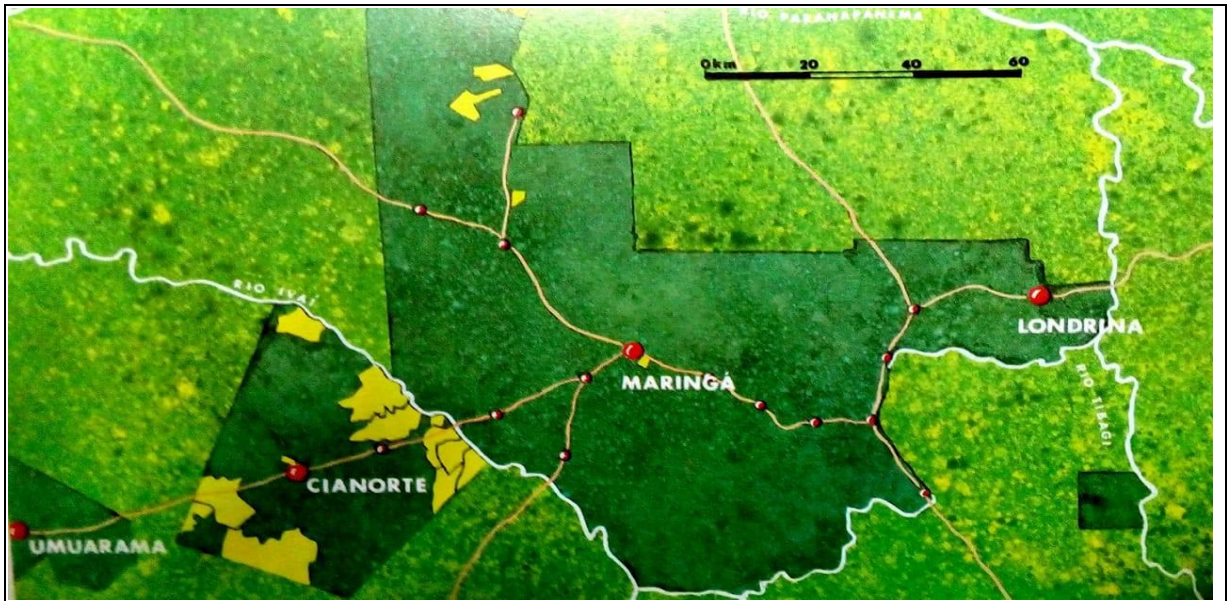
Nº	Município	Ano de Fundação	Data Elevação a Município	Área Km²	População 1960	População 1968
1	Londrina	1930	03-12-1934	2.119	134.821	226.332
2	Rolândia	1932	30-12-1943	589	44.461	74.639
3	Apucarana	1938	30-12-1943	563	66.091	79.645
4	Cambé	1930	10-10-1947	442	29.151	48.937
5	Arapongas	1935	10-10-1947	355	38.067	63.905
6	Mandaguari	1937	10-10-1947	343	24.630	41.348
7	Astorga	1945	14-11-1951	437	25.445	42.296
8	Jandaia do Sul	1951	14-11-1951	191	31.448	28.636

9	Maringá	1947	14-11-1951	509	104.131	111.773
10	Marialva	1951	14-11-1951	600	35.866	46.184
11	Nova Esperança	1946	14-11-1951	396	43.095	45.016
12	Bom Sucesso	1954	26-11-1954	310	22.624	34.057
13	Sabáudia	1945	26-11-1954	199	10.145	17.031
14	S.J. do Caiuá	1951	26-11-1954	312	18.542	20.667
15	São Jorge	1946	26-11-1954	339	22.361	34.279
16	Floraí	1947	25-11-1955	200	13.566	20.189
17	Cruzeiro do Sul	1952	26-12-1955	240	10.159	17.054
18	Lobato	1948	31-07-1956	256	10.174	17.080
19	Atalaia	1953	25-07-1960	141	-	13.559
20	Flórida	1955	25-07-1960	91	-	5.563
21	Marumbi	1951	25-07-1960	167	-	17.219
22	Paiçandu	1960	25-07-1960	180	-	21.886
23	Inajá	1955	25-01-1961	173	-	20.439
24	Uniflor	1954	25-01-1961	94	-	8.748
25	S. A do Caiuá	1961	25-01-1961	190	-	10.460
26	Dr. Camargo	1964	02-03-1964	115	-	8.563
27	Pres. Castelo Branco	1954	21-12-1964	117	-	11.728
	Soma			9.668	684.777	1.087.233

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 257). Grifo da autora.

A tabela 1 possibilita a comparação dos anos de fundação e de elevação de 27 municípios paranaenses entre 1930 e 1964, sendo que, primeiramente, o município de Londrina foi elevado em 03 de dezembro de 1934 e, em 30 de dezembro de 1943, foram elevados Rolândia e Apucarana. A proporção territorial e suas divergências populacionais nos anos de 1960 e 1968 podem ser notoriamente calculadas pela organização territorial e pela emancipação de algumas cidades.

Figura 2 Terras Colonizadas pela CMNP.



Fonte: Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (1975).

Em 28 de janeiro de 1944, aconteceu a instalação do município de Apucarana e a posse do primeiro prefeito nomeado, o Coronel da Polícia Militar do Paraná, Luiz José dos Santos. Conforme consta no documento de emancipação do município:

Aos 28 dias do mês de janeiro de 1944, no edifício do Paço Municipal, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, sob a presidência do primeiro tenente Coronel Luiz José dos Santos, prefeito municipal, na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas, com significativa assistência, para o fim de declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos, a partir desta data até 31 de dezembro de 1948, o novo quadro territorial da República fixado para o Estado com o decreto-lei número 199, de 30 de dezembro de 1943, de conformidade com as normas legais estabelecidas na Lei Orgânica Nacional número 311, de 02 de março de 1938, na parte referente às circunscrições que têm por sede esta cidade e os demais distritos que compõem o seu município (APUCARANA, 2017).

Tal acontecimento é reconhecido pelo município como a data do aniversário da cidade. O então nomeado prefeito da cidade, hoje, é lembrado como nome de colégio estadual e até mesmo de ruas.

A denominação Apucarana é de origem caingangue, “apó-caarã-nã” – “apó” (base) + “caarã” (semelhante a floresta) + “nã (imensa) – floresta imensa. Sua variação de origem tupi “apó” + “carã” formaria um significado que se aproxima da expressão em português “em círculo”, ou em circunferência (IBGE, 2017).

A denominação do município, com a origem caingangue de variação tupi, mantém-se na atualidade, porém com a escrita derivada da língua portuguesa. Portanto, podemos afirmar que a nomenclatura é de origem indígena com influência ibérica.

[...] o alvorecer do século XX encontra inúmeros aldeamentos Guarani no estado do Paraná, fruto de dois movimentos distintos, parte do resultado da ocupação imemorial dos povos Guarani no estado do Paraná e parte resultado das diversas imigrações e deslocamentos ocasionados pela Guerra do Paraguai. É importante frisar que, para os indígenas que se deslocaram do Paraguai para esta terra toda, “é terra Guarani”, já presente na cosmovisão do grupo como área tradicional e pertencente a seu povo. Estes aldeamentos constituídos a partir da extração da erva-mate e da venda da madeira irão se concentrar especialmente na região oeste do Paraná [...] (BORGES, 2016, p. 75).

Os poucos registros da história do município de Apucarana não evidenciam as primeiras populações que residiam neste território, como os indígenas. Os relatos existentes são geralmente narrados pelo loteamento de uma empresa privada e a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos.

Para Rompato; Ferreira (2016) os mitos difundidos pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná como a propulsora da colonização paranaense, primando pela iniciativa de distribuição de terras, ocultam a realidade sobre a constituição destes espaços, que não se encontraram “desocupados”, como narra a companhia, os indígenas e posseiros que ali residiam foram escoraçadas por jagunços.

A omissão da história de uma determinada população deixa lacunas e problemáticas para serem estudadas. Segundo o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1995), a sociedade brasileira se conforma com a versão lusitana da visão civilizatória europeia ocidental. Ele acrescenta:

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomiasomática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação (RIBEIRO, 1995, p. 20).

As primeiras civilizações que aqui habitavam acabaram por viver em isolamento, suas culturas, geralmente, passaram a ser “engolidas” ou misturadas com outras culturas, ocultando histórias. Mesmo ocultadas, na maioria das vezes, pela história narrada, essas populações estão presentes nas fisionomias, alimentação, arte, linguagem; enfim, continuam presentes na cultura da população brasileira e apucaranesa.

A população de Apucarana é composta na maior parte por brasileiros (negros e mulatos). Registra a presença de duas importantes colônias de imigrantes: japoneses e ucranianos. Há o registro ainda, sem a formação de colônias, de outras etnias, como de italianos, portugueses e espanhóis (APUCARANA, 2017).

Ainda segundo Ribeiro (1995), o Brasil é uma “etnia nacional”, um “povo nação”, um uniforme nacional e cultural. É importante ressaltar que esta unidade é resultado de grandes e violentos conflitos, de repressão e de opressão. Esta unificação esconde também conflitos entre classes sociais, dentre eles, podemos citar o trabalho escravo, o trabalho fabril e na pequena propriedade. Sobre o último estabelecemos nosso campo de pesquisa.

O Brasil do século XX, sobretudo depois dos anos 20, tem como cenário um povoamento intensificado, um fluxo regular de imigração, alterando assim, as regiões Norte e Sudoeste. Tem como causa a aceleração do desmatamento, devido à forte ocupação do solo destinado à agricultura, a abertura de estradas e a criação de vilarejos e cidades ligadas entre si (SWAIN, 1992). Explica a autora:

Por ocasião do Censo de 1920, a distribuição fundiária do Paraná ainda se mostrava muito irregular. As explorações de mais de 100 ha cobrem 84% da superfície das terras. Imensas concessões, gratuitas ou vendidas a preços irrisórios, se estendem de norte a sul do Paraná. As concessões constituem uma prática corrente nesta época, pois o governo tirava uma grande parte de suas receitas dos impostos recebidos sobre as exportações de mate e madeira, realizadas por estas companhias privadas (SWAIN, 1992, p. 23).

Esta abordagem que descreve a fase de loteamento das terras pela companhia privada excluiu a presença indígena nesta região, diminuindo a relevância da população que residia neste espaço. Segundo Tomazi (1999, p. 65):

Esses autores, ao criarem o “norte-paranaense”, ou “o cidadão norte-paranaense”, como um personagem diferente e especial e que é um dos elementos essenciais do discurso “Norte do Paraná”, o fizeram afirmando que a terra está vazia (vazio demográfico) e a mata está

virgem (intocada), silenciando e excluindo a presença de indígenas e caboclos como povos e pessoas presentes nesse espaço.

A reocupação da região norte do Paraná se deu de forma mais intensificada por volta dos anos de 1940, quando as companhias instaladas nesta região favoreceram a acomodação de pequenos e médios proprietários.

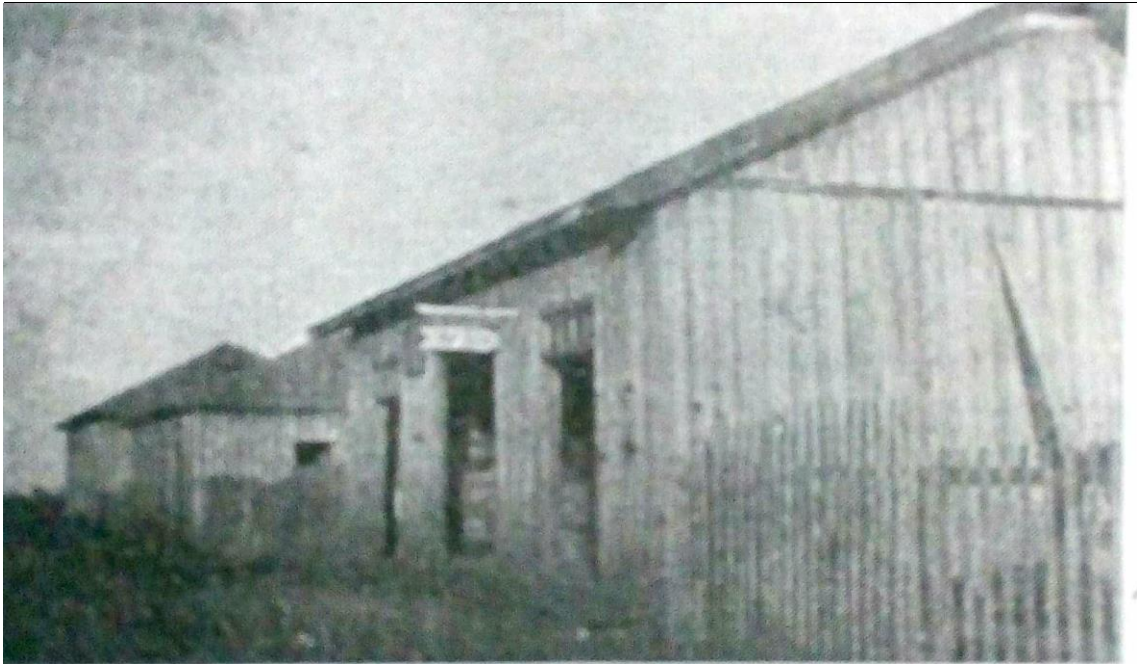
Mapa 1 Geográfico do Estado do Paraná – 1940



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente *apud* Boni (2009), destaque da autora.

O Mapa 1 corresponde à divisão do estado do Paraná em municípios na década de 1940. Como é possível visualizar, com destaque na cor amarela, o município de Londrina tinha uma grande extensão territorial. A partir do Decreto-lei estadual nº 199, de 30 de dezembro de 1943, Apucarana, assim como Rolândia foram emancipadas. (BONI, 2009). Apucarana foi loteada e colonizada a partir do projeto da Companhia Inglesa de Terras Norte do Paraná por volta de 1930, ano que se instalaram os primeiros colonos.

Figura 3 A primeira casa de Apucarana- Snr. Sakuma



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, (1968, s/p).

A figura 3 retrata a primeira residência da cidade de Apucarana. Como pode-se observa-se as construções eram em madeira por ser matéria prima abundante na região.

Segundo Swain (1992), a companhia privada “Paraná Plantations Ltd.” teve um importante papel no “povoamento”² da região, revendendo terras compradas do governo. O plano de povoamento deste território se deu por esta via.

A sede social desta companhia, de origem inglesa (nacionalizada na Segunda Guerra), é instalada em Londrina, cidade que propaga seu dinamismo para a ocupação do território. A divisão das terras são feitas em loteamentos de pequena e média extensão, cuja compra podia ser financiada em 4 anos. Isto atraiu um grande número de colonos e tal experiência foi decisiva para a instalação de uma estrutura agrária específica no Paraná, caracterizada pela presença de pequenos produtores. O governo regional retoma também sua atividade colonizadora a fim de evitar os conflitos agrários sempre prestes a explodir nas zonas pioneiras. Os projetos de colonização pública preveem então o povoamento de 300.000 ha na região Norte/Nordeste, sobre lotes de menos de 100 ha (SWAIN, 1992, p. 26).

² A palavra “povoamento” se encontra no texto entre aspas pela omissão de que havia outros grupos étnicos no local onde as terras foram revendidas.

O “povoamento” do norte do Paraná foi acompanhado pela construção de escolas de variados modelos, dentre elas encontramos as escolas primárias rurais que se propunham suprir a necessidade de escolarização da população que residia no meio rural. A expansão de escolas está de certa forma vinculada ao processo de povoamento, urbanização e industrialização, portanto o movimento populacional influenciava a criação e desenvolvimento educacional.

O estado do Paraná recebeu um grande número de imigrantes de variados grupos étnicos, totalizando o número de 28 grupos. Estas pessoas vinham em busca de novas oportunidades de trabalho, ganhando destaque o tarefas nas fazendas de produção cafeeira (PARANÁ, Programa Nossa Escola Tem História, 2015).

Além da preocupação com o fortalecimento da unidade nacional, os discursos que apontavam para a precariedade do ensino público no País, também estavam de olhos postos na integração do imigrante europeu, na necessidade de dissolver as diferentes nacionalidades desses imigrantes na unidade nacional, com o objetivo de formar-lhes um sentimento que não ameaçasse a nação [...] (SCHELBAUER, 1998, p. 79).

O Decreto nº 35.519, de 19 de maio de 1954, que regulamentou a imigração e colonização brasileira, incentivava a ocupação de suas terras. Nos artigos 1º e 2º, ficam claras as finalidades do Instituto Nacional de Imigração e Colonização:

Art. 1º O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.), com sede e fôro na Capital da República, criado pela Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, dispõe de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa.

Art. 2º São finalidades do I.N.I.C.:

I - assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma para outra região;

II - orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes;

III - traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola (BRASIL, 1954).

O município de Apucarana, assim como em outras regiões do estado, teve formação de colônias de imigrantes oriundos da Ucrânia, Japão, Portugal, África, Polônia, Itália, Espanha, Holanda e os Indígenas nativos deste local.

Em 1936, apareceram as primeiras famílias ucranianas, japonesas, polonesas e alemãs em Apucarana. Os ucranianos se estabeleceram na Gleba Barra Nova, atualmente chamada Colônia Nova Ucrânia. Em 1937, havia cerca de cem famílias já fixadas na Colônia Nova Ucrânia (TCHOPKO, 2008, s/p).

A pluralidade étnica presente na formação da população nacional, também se efetivou no Paraná no século XX. Neste sentido, a dinâmica social de imigração contribuiu para formação da cultura apucaranesa. Assim, a educação em Apucarana teve início em colônias de imigrantes, dentre elas as italianas ucraniana e japonesa.

O número expressivo de imigrantes recebidos no Brasil se intensificou de igual modo no Paraná em números relativamente maiores ou menores dependendo do país de origem. Formavam características culturais próprias nos diferentes locais em que se estabeleciam. “O Brasil nasce e cresce como povo novo, afirmando cada vez mais em sua configuração histórico-cultural” (RIBEIRO, 1995, p. 243).

Em Apucarana, o processo de construção de edifícios religiosos também ocorreu e é necessário que esta história seja evidenciada, por ser parte estruturante da história do Paraná, assim como das múltiplas identidades das escolas primárias rurais brasileiras. Evidencia a história de um grupo de indivíduos e seu processo de adaptação, além de contribuir para outras pesquisas.

Figura 4 1ª Igreja da Colônia Ucraniana



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, (1968, s/p).

A figura 4, refere-se à Igreja da colônia ucraniana de Apucarana, construída em madeira. Conforme Tchopko (2008), a igreja representava a cultura religiosa daquele grupo de imigrantes, sendo símbolo da construção cultural do município.

A paróquia era o único grupo social organizado ao qual o camponês pertencia. No dia 11 de Julho de 1937, foi realizada uma reunião com vários imigrantes e seus descendentes que vieram fazer parte da Paróquia Ucraniana Espírito Santo. Havia cerca de 90 famílias, fiéis da Igreja Ortodoxa Autocefálica Ucraniana. O primeiro sacerdote ortodoxo da Colônia Nova Ucrânia foi o Pe. Gregório Onyszcenko que chegou aqui em 1937 (TCHOPKO, 2008, s/p).

Além das colônias de imigrantes, a população em geral residia, nas primeiras décadas do século XX, em espaços rurais, portanto um país de economia predominantemente agrária.

As construções de estradas de ferro demonstram, neste cenário, um avanço nos transportes, na economia local e nas interlocuções municipais. No Paraná, tais mudanças superaram as expectativas de crescimento populacional, inclusive nos municípios de Apucarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Jandaia do Sul, entre outros.

Figura 5 Estação Ferroviária de Apucarana (s/d)



Fonte: IBGE (2017).

A figura 5 ilustra a vista aérea da cidade, a Estação Ferroviária de Apucarana, sendo utilizada como cartão postal. A malha Ferroviária Noroeste do Paraná chegou no município em 1942, foi a última estação a ser aberta pelos ingleses da Estação Ferroviária São Paulo-Paraná. A Estação de Apucarana representava o maior entroncamento do Norte do Paraná (IBGE, 2017).

O município de Apucarana servia como um entroncamento rodoviário e férreo, convergindo o transporte da produção agrícola de todo o norte do Paraná para os canais exportadores de Santos e Paranaguá, e o fato de ser muito bem servida de opções de transporte contribuiu fortemente para seu desenvolvimento (HERVATINI, 2011, p. 83).

Com o aumento no número da população, crescia a necessidade de fornecimento de infraestruturas, dentre elas a instalação de escolas. O princípio de escolarização no território que posteriormente seria emancipado ocorreu na residência de Wilde Borghi Formigoni em 1937, uma educação domiciliar para um pequeno grupo de alunos, posteriormente a Colônia Nova Ucrânia organiza a primeira Escola Rural, a Escola Nova Ucrânia em 1941. E em 1944, foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar, denominado Grupo Escolar de Apucarana, o qual atendia, na época, o ensino de 1ª a 4ª série. Em 1949, houve a instalação da Escola Normal Regional.

O processo de criação dos grupos escolares no Brasil teve início somente no final do século XIX como parte de um projeto civilizador, gestado pelo movimento republicano, em consonância com a (re)organização dos sistemas nacionais de educação empreendidos pelos países capitalistas europeus e pelos Estados Unidos. A organização da escola primária no modelo Grupo Escolar vai ao encontro dos pressupostos de racionalização do trabalho próprio do modelo capitalista de produção que, na escola, configura-se como reorganização do tempo com a seriação, distribuição dos conteúdos escolares conforme a série e idade dos alunos, o calendário escolar e a reorganização do espaço com o agrupamento de várias escolas em um único edifício, sob a fiscalização de um diretor (RITT, 2009, p. 23).

O primeiro Grupo Escolar de Apucarana remete à tendência nacional de modelos de modernização do espaço escolar. O prédio, localizado em área central da cidade, foi construído em madeira, com salas de aula espaçosas e arejadas, constituía-se referência para educação da população.

Figura 6 Grupo Escolar de Apucarana (1943).



Fonte: Revista de Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969 (1968).

Figura 7 Fachada do Colégio Alberto Santos Dumont (2018)



Fonte: PARANÁ, Colégio Estadual Santos Dumont (s/d).

As figuras 6 e 7 representam o primeiro Grupo Escolar do município. Ao analisar a primeira fotografia, de 1943, podemos inferir a importância da arquitetura do prédio escolar e sua representação social. O estudo sobre a arquitetura escolar está presente nas pesquisas sobre história e historiografia das instituições escolares e é fonte para compreender a cultura material escolar.

O Grupo Escolar Alberto Santos Dumont, de Apucarana, foi inaugurado em 1946, funcionava em uma construção de madeira com o nome Grupo Escolar de Apucarana.

É possível visualizar, na figura 7, o mesmo prédio escolar na atualidade, portanto mantém sua estrutura física original. Apesar de algumas reformas, foram conservadas as principais características daquela época.

Nos fins de 1949, no governo de Moisés Lupion, foi transferido o Grupo Escolar de Apucarana para prédio próprio, inaugurado na ocasião, com o nome Grupo Escolar Alberto Santos Dumont (REVISTA APUCARANA, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p, 1968).

Tabela 2 Alunos matriculados no Grupo Escolar Alberto Santos Dumont - curso primário (1967)

Série	Número de alunos
1ª série	329 alunos
2ª série	263 alunos
3ª série	254 alunos
4ª série	224 alunos
5ª série	200 alunos

Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, (1968, s/p).

A tabela 2 demonstra que, em 1967 o Grupo Escolar Alberto Santos Dumont atendia a 1270 alunos, oriundos da cidade. Este mesmo prédio escolar abrigou o Curso Normal Regional, que teve sua instalação em 1949.

A abertura do grupo escolar em Apucarana, em 1943, coadunava com o momento em que à educação primária era atribuído o papel de disseminar a instrução pública e os novos e modernos métodos de ensino primário. A institucionalização da escola primária nos municípios recém-criados no norte do Estado, com a abertura de seus grupos escolares, visava acompanhar a modernidade de atendimento neste nível de ensino, já alcançado na capital em 1903, e o início da formação de uma rede de ensino público nos municípios. Era a tentativa de oferecer o ensino primário a todas as crianças em idade de escolarização básica. O que se verificou, no entanto, foi uma elitização do ensino primário para as famílias urbanas. Em fins de 1949, o primeiro Grupo Escolar passou a ocupar o prédio novo com o nome de Grupo Escolar Alberto Santos Dumont (HERVATINI, 2011, p. 93).

Dados de 2018 demonstram que o Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, em funcionamento no prédio citado, atende 465 estudantes do Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio e o curso profissionalizante em Química, totalizando 21

turmas. Localiza-se na área central do município, em frente à prefeitura municipal (PARANÁ, Colégio Estadual Santos Dumont, s/a).

Na sequência, abordaremos os aspectos das movimentações populacionais, as migrações e imigrações, bem como o panorama econômico e político de Apucarana.

2.2 Aspectos da movimentação populacional e as modificações econômicas do município nas décadas de 1950, 1960 e 1970

Na década de 1940, o Brasil possuía uma população maior na área rural quando comparada com a área urbana; segundo o Censo de 1940, 69% da população brasileira localizava-se na zona rural e 31% na urbana. O cultivo cafeeiro representou este município, assim como em outros municípios do norte paranaense, grande parte da economia durante a segunda metade do século XX. Em decorrência desta predominância, qualquer alteração na produção afetaria toda a estrutura social, econômica, geográfica e até mesmo educacional e não podemos esquecer que a geada é um dos maiores inimigos da produção cafeeira. Na figura 8, fotografia de um pé de café coberto de gelo.

Figura 8 Pé de café coberto de gelo, município de Apucarana (1955)



Fonte: IBGE, 2017.

A onda de frio e de geadas fez com que agricultores da região perdessem grande parte da produção de café, fator que influenciou a migração de grande parte deles para a cidade.

Nos anos de 1950 um fator climático ocorrido foi as fortes geadas em 1953 e 1955 que devastaram grande parte da cafeicultura da região, o que acarretou a redução do ritmo de crescimento da cidade. No censo demográfico de 1960 a população urbana de Apucarana totalizava 21.203 habitantes o que representava 50,8 hab/ha e um total na área urbana de 417,1 ha (FARIA, 2007, p. 100).

A economia da cidade era fortemente agrícola, seu desenvolvimento econômico, motivado pelo solo que favorecia sua produção, era indiscutível, porém, com as fortes geadas, os produtores de café perderam grande parte do plantio forçando as famílias a promoverem mudanças em suas formas de vida. Algumas trocaram o cultivo do café por soja e milho e outras migraram para áreas urbanas à procura de emprego nas indústrias e, por outro lado, os atrativos da cidade eram a melhor opção em detrimento das condições de vida rural.

A atividade principal, naturalmente, era voltada à agricultura e pecuária 20.932 pessoas em idade adulta se declararam silvicultores, lavradores, agricultores, peões ou pecuaristas. Destes, a maioria absoluta era de homens 19.160. Apenas 1.772 mulheres se

declararam envolvidas nessas atividades. Em contrapartida, das 19.332 pessoas que se declararam ativas no item atividades domésticas e escolares, a maioria absoluta era de mulheres: 18.140, ou seja, 93,83%. Os homens nesse tipo de atividade eram 1.192, ou, apenas, 6,17% dos recenseados (BONI, 2009, p. 56).

Na década de 1940, o município de Londrina tinha uma população estimada de 75.296 habitantes, destes, nem todos habitavam na região geográfica do município atual. Neste aspecto, o município de Apucarana estava contabilizado no montante de Londrina (BONI, 2009).

A tabela 3 demonstra a arrecadação em Apucarana do período de 1950 a 1968, segundo os dados da coletoria estadual.

Tabela 3 Demonstrativo de arrecadação anual do município de Apucarana (1950-1968)

Exercício	Total arrecadado NCR
1950	16.359,66
1951	21.247,83
1952	26.305,96
1953	31.415,51
1954	28.738,78
1955	47.074,68
1956	53.870,60
1957	73.421,37
1958	97.395,09
1959	120.730,31
1960	172.958,94
1961	234.193,61
1962	450.006,78
1963	596.496,35
1964	1.234.863,62
1965	1.807.490,13
1966	4.280.106,83
1967	3.823.950,11
1968	5.655.046,71

Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, (1968, s/p).

Os dados apresentados na tabela 3³ demonstram o aumento expressivo na arrecadação econômica no município dos anos de 1950 a 1968, que, em alguns anos, chegou a dobrar, sustentado em grande parte pela produção cafeeira. Os

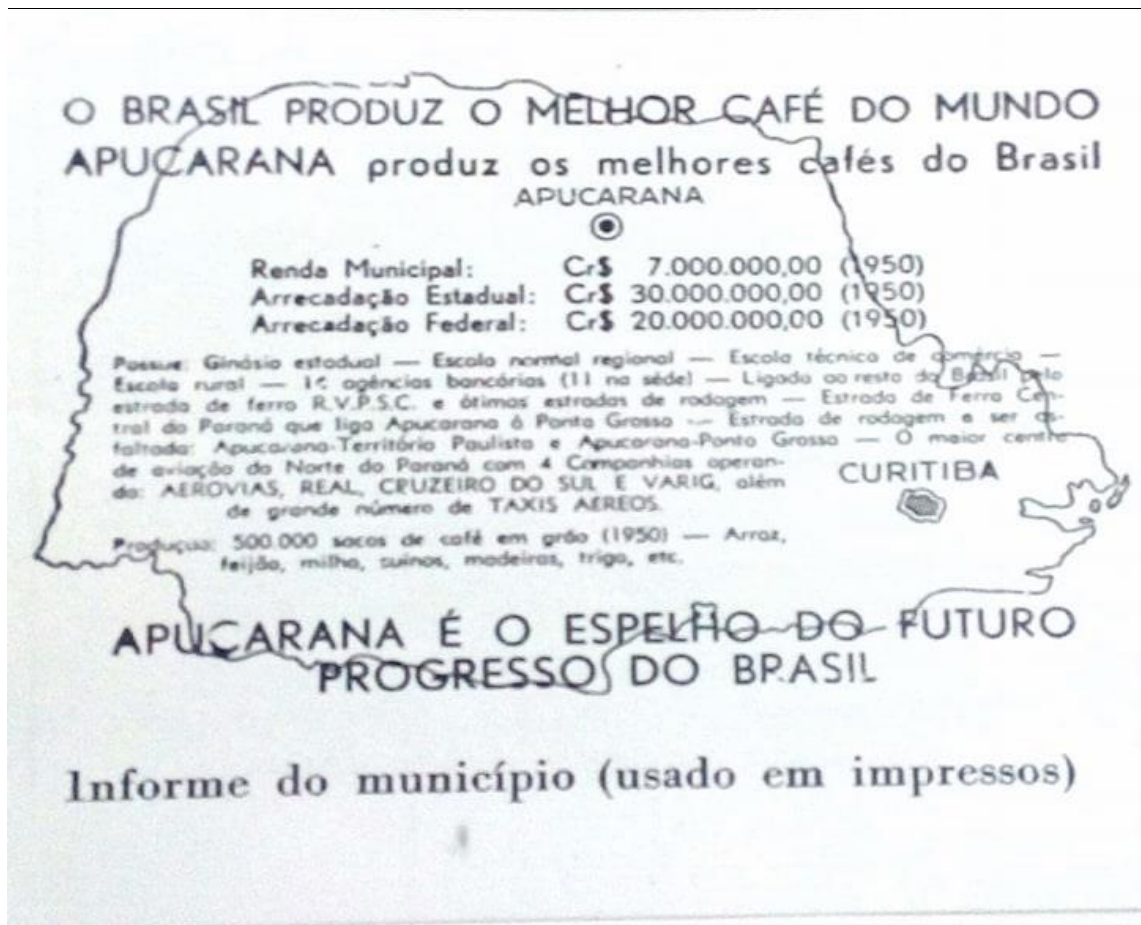
³ Os dados apresentados pela *Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969 (1969)* no decorrer da dissertação, são configurados como informações disseminadas de obras memorialísticas, realizadas a partir de interpretações de autores da região.

A ausência de maiores informações publicadas pela historiografia nos remete a publicações que não seguem um rigor metodológico, mas que registram a expressão da comunidade sobre sua história, permitindo uma reflexão histórica.

valores de arrecadação também colaboravam na base econômica do estado do Paraná.

Toda essa movimentação motivou o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de plantio e a qualificação para o trabalho na lavoura. Em 1957, iniciou-se a construção da Escola de Trabalhadores Rurais por meio da iniciativa da Colônia Japonesa da cidade.

Figura 9 Divulgação da produção de café em Apucarana



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, (1968, s/p).

A figura 9 retrata como eram os impressos sobre a divulgação da forte produção de café. Tais impressos motivavam a migração e o investimento na cidade em expansão. A figura ainda compara as arrecadações apucaraneses com as estaduais e federais.

Porém é necessário refletir sobre a migração maciça para espaços urbanos que ocorreram nas décadas seguintes. Assim contextualizam Araújo, Valdemarin e Souza (2015, p. 37).

Deve-se também registrar que o movimento demográfico nacional se fez a favor da vida urbana em detrimento da rural: a população brasileira em 1940 atinge 69% na zona rural, 64% em 1950 e depois 55% em 1960, ou seja, o êxodo rural é progressivo, o que ressoará na constituição da população urbana, direcionando prioritariamente as políticas educacionais dos estados para as áreas de concentração populacional em detrimento das zonas rurais onde imperava a população rarefeita, revelando uma diminuição progressiva.

A visão que prevalecia no ensino urbano e da cidade é que este sobrepujava ao rural, que, além de não possuir nenhum estímulo para frequentar as escolas, havia problemas oriundos das intenções políticas e econômicas, uma vez que se avaliava que jovens da área rural pouco aprendiam na escola que pudessem levar para seu mundo (BARREIRO, 2007).

As mudanças demográficas no município de Apucarana, principalmente referente ao aumento do número de pessoas no espaço urbano, implicaram na abertura de novos loteamentos, em alguns casos de terras impróprias para ocupação, tendo sido criados bairros estanques, causando isolamento e falta de acesso a infraestruturas necessárias (FARIA, 2007).

Tabela 4 Número de Habitantes Rural e Urbano em Apucarana nos anos de 1960 e 1970

Município/ Distrito	Total de Habitantes em 1960	Total de Habitantes em 1970	Quadro Urbano em 1970	Quadro Rural em 1970
Número Geral de Apucarana	47 443	70 577	44 723	25 854
Apucarana	28 701	50 780	42 950	7 830
Correio de Freitas	6 590	7 204	352	6 852
Pirapó	6 074	6 385	932	5 453
São Pedro	3 864	3 615	286	3 329
Vila Reis	2 214	2 593	203	2 390

Fonte: IBGE (2017).

Observa-se, na tabela 4, que o crescimento da população apucaranesa teve uma migração significativa da área rural a partir da década de 1970, aumentando assim a população urbana. Com o deslocamento populacional rural, ocorreu a diminuição do ciclo cafeeiro, a modernização e a mecanização do campo. As lavouras cafeeiras passaram a dar lugar para o cultivo de soja, milho, trigo,

pastagens e outras culturas, o que resultou em profundas mudanças em vários aspectos, inclusive a evasão das áreas rurais do município (FARIA, 2017).

Entre os dias 12 e 14 de julho de 1975, ocorreu a denominada “Geada Negra”, destruindo muitos cafezais do Paraná. Trata-se de um fenômeno climático que se diferencia da mera geada por queimar as plantas por dentro, fazendo com que tenham uma aparência escura, o tronco queima até o nível do solo. O historiador Roberto Bondarik, ao ser entrevistado pelo Jornal Gazeta do Povo (2015), afirma que “[...] foi o maior movimento migratório em tempos de paz na região. Além disso, o êxodo rural provocou um crescimento desordenado nas zonas urbanas”.

O fenômeno climático legitimou a voz dos setores da sociedade que pediam o fim da monocultura cafeeira – à revelia das consequências que traria para a imensa população rural paranaense. A ocupação do campo reduziu 60% nos 40 anos que se seguiram – passou de 4,5 milhões de pessoas para 1,5 milhão (GAZETA DO POVO, Os 40 anos da geada que devastou o Paraná, 17 jul. 2015).

Segundo o Jornal Gazeta do Povo (2015), estima-se que cerca de 300 mil trabalhadores rurais ficaram sem emprego, destinando-se às periferias das cidades, e expostos às dificuldades financeiras. A migração ocorreu tanto do campo para a cidade, como de cidades menores para cidades maiores, outras famílias saíram do Paraná.

Segundo o recenseamento do IBGE de 1980, a evolução demográfica do Paraná está de certa forma ligada à produção agrícola e às construções de ferrovias e rodovias. Dentre elas, destacam-se a Rodovia do Café – BR 376, que liga o norte paranaense com a capital; a BR 277, que liga o oeste do estado a Paranaguá, passando por Curitiba; e, a Rodovia dos Cereais – BR 369, que articula o oeste do Paraná com o estado de São Paulo. Abaixo, a tabela representa o crescimento populacional no Estado do Paraná, organizado pelo recorte temporal da pesquisa.

Tabela 5 Recenseamento da população brasileira nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980

Ano do Recenseamento	População Residente
1940	1 235 849
1950	2 112 893
1960	4 268 239
1970	6 936 743
1980	7 630 466

Fonte: Disponível em: IBGE (2017).

A tabela 5 evidencia um crescimento populacional considerável nas décadas de 1940 a 1980, decorrente, sobretudo, da evasão populacional do campo, da reestruturação fundiária e das grandes mudanças nos níveis de absorção de mão de obra na indústria.

Os dados estatísticos sinalizam que o crescimento da população brasileira ocorre proporcionalmente ao aumento da população que vem do campo para o meio urbano. Até o final do século XIX, é realmente pequena a quantidade de pessoas que vivem em cidades, pouco mais de 10%. Essa situação altera-se década a década, a ponto de os anos de 1960 e 1970 existia quase um equilíbrio entre população urbana e rural, com uma ligeira vantagem para as cidades. Observa-se que, entre os anos 1940 e 1960, as mudanças ocorridas sinalizam a distribuição populacional do Brasil no início do terceiro milênio. Esse período de fortes mudanças é justamente a época que mais nos interessa, é quando grandes transformações marcaram as vidas de brasileiros e brasileiras e, como consequência, há um processo de expulsão do campo e muitas pessoas veem nas cidades a única possibilidade para se estabelecerem. O Brasil era um país nitidamente rural e assim se manteve até a década de 1920, mas cada novo período a tendência irreversível foi o aumento da população urbana e o decréscimo da população rural (ALMEIDA, 2005, p. 280).

A lavoura cafeeira representava, até 1975, praticamente a metade do valor da produção agropecuária do estado. A microrregião do norte novo de Londrina era a segunda área cafeeira do estado, sendo 17% da área total ocupada por café, porém com a diversidade na produção variando entre soja, trigo, milho, arroz, feijão, algodão, amendoim e cana-de-açúcar (IBGE, 2016).

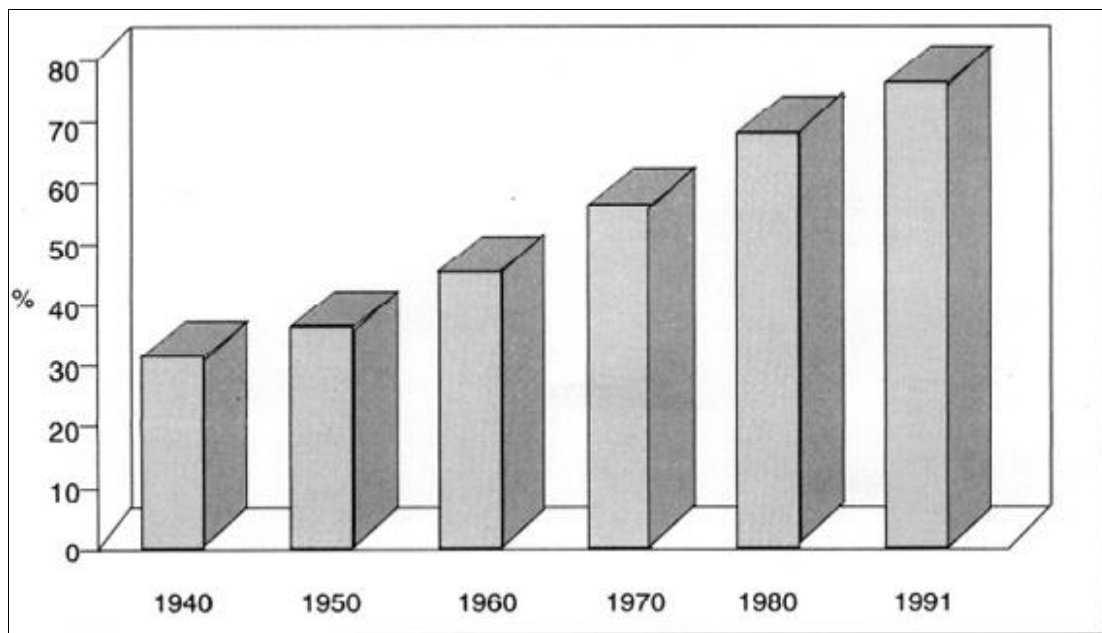
Em dez anos a população das cidades, que era menos de 30% da população, passou a ter mais de 70% e, com isso, o esvaziamento no campo foi inevitável. Tudo isso somado a um conjunto de fatores que contribuiu para que isto ocorresse, tais como: a falta de pessoas para trabalhar nas indústrias, a falta de política agrícola que pudesse

segurar o homem no campo e a modernização da agricultura que culminou com outros fatores climáticos em determinadas regiões do Estado (BARREIRO, 2007, p. 95).

As mudanças na dinâmica populacional paranaense, determinadas pelas políticas de modernização nacionais aliadas às “necessidades” de mão de obra nas indústrias e os fatores climáticos, fizeram com que grande parte da população rural se evadisse para a área urbana do estado.

O gráfico 1 demonstra a taxa de urbanização da população brasileira nos anos de 1940 à 1991, possibilitando a visualização quantitativa de migração no decorrer dos anos.

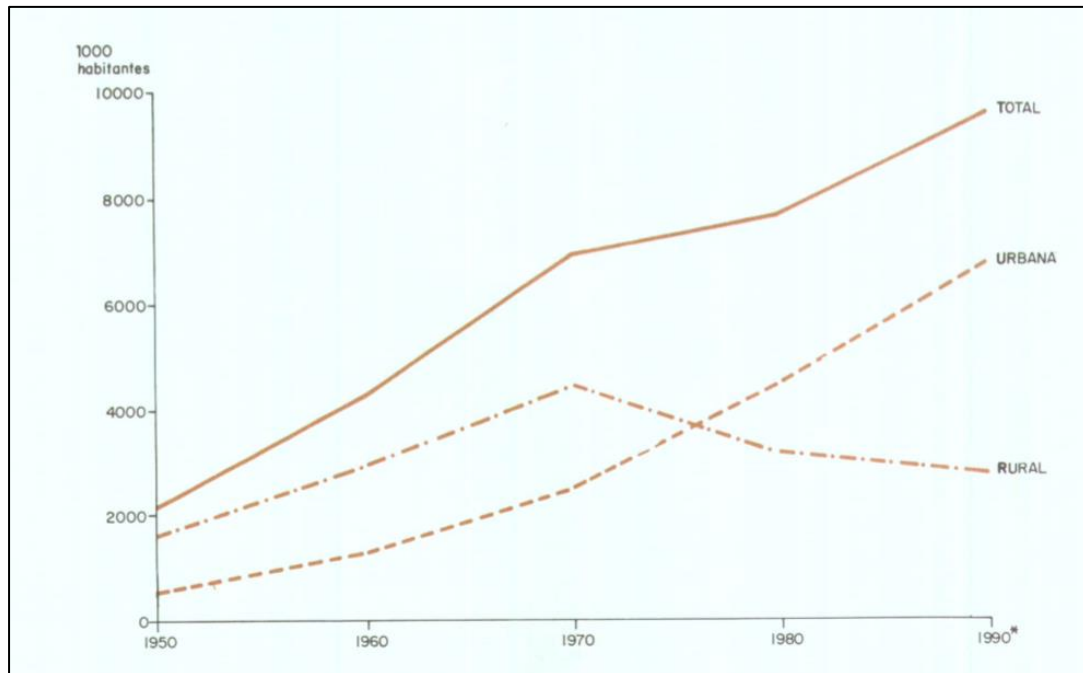
Gráfico 1 Taxa de Urbanização da População Brasileira (1940-1991)



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1992, apud Lampreia (1995).

Os gráficos 1 e 2 demonstram o percentual da população que migrou para os espaços urbanos nas décadas de 1940 à 1991. Portanto, as mudanças nos espaços geográficos brasileiros e em específico no Paraná, influenciaram também o modo de vida da população nas esferas social, econômica, política e até mesmo educacional.

Gráfico 2 População Urbana e População Rural no Paraná (1950-1990)

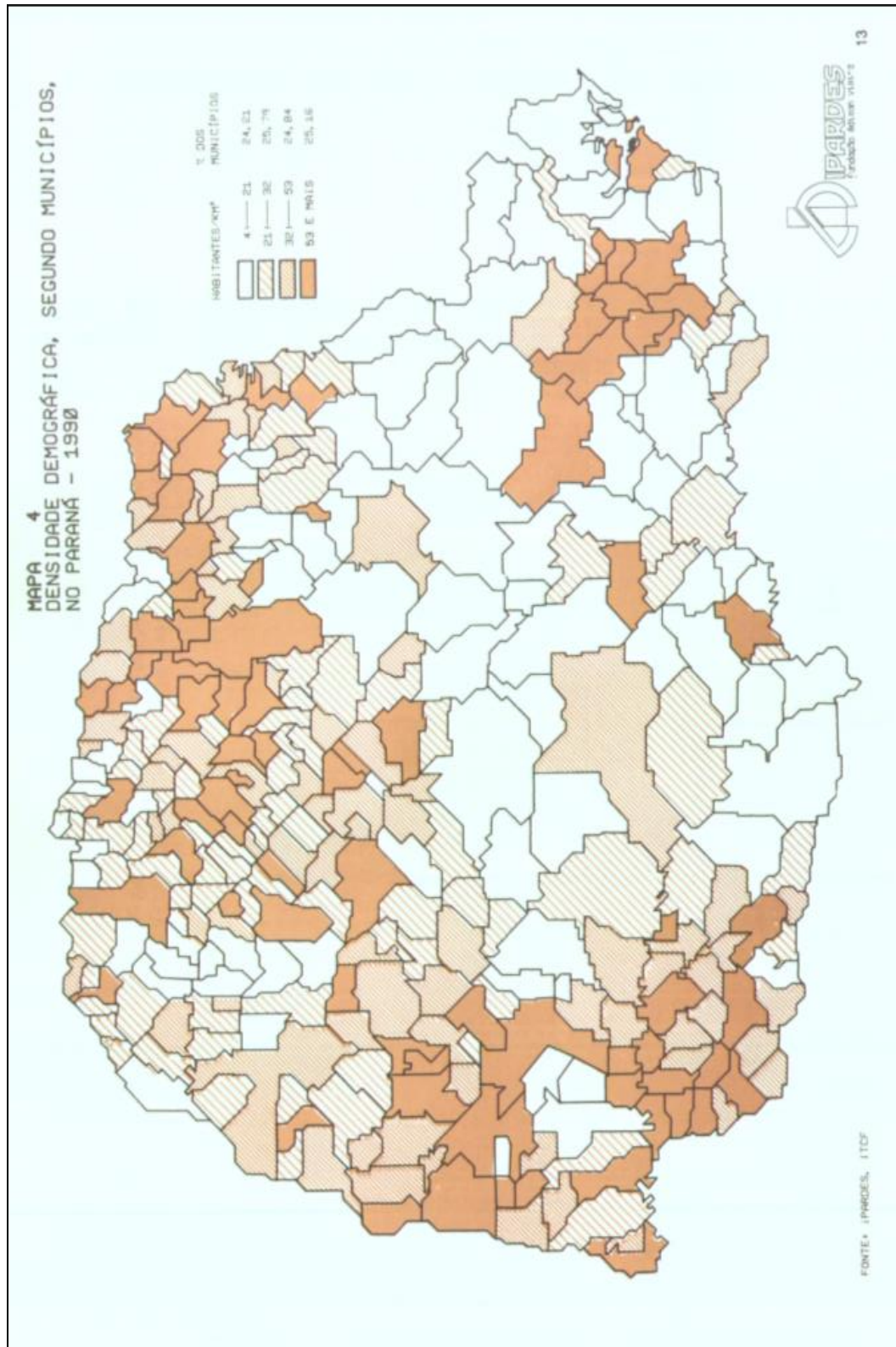


Fonte: IPARDES (1991).

O mapa 2 possibilita visualizar como a população paranaense ficou dividida nos municípios onde a industrialização teve maior ênfase na forma de subsistência, tornando algumas cidades mais populosas que outras.

Somente no Norte do Paraná entre 1970 e 1980 ocorreu uma redução de 1.138.164 habitantes na zona rural. Nas outras mesorregiões geográficas do Estado não foi tão acentuada já que em todo o Paraná a redução no mesmo período foi de 1.298.209 habitantes rurais, essa população procurou os centros regionais como as cidades de Maringá, Londrina e a região metropolitana de Curitiba, sendo essa devido à atração exercida pela implantação da Cidade Industrial de Curitiba, estendendo seu deslocamento para outras regiões do país (BARREIRO, 2007, p. 40).

Mapa 2 Mapa da base demográfica e social do Estado do Paraná (1990)



Fonte: IPARDES (1991).

O mapa 2 corresponde ao mapa de base demográfica social da urbanização das cidades paranaenses no ano de 1990. O expressivo número de habitantes concentrados na região norte central, nossa área de estudo, as cidades de Apucarana, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas, Maringá, dentre outras, evidencia grande concentração de habitantes. Tais mudanças demográficas desencadearam outras necessidades, como ocorreu na esfera educacional apucaranesa já em períodos anteriores.

De um lado, criaram-se indústrias, na sua maior parte dependentes de matérias primas importadas, de outro, criava-se a necessidade de um mercado de força de trabalho para as fábricas que se instalavam. Uma das maneiras mais rápida e fácil de buscar mão-de-obra barata era o meio rural. Agricultores abandonavam o campo, pela falta de uma política agrícola de valorização de seus produtos e por não terem as condições mínimas de adotar ou de enfrentar as novas tecnologias, ou as novas máquinas de preparar a terra, semear, colher, tirar o leite, aplicadas à agricultura e à pecuária e acabavam por engrossar a periferia das grandes cidades brasileiras (BARREIRO, 2007, p. 21).

Segundo o IBGE, os dados sobre a taxa de escolarização do primeiro grau (ensino fundamental) no Estado do Paraná, nos anos 1980, era de 81,7%. Esta mesma pesquisa aponta o crescimento para 94,2% nos anos 2000. A taxa era de 80,1% de alunos matriculados no primeiro grau (ensino fundamental) nos anos 1980 em nível nacional e de 94,3% nos anos 2000. Os dados demonstram que o nível de escolaridade da população paranaense nos anos 1980 era maior que a média nacional, enquanto que, nos anos 2000, essa taxa se iguala (IBGE, 2018).

Na década de 1980, a luta por educação mudou de perfil. Como os centros urbanos, neste período, não estavam preparados para receber um contingente tão grande de pessoas oriundas do campo, novamente sofreram, arcando com a falta de escolas nas cidades, além da falta de qualificação para desenvolver atividades urbanas sentiram as consequências da baixa escolaridade e a necessidade de lutar pela educação de seus filhos (BARREIRO, 2007, p. 95).

Em contrapartida, as famílias que permaneceram no campo sentiam grandes dificuldades de acesso à educação e, pela escassez de escolas, algumas desistiram dos estudos e outras tiveram que se deslocar para as cidades devido ao isolamento geográfico. As mudanças econômicas e sociais na estrutura de vida da população brasileira, inclusive paranaense e apucaranesa, transformaram também as formas

de organização das instituições sociais, repercutindo nas condições escolares e nas vidas dos sujeitos que delas faziam parte.

3 CENÁRIO EDUCACIONAL RURAL: ENTRE O IDEAL NACIONAL E ESTADUAL E O PRATICADO NO MUNICÍPIO

As pesquisas sobre o Ensino Primário paranaense perpassam pela história do Ensino Primário brasileiro em uma trajetória não linear, sendo influenciada pelas políticas educacionais e pelo contexto social, econômico. Ante esta interdependência, faz-se necessário acompanhar a trajetória da educação de modo contextualizado até o recorte temporal definido. A presente seção visa debater os modelos e as modalidades de Ensino Rural em Apucarana com o objetivo de reconstituir o cenário educacional no período mencionado.

As políticas educacionais, naquele contexto, podem ser entendidas como resultantes das normas, leis e regulamentos que norteavam o ensino. Tais políticas eram influenciadas pelo governo e pelos movimentos históricos da época, intervindo de maneira direta ou indireta no trabalho pedagógico.

A presente seção tem como objetivo apresentar as tendências nacionais, estaduais e municipais relacionadas à Educação Primária e Educação Primária Rural nos anos de 1940 a 1990. Propõe debater os modelos e as modalidades de Ensino Rural em Apucarana com o objetivo de reconstruir o cenário educacional no período mencionado, por meio de fontes documentais, referenciais e legislações específicas.

3.1 Debate sobre a Escola Primária Rural

Com base em documentos oficiais, como decretos, resoluções, portarias e o sistema de legislações que se encontram disponíveis *on-line* para consultas em páginas da Secretaria de Estado da Educação (SEED – Paraná), no Arquivo Público do Paraná e em outros portais públicos, construímos uma perspectiva dos documentos que circulavam no período pesquisado. Com o objetivo de debater a visão de Escola Primária Rural, buscamos contextualizar os ideais de educação presentes nos modelos de instituições escolares nas décadas mencionadas a fim de identificar a concepção de ensino primário que norteava as instituições próprias.

A denominação Escola Primária Rural foi apresentada, pela primeira vez, em mensagem referente ao exercício nos anos de 1924 a 1928 e apresentada, pelo presidente de Estado, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Legislativo, indicando as 120 escolas primárias rurais subvencionadas pela União, em conformidade com o decreto n. 13.014, de 13 de maio de 1918 (Paraná, 1928). Sobre esta questão é interessante observar as prescrições da Reforma João Luíz Alves da Rocha Vaz, instituída pelo decreto n. 16.782A, de 13 de janeiro de 1925, que estabelecia a participação da União para a difusão do ensino primário, bem como criava as bases sobre as quais a União subvencionaria os Estados na difusão da escola primária rural (SCHELBAUER, 2014, p. 80).

No país, existiam dois debates distintos sobre escola pública, primeiro o movimento ruralista a favor da expansão das Escolas Rurais, na defesa de que a escola trabalhe com conhecimentos necessários à vida rural, à economia agrícola com o propósito de manter a população rural em seu meio, representado por Sud Mennucci⁴. Por outro lado, o movimento renovador lutava por um ensino comum, a Escola Rural, sob este aspecto, seria uma instituição de ensino primário, obrigatória e gratuita (ÁVILA, 2011).

Ao final dos anos 1920, início de 1930, surgiu um movimento denominado “ruralismo pedagógico” que se opôs à outra concepção de organização do ensino na área rural que apresentava as mesmas formações e conteúdos para as escolas rurais e urbanas. Valorizava a escola rural como campo de experiência e ensaio de processos agrícolas modernos. Expressava um discurso de diferenciação entre a escola de zona rural, de zona urbana e de zonas litorâneas. O “ruralismo pedagógico” tinha como principal objetivo a contenção do êxodo rural para as regiões do entorno das grandes cidades (BAREIRO, 2007, p. 19).

Nesta configuração, tínhamos adeptos do ruralismo pedagógico que apontavam para a importância de oferecer condições de permanência da população rural, com a representação de Sud Mennucci, em contraponto ao movimento de renovação educacional, na defesa de uma escola comum, sob a representação de Almeida Junior (SOUZA; ÁVILA, 2014).

A proposta filosófica, política e educacional de Sud Mennucci parte da premissa de que, para haver a integração da zona rural à realidade brasileira, é necessária a criação de uma consciência agrícola. Esta, por sua vez, se construirá por meio da tarefa

⁴ Sud Mennucci (1892-1948) foi um educador paulista, crítico, denunciava as dificuldades enfrentadas entre professores e alunos das escolas rurais, defendia uma educação do campo que valorizasse o meio agrícola, onde a criança teria possibilidade de aprendizado dialético. (MATTOS, 2004).

educativa e da subdivisão de terras, rompendo com o vício cristalizado da monocultura latifundiária que oprime a formação da pequena propriedade e do pequeno agricultor (MENEZES; NOSELA, 2017, p. 2).

Sud Mennucci (1934), em *A Crise Brasileira da Educação*, denuncia a falta de condições e diferenças quando comparados os espaços urbanos e rurais.

Os serviços de utilidade coletiva, energia elétrica, luz, telefones dão a impressão de que foram inventados só para as cidades. É muito rara a Câmara Municipal que trata de salvaguardar convenientemente os interesses da zona rural para a fácil e cômoda implantação desses melhoramentos. Ainda recentemente, a Câmara de São Paulo encampou, na sua lei para a renovação do contrato com a Companhia Telefônica, um dispositivo caracteristicamente urbanista: delimitou uma área central com seis quilômetros de raio, estabelecendo assim uma zona privilegiada dentro da qual as ligações se podem obter sem a cobrança de taxas adicionais. Criou, destarte, municípios dentro do município, prejudicando a zona rural, que é a que habitualmente fica para além do raio fixado. Índice mais claro das nossas tendências abertamente urbanistas, não será dado encontrá-lo. E muito provavelmente o dispositivo vai ser imitado pelas câmaras das cidades mais importantes do Brasil. E isso, naturalmente, dará direito a que todas as demais empresas de serviços públicos pleiteiem obter cláusulas idênticas nos seus futuros contratos (MENUCCI, 1934, s/p.).

As críticas de Menucci (1934) a carência de políticas públicas para as Escolas Rurais refletem as muitas dificuldades que estas instituições enfrentavam, como ausências pedagógicas voltadas para as metodologias de trabalho docente e discente, falta de materiais didáticos, número restrito de professores, muitas vezes leigos, dificuldades na alimentação dos estudantes e ainda deficiências em sua formação. A professora não contava com outros profissionais para o trabalho na escola, sendo visível a omissão do Estado nos interesses rurais.

Sud Mennucci (1934) critica também à forma de recrutamento do professor rural, onde o espaço é interpretado como uma “cidade em esboço”. Para o autor, vai para o campo o professor novato, inexperiente, com péssima formação e, geralmente, com menos de vinte anos. Neste aspecto, anuncia que as dificuldades encontradas nas escolas rurais fazem com que este professor fique desmotivado, desejando a remoção para escolas urbanas e, antes que isto acontecesse, difundia-se uma campanha de esvaziamento do campo pela inadaptação do mestre-escola.

As Escolas Rurais a partir da década de 1940 adquirem a conotação de serem instituições responsáveis por fixar as populações do campo em seu ambiente

de origem, devendo ensinar conhecimentos básicos, desta forma, se o estudante migrasse para o ambiente urbano teria as aptidões mínimas para sobreviver. Além disso, essas escolas teriam outras finalidades, como proporcionar conhecimentos para as necessidades rurais (ALMEIDA, 2005).

Quando se analisa a realidade da escolarização em ambiente rural, esta se mostra diferente em relação às propostas e as matrizes curriculares eram as mesmas das escolas urbanas, neste aspecto o Estado se mostrou omissivo, transferindo ao professor ou professora as responsabilidades com a escola, estes muitas vezes eram os únicos profissionais da escola, tendo que realizar diversas tarefas (ALMEIDA, 2005).

As normas do ensino primário atendiam, na época, às demandas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, que tem cinco artigos dedicados à Educação e Cultura. No primeiro deles, consta:

Art. 128. A arte, a ciência e o seu ensino são livres á iniciativa individual e á de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino (BRASIL, 1937).

O ensino, orientado por esta legislação, estava submetido à iniciativa individual e à de associações coletivas, ou de pessoas coletivas. Desta forma, não era obrigatória a formação de professores, porém havia um interesse de incentivo a estes cursos.

Os dois artigos seguintes esclarecem que:

Art. 129. Á infância e á juventude, a que faltarem os recursos necessários á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas,

bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Art. 130. O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Os artigos 129 e 130 evidenciam a necessidade de assegurar a escolarização para aqueles que não tinham acesso a instituições particulares, por meio da fundação de escolas públicas e gratuitas, voltadas a vocação profissional. Outra questão era destinar às indústrias e aos sindicatos econômicos a incumbência de criação de escolas de aprendizes aos filhos de operários.

Por meio destes artigos, fica evidente a intenção da criação de escolas públicas voltadas para a formação para o trabalho, entendidas como subsídios de qualificação para o mercado industrial. Por outro lado, apesar da coexistência, neste mesmo período, de instituições privadas e de cunho confessional, são apontados objetivos diversos. Em seus artigos 131, 132 e 133 especificam-se normas de obrigatoriedade para algumas disciplinas, como educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais, em todas as Escolas Primárias, Normais e Secundárias. O ensino religioso, era contemplado como disciplina do curso ordinário das escolas primárias.

Art. 131. A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132. O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepara-las ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

Art. 133. O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos (BRASIL, 1937).

A educação era vista como um importante instrumento de construção da nacionalidade, tendo como iniciativas do governo federal, nos anos 1930 e 1940, estratégias para homogeneizar o povo brasileiro, espólio da maciça imigração e colonização ocorrida no final do século XIX e início do século XX (SOUZA; PINTO; ARAÚJO, 2015).

Exigia-se uma nacionalização por meio da utilização da língua nacional obrigatória e a proibição do uso de idiomas estrangeiros em espaços públicos. Anteriormente, estes ideais de nacionalização já eram observados e supervisionados até mesmo pelo Exército, que assistia às celebrações religiosas com a finalidade de reprimir pessoas suspeitas de fazer propaganda aos países do Eixo⁵ (RENK, 2014).

A escolarização nesta conjuntura sofria dificuldades referentes à tendência de desapropriação cultural em detrimento da imagem que se pretendia criar, de um país unitário.

Apesar da desproporção das contribuições negra, em certas áreas; indígena, alemã ou japonesa, em outras, nenhuma delas se auto definiu como centro de lealdades étnicas extranacionais. O conjunto, plasmado com tantas contribuições é essencialmente uno enquanto etnia nacional, não deixando lugar a que tensões eventuais se organizem em torno de unidades regionais, raciais ou culturais opostas. Uma mesma cultura a todos engloba e uma vigorosa auto definição nacional, cada vez mais brasileira, a todos anima (RIBEIRO, 1995, p. 243).

O “brasileirismo”, discutido pelo antropólogo Ribeiro (1995), vinculado à formação da população brasileira no período colonial, elucida um projeto de nação também presente no século XX, um processo de “vanglória nacionalista”, que posteriormente resulta em xenofobia. É proeminente que a população brasileira é resultante de uma mistura étnica, mestiça, de cultura diversa, porém com intencionalidades políticas de formação de unidade cultural.

O uso do Exército Brasileiro como instituição responsável pela repressão de culturas estrangeiras evidencia-se nos períodos que antecederam à Segunda Guerra Mundial. Aquele que não soubesse falar o português fluentemente deveria

⁵ Países que seguiam ideologias autoritárias (nazismo e fascismo) durante a Segunda Guerra Mundial.

ficar dois anos prestando o serviço militar, e aqueles que lessem e escrevessem em português ficariam um ano e meio (RENK, 2014).

Outra determinação fielmente cumprida no espaço escolar foi a de que os professores deveriam ministrar suas aulas em língua portuguesa. Estes eram proibidos de usar a língua da colônia na qual a escola pertencia.

Com a Constituição Federal de 1946, nos artigos referentes ao Ensino Primário, é visível a permanência da finalidade de unificação nacional, por meio da obrigatoriedade do ensino em língua nacional. Estabelece também a obrigatoriedade de empresas, indústrias e comércio, em que trabalhem mais de 100 pessoas, de financiar a escolarização de filhos dos empregados e dos trabalhadores menores de idade.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:
 I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
 II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
 III - as emprêsas⁶ industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos dêstes;
 IV - as emprêsas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;
 V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por êle, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;
 VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professôres, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;
 VII - é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946a).

O Decreto-Lei nº 8.529, de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário, tem o objetivo de ajustar e organizar o ensino primário, com diretrizes e prescrições que abrangem o ensino nacional.

⁶ As normas da língua portuguesa foram conservadas nas citações diretas de acordo com o período contemplado nas legislações, mantendo as regras ortográficas da época.

Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Art. 3º O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos o elementar e o complementar.

Art. 4º O ensino primário supletivo terá um só curso, o supletivo (BRASIL, 1946c).

Segundo a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, Lei nº 8.529, o Ensino Primário era a etapa inicial de educação formal, ofertado nas categorias fundamental ou supletiva. A primeira (fundamental) atendia a crianças de 7 a 12 anos de idade, a segunda (supletiva) destinava-se ao ensino de jovens e adultos que não haviam estudado no período regular (BRASIL, 1946c). A primeira categoria do Ensino Primário, o fundamental, era ofertada em duas modalidades: o elementar e o complementar. O primeiro (elementar) era articulado com artesanato, aprendizagem industrial e agrícola, o complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e formação de regentes de ensino elementar. O Curso Supletivo poderia ocorrer como aprendizagem agrícola e industrial e artesanatos em geral (BRASIL, 1946c).

Quadro 3 Curso Primário Elementar – Quatro anos de estudos

Disciplinas do Curso Primário Elementar
Leitura e linguagem oral e escrita
Iniciação matemática
Geografia e História do Brasil
Conhecimentos Gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho
Desenho e Trabalhos Manuais
Canto Orfeônico
Educação Física

Fonte: BRASIL, 1946c.

Tais políticas podem ser interpretadas por meio das matrizes curriculares que, mesmo em um país heterogêneo, são elaboradas com ênfase em uma só língua, em uma só cultura, a nacional, em consonância com a proposta idealizada de nacionalização.

Art. 1º O ensino primário tem as seguintes finalidades:

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de naturalidade humana;

- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho (BRASIL, 1946c).

Das finalidades do ensino primário é notória a objetividade voltada aos conhecimentos nacionais cívicos com o sentido de promoção de virtudes morais pertinentes à época, em Apucarana tal finalidade é observada em manifestações culturais como no desfile cívico.

Figura 10 Desfile Cívico na Avenida Curitiba em Apucarana (1959)



Fonte: IBGE (2017).

A figura 10 representa o desfile cívico de 7 de setembro do ano de 1959. As escolas desfilavam como forma de demonstrar o patriotismo, tal ato reforçaria o sentimento de pertencimento a uma nação, auxiliando na unificação étnica. Os desfiles cívicos são comuns até os dias atuais e, geralmente, fortalecem o uso de símbolos nacionais, como hasteamento da Bandeira Nacional e o canto do Hino Nacional.

É relevante salientar que existe um hiato entre o currículo prescrito e a prática educativa. As legislações representam a normatização da escola, o retrato das intenções do Estado ao tratar da educação, o currículo formal, ao passo que o currículo em ação seria voltado para as práticas escolares, o fazer docente e

discente. Desta forma, o olhar do/a pesquisador/a, ao observar as políticas para o ensino primário nacional, deve estar alinhado às perspectivas sociais sobre a formação do indivíduo. As áreas de conhecimento que o Estado, ou aqueles que o representam ao elaborar o currículo, considera obrigatório, assim como as disciplinas optativas e facultativas estão alinhadas com o que considera mais importante ou menos importante, assim como o número de aulas distribuídas ao longo do calendário escolar.

O calendário escolar era organizado em dez meses de aula, dois meses de férias, porém previa em lei ser flexíveis às conveniências regionais adaptadas ao clima, às zonas rurais e aos períodos de fainas agrícolas (BRASIL, 1946c).

Art. 5º O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e agrícola.
2. O curso primário complementar com os cursos ginasial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar.
3. O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, em geral (BRASIL, 1946c).

O ensino primário fundamental era organizado em dois cursos sucessivos, o elementar e o complementar, com matrizes curriculares diversificadas para a formação feminina e masculina, assim como os diferentes cursos ministrados.

Quadro 4 Disciplinas e Atividades do Curso Primário Complementar – Um ano

Programa Feminino	Programa Masculino
Leitura e linguagem oral e escrita	Leitura e linguagem oral e escrita
Aritmética e geometria	Aritmética e geometria
Geografia e História do Brasil e Noções de Geografia Geral e História da América	Geografia e História do Brasil e Noções de Geografia Geral e História da América
Ciências Naturais e Higiene	Ciências Naturais e Higiene
Conhecimentos das Atividades Econômicas da Região	Conhecimentos das Atividades Econômicas da Região
Desenho	Desenho
Trabalhos Manuais e Práticas Educativas referentes às atividades econômicas da região.	Trabalhos Manuais e Práticas Educativas referentes às atividades econômicas da região.
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Educação Física	Educação Física
Noções de Economia Doméstica e de Puericultura	-

Fonte: BRASIL, 1946c.

Quando são analisadas as propostas de programas, é possível constatar a sugestão ideológica de ensino e as finalidades de formação como observa-se no quadro 4 disciplinas do programa do Curso Primário Elementar conforme o gênero do estudante. Para a formação da menina, acrescentam-se “Noções de Economia Doméstica e de Puericultura”, evidenciando a pretensão de formar a mulher para o trabalho doméstico e a criação das crianças.

As legislações em vigor, no período, contemplavam a visão de criança apoiada às realidades do ambiente, para melhor compreensão do conteúdo estudado, o desenvolvimento do espírito de cooperação e de solidariedade social e a valorização de unidade nacional e fraternidade humana. Eram também explicitadas as teorias de educação que permeavam o pensar político nacional (BRASIL, 1946c).

Os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos organizavam-se em:

Quadro 5 Modelos de Ensino Primário (1946)

Escola	Especificidade
Escola Isolada (EI)	Quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.
Escolas Reunidas (E.R.)	Quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.
Grupo Escolar (G.E.)	Quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.
Escola Supletiva (E.S.)	Quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.

Fonte: BRASIL, 1946c.

Segundo o artigo nº 29 do Decreto-lei nº 8.529, de 1946, as especificidades das instituições escolares tinham finalidades e atribuições diferentes, as Escolas Isoladas e as Escolas Reunidas poderiam somente ministrar o curso elementar, já os Grupos Escolares poderiam ministrar o curso elementar e o curso complementar e as Escolas Supletivas apenas os cursos supletivos (BRASIL, 1946c).

As legislações nacionais manifestam ideais diferentes para os modelos existentes no período, inerentes aos objetivos que se propunham para os espaços vigentes. Tais ideais se expressam em vantagens para as escolas urbanas quando comparadas às Escolas Rurais, portanto aqueles que tinham o privilégio de acesso

às escolas urbanas tinham mais oportunidades de formação quando comparados às crianças das zonas rurais.

Sobre os movimentos nacionais para a promoção da escola primária, é válido citar, com base em Lima (2015), a Conferência Regional Latino-Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória, promovida pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura em coparticipação com a Organização dos Estados Americanos – OEA (1956). Dentre os projetos idealizados na Conferência aparece, no projeto de número 7, o incentivo à formação de professores para o trabalho com Escolas Isoladas por meio dos Cursos Normais.

Sobre as Escolas Isoladas, o projeto n.º. 7 prevê a organização de cursos destinados a habilitar professores normalistas para a atuação nas Escolas Isoladas, podendo ser regionais ou nacionais. A criação e fomento das referidas escolas como um meio de desenvolvimento e expansão do Ensino Primário para as zonas rurais, previsto na Resolução A. 1 da Carta de Punta del Este (CONFERÊNCIA INTERAMERICANAS DE EDUCAÇÃO, 1965).

Por outro lado, foi realizada a Campanha Nacional de Educação Rural entre 1952-1963, pelo Ministério da Educação e Cultura. Os estudos resultaram em revistas que envolveram algumas personalidades em sua elaboração, como o signatário da Escola Nova Lourenço Filho, organizadas e sistematizadas no decorrer de sete anos (BARREIRO, 2010).

No início, o coordenador da revista, professor Colombo Etienne Arreguy, apresenta a campanha:

Mas, diga-se, à guisa de Introdução, que os problemas a que a CAMPANHA NACIONAL DA EDUCAÇÃO RURAL se decidiu, por sua finalidade, a estudar e a atacar, são complexos, porque representam, em todo o seu conjunto, o drama perene em que vive uma infinidade de cidades e povoados da zona rural brasileira. Formam eles toda uma paisagem em que dois terços dos 56.000.000 da população do Brasil, vivem em tristes, primitivas e penosas condições, presas do analfabetismo, das epidemias, da má alimentação, da ignorância que gera ou acolhe a superstição, da ausência de processos racionais de trabalho e de produção, da falta de estímulo, enfim, e de meios que os condicionem à autosuperação de seus males humanos e mesológicos (BRASIL, 1959, p. 11).

Já na introdução, é possível analisar a visão preconceituosa e excludente que pairava sobre a Escola Rural, nas palavras utilizadas, como “primitiva”, “ignorância

que gera ou acolhe a superstição”, exemplificam o olhar do Ministério da Educação – MEC – sobre a população oriunda do campo.

A principal premissa que vem justificando a razão de ser desta Campanha resume-se, portanto, na reforma da mentalidade do homem, valorizando suas possibilidades e a do meio ambiente, para a elevação do nível e do padrão das comunidades rurais (BRASIL, 1959, p. 11).

No trecho da introdução citado, transparece o objetivo de transformar a cultura rural, visto que se degrada toda uma tradição em detrimento da cultura urbana. Valoriza-se a segunda, como padrão a ser seguida com o intuito de pôr em ação o projeto de progresso nacional, por meio da industrialização e modernização dos meios de produção e, conseqüentemente, da escola pública.

As Escolas Rurais tinham variadas problemáticas, porém não eram oriundas da cultura rural, mas da falta de recursos humanos e financeiros para sua manutenção, como se pode perceber na figura 11. O relatório de recursos da Escola Rural Municipal Pedro Álvares Cabral, de Apucarana-PR evidencia a ausência de materiais como mapas, globos, falta de materiais para a prática lúdica e esportiva.

Neste cenário educacional os recursos materiais são fundamentais para o processo de aprendizagem como jogos pedagógicos, mapas, livros, globos; Espaços diversos: Sala de aulas grandes e arejadas, quadra de esportes, bibliotecas, banheiros, refeitórios.

Figura 11 Relatório de Materiais da E.R.M. Pedro Álvares Cabral

Pedro Álvares Cabral

· Materiais que a Escola dispõe para a prática de Educação Física:

,bolas Outros :

cordas

bastões

· Equipamentos que a Escola possui :

EQUIPAMENTOS	Quantidade
mesas	01
carteiras	20 (Duplas)
bancos	-
cadeiras	01
armários	01
quadros de giz	01
mapas	01 (Município)
globos	-

Fonte: Arquivo da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana (s/d).

As formas de organização do ensino neste cenário configuram a pretensão ideológica presente nas políticas públicas nacionais para a educação. Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com uma nova roupagem para a natureza do ensino, trazendo alterações nas legislações anteriores.

A LDB 4024/61 alterou as leis orgânicas de 1942 e estabeleceu a educação de grau médio. Sua elaboração teve início em 1948 quando se estabeleceu discussão entre os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica e os que defendiam a escola privada. Dois documentos marcaram os diferentes debates políticos da época para a defesa da escola pública e gratuita: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, e “Mais uma vez convocados”, de 1959 (MACHADO, 2016, p. 69).

A LDB resultou de discussões, entraves e mudanças nas políticas do país, foram 13 anos da apresentação do primeiro projeto, em 1948, à promulgação no governo João Goulart, em 1961. Segundo Saviani (2008c), os intelectuais que norteavam o projeto de lei eram os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, trazendo traços marcantes para a diretriz.

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entrou para a pauta do Congresso em 29 de outubro de 1948, data em que se comemorava o aniversário de queda de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Tendo sofrido vários retornos à Comissão de Educação e Cultura, o texto em debate foi substituído por um projeto de Carlos Lacerda, apresentado em 1958, que incorporava os interesses dos estabelecimentos particulares de ensino. As discussões travadas em torno do projeto foram marcadas pelo conflito entre escola pública e escola particular (RAMOS, 2005, p. 231).

Saviani (2008b) se propõe a especificar os conceitos da nomenclatura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para o autor, a expressão Diretrizes e Bases não era comum entre os educadores, trazendo certas dificuldades de compreensão. Portanto, a palavra “diretriz” possui uma configuração de “norte”, preceitos normativos, caminho a seguir, e a palavra base, um sentido de alicerce, fins e meios.

Criar uma lei específica para a educação não é somente institucionalizar, mas sim sistematizar, já que as escolas estavam funcionando mesmo antes da criação

da primeira LDB. A necessidade se justifica na possibilidade de criação de um sistema, a condução de uma escola comum (SAVIANI, 2008b).

Sobre o ensino primário, a LDB nº 4.024/1961 criava parâmetros e diretrizes:

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento (BRASIL, 1961).

Outra questão, presente na LDB nº 4.024/1961, refere-se aos ideais de obrigatoriedade do ensino primário.

Art. 31. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses.

§ 1º Quando os trabalhadores não residirem próximo ao local de sua atividade, esta obrigação poderá ser substituída por instituição de bolsas, na forma que a lei estadual estabelecer.

§ 2º Compete à administração do ensino local, com recurso para o Conselho Estadual de Educação, zelar pela obediência ao disposto neste artigo.

Art. 32. Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL, 1961).

Os artigos 31 e 32 da LDB nº 4.024/61 deixam claro a transferência de responsabilidades da educação primária rural para os/as trabalhadores/as rurais, já anunciados na Constituição de 1946, deixando a frequência e manutenção de tais escolas como facultativas. Outra questão que deve ser destacada é a divergência no trato com o empresariado e os proprietários rurais.

Em 1964, com o governo militar, ocorreram também mudanças na estrutura educacional brasileira, reformas educacionais foram instituídas. Será dado destaque à Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, determinada pela LDB n. 5.692, de 1971.

[...] foi aprovada, em 11 de agosto de 1971, a Lei n. 5.692/71, que unificou o antigo primário com o antigo ginásio, criando o curso de 1º grau de 8 anos e instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho (SAVIANI, 2008c, p. 298).

A educação, neste contexto, é considerada tecnicista, seus estudos são voltados ao desenvolvimento de habilidades técnicas, com o objetivo de implementar o modelo empresarial na escola, ensinar o aluno através do treinamento, utilizando manuais de instruções, a escola toma a forma de indústria, onde alunos são preparados para o trabalho. Há, nesta época, uma grande ênfase nos cursos técnicos (SAVIANI, 2006b).

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2008b, p. 381).

A educação, nesse momento, é vista como um subsistema, essencial para o equilíbrio social, utiliza como base a psicologia behaviorista, a engenharia comportamental, a ergonomia, informática, cibernética, a inspiração na filosofia neopositivista e o método funcionalista.

As formas de se fazer a educação brasileira foi discussão presente em impressos, resoluções e legislações acompanhadas de tendências da época. A pesquisadora Rosa de Fátima Souza (2012), na obra *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*, alerta sobre a utilização de legislações como fontes de pesquisa em história da educação. Esta fonte necessita de interpretação cuidadosa, já que expressa a indução de uma prática pedagógica por parte do poder público e que nem sempre a redação da legislação expressa a realidade escolar, mas configura uma cultura escolar. É importante reconhecer, todavia, que questões, ao serem discutidas em um determinado período da história da educação são relevantes para a análise de discussões posteriores.

A legislação, como fonte de pesquisa para história da educação, é limitada para a compreensão das práticas realizadas e do funcionamento efetivo do ensino nas instituições escolares. Não

obstante, ela permite compreender as racionalidades instituídas e as tentativas do Poder Público de ordenamento e configuração do ensino. Também se deve levar em conta os efeitos que a legislação produz na cultura escolar; seja se constituindo como parte desta cultura, seja induzindo e conformando práticas, ou ainda, mobilizando diálogos e reações dos sujeitos educacionais com as normas estabelecidas (SOUZA, 2012, p. 27).

As legislações são fontes de estudo, porém devem ser interpretadas como práticas idealizadas pelo poder público, nem sempre com a participação popular. Maria Elisabeth Blank Miguel (2006) discute as análises necessárias para a interpretação de fontes oficiais:

As fontes oficiais como a legislação e os relatórios possibilitam o entendimento do modo como a educação primária pública foi percebida no período pesquisado. As informações que comunicam traduzem tão somente uma perspectiva e um posicionamento de determinada fração da sociedade, e a legislação expressa o equilíbrio possível entre as facções que detinham o poder político. Os relatórios, quando escritos pelos inspetores provinciais, não parecem traduzir as reais condições da escola, dos professores, da estrutura física e material, da situação dos alunos e dos pais. Porém, os relatórios dos professores e dos inspetores distritais contêm maiores dados da realidade (MIGUEL, 2006, p. 187).

Neste aspecto, as fontes oficiais propiciam para a pesquisa a compreensão da perspectiva daquela parcela da população, as que detêm o poder político, que nem sempre representa o restante da população.

Os trabalhadores rurais vivem um processo de afastamento de suas atividades originais, o que culmina com a expulsão do campo. Há um deslocamento crescente do meio rural para o urbano, e, conseqüentemente, o encontro e o choque entre valores e referências desses dois mundos. A nova ordem econômica impõe a adoção de outros parâmetros culturais identificados com a modernização pela via da industrialização e urbanização. O país “moderniza-se” e tal modernização reflete diretamente as escolhas e os caminhos educacionais percorridos. O mundo urbano passou a ser o condutor, é lá que as decisões políticas e econômicas passam a ser tomadas e que se constroem as novas referências culturais (ALMEIDA, 2005, p. 280).

Neste sentido, as possibilidades de análise histórica vão além dos documentos oficiais, mas tais documentos devem ser pesquisados a fim de permitir a contextualização dos ideais expressos no movimento político e histórico.

3.1.1- Debate sobre Escola Primária Rural no Paraná

Em âmbito estadual, a Secretaria de Educação e Cultura, no governo Ney Braga, por meio do Decreto nº 10.290, de 13-12-1962, estabeleceu nova seriação e programas para os grupos e casas escolares.

Artº 1º – O Ensino Primário do Estado do Paraná será ministrado em seis séries anuais nos grupos escolares.

§ 1º Nas casas escolares, o ensino primário será ministrado em cinco séries anuais, podendo existir classes de 6ª série, quando houverem instalações apropriadas, especialmente oficinas de arte indústria.

§ 2º Nas escolas isoladas, a duração do curso primário será ampliada de três para quatro séries anuais (PARANÁ, 1963).

No governo de Ney Braga (1961-1965), o estado do Paraná programou mudanças estruturais nos cursos primários, ampliando o número de séries: nos Grupos Escolares, atendendo em seis séries anuais; nas Casas Escolares, cinco ou seis séries anuais; e, nas Escolas Isoladas, até quatro séries anuais. A ampliação se justifica em decorrência da LDB nº 4024/1961 que deliberou aos estados a possibilidade de oferta do Ensino Primário de até seis anos e o Plano Nacional de Educação fixou como meta a matrícula nas 5ª e 6ª série de 70% dos alunos até 1970, portanto o Paraná buscava atender às exigências do PNE e as possibilidades da LDB nº 4024/1961 (PARANÁ, 1963).

Os programas das disciplinas para o Ensino Primário em Escolas Isoladas foram aprovados por meio da Portaria nº 110/1963, sendo elas: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais e Higiene. (PARANÁ, 1963). Sendo organizadas da seguinte maneira:

Programa de Linguagem

Objetivos Gerais:

- Favorecer a compreensão da necessidade de aperfeiçoamento da linguagem como instrumento da formação moral e cívica e intercâmbio social;
- Formar a atitude de empregar cada palavra na função que melhor contribua para a clareza da linguagem, o que supõe análise apurada e penetração nos fatos da língua;
- Desenvolver o interesse pela boa literatura e pela leitura do material variado com a finalidade de informação e recreação (PARANÁ, 1963, p. 15).

Dos objetivos gerais da disciplina de Linguagem, é possível inferir, no trecho “instrumento da formação moral e cívica e intercâmbio social”, a preocupação com o moralismo e o civismo. O ideal de educação já era observado durante o governo Vargas em 1940 e esteve presente até o governo Itamar Franco, quando revogou o Decreto-lei nº 869, de 1969, tornando obrigatória a inclusão da disciplina “Educação Moral e Cívica” nas escolas em todos os graus e modalidades. Justificado pelo desacordo com ideais de democracia, gerou “repulsa no âmbito da comunidade acadêmica”, a carga-horária da disciplina foi incorporada na área de Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 1993).

Quadro 6 Programa da Disciplina de Linguagem

Série	Hábitos que Devem ser Criados	Mínimo Essencial
1ª série	Levar o aluno a: <ul style="list-style-type: none"> - Ler sem apontar as palavras; - Ler sem balançar o corpo ou a cabeça; - Ler sem mover os lábios, quando a leitura for silenciosa; - Sentar-se corretamente ao escrever; - Escrever de modo legível; - Conversar sem elevar a voz demasiadamente; - Falar, quando chegar a sua vez; - Zelar e conservar o material de leitura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e Escrita; - Cópia; - Ditado. <p>Organização dos Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressão Oral e Escrita; - Ortografia e Gramática Aplicada.
2ª série	Além dos específicos da 1ª série o professor deve levar o aluno a: <ul style="list-style-type: none"> - Organizar o pensamento antes de o exprimi-lo oralmente ou por escrito; - Na leitura, dominar expressões e frases inteiras; - Articular cada palavra de maneira que o final seja audível; - Rer o trabalho antes de entregá-lo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e Escrita; - Cópia; - Ditado. <p>Organização dos Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressão oral; - Composição de frases; - Narração; - Vocabulário; - Gramática Aplicada.
3ª série	Além dos específicos da 2ª série, o professor deve levar o aluno a: <ul style="list-style-type: none"> - Recorrer a fontes de informação – dicionário, índices, enciclopédias e outros livros didáticos; - Interessar-se pelos trabalhos de correção em classe; - Anotar ordenadamente as noções desenvolvidas em aula; e utilizar-se delas quando necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e Escrita; - Leitura; - Ditado. <p>Organização dos Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura com dificuldades ortográficas; - Expressão Oral e Escrita.

4ª série	<p>Além dos específicos das séries anteriores o professor deve levar o aluno a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressar com clareza e de várias maneiras, o mesmo pensamento; manter no mais alto grau, nas aulas de escrita, as qualidades de legibilidade e rapidez; - Assegurar o hábito de boa disposição dos trabalhos, respeitando margens, espaços, títulos e parágrafos; - Fazer uso de anotações de aula, dicionários e livros didáticos, a fim de esclarecer dúvidas ou corrigir os próprios trabalhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e Escrita; - Leitura; - Ditado. <p>Organização dos Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura com dificuldades ortográficas; - Expressão Oral e Escrita.
----------	---	--

Fonte: Paraná (1963).

O programa da disciplina de Linguagem para Escolas Isoladas era ministrado em Língua Portuguesa e, além de esclarecer os conteúdos que deveriam ser ministrados, levava em conta as atitudes e posturas que se esperava dos alunos, como comprometimento com os conteúdos trabalhados, organização, zelo, capricho e disciplina. Não havia preocupação com uma interpretação crítica do conteúdo, trocas de conhecimento e diálogo entre os sujeitos do processo educativo.

A disciplina de Matemática visava fornecer aos alunos instrumentos básicos para a vida em sociedade e resolução de problemas na vida prática em consonância com a vida real (PARANÁ, 1963).

Quadro 7 Programa da Disciplina de Matemática

Série	Hábitos que Devem ser Criados	Mínimo Essencial
1ª série	<p>Levar o aluno a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Refletir, antes de responder qualquer questão que lhe for apresentada; - Formar hábitos de ordem, legitimidade, rapidez e exatidão nos trabalhos de matemática; - Persistir no trabalho, até a conclusão satisfatória; - Verificar seus exercícios antes de apresentá-lo ao professor. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções intuitivas e práticas através das necessárias comparações de: quantidade, tamanho, posição, distância, tempo, medidas; 2. Estudo objetivo do número de 1 a 9; 3. Estudo objetivo dos números até 20 - Adição e Subtração; 4. Numeração até 100 – Adição e Subtração; 5. Divisão de tempo; 6. Moeda Brasileira; 7. Conhecimento dos Sólidos.
2ª série	<p>Além dos específicos da 1ª série, o professor deve levar o aluno a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar os hábitos de ordem, legibilidade, rapidez e exatidão nos trabalhos de matemática; - Usar os termos e expressões apropriadas; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções intuitivas e práticas de: quantidade, tamanho, posição, distância, tempo e medida; 2. Numeração até 100 – Operações.

	- Analisar com atenção para encontrar a relação entre os dados dos problemas.	
3ª série	Além dos específicos da 2ª, série o professor deve levar o aluno a: - Analisar os problemas, planejar a execução, dispor os elementos; - Redigir com precisão a resposta e verificar os resultados.	1. Numeração até milhões – Operações; 2. Noções de frações ordinárias; 3. Frações e números decimais; 4. Sistema monetário; 5. Sistema legal e unidades de medida.
4ª série	Além dos específicos das séries anteriores, o professor deve levar o aluno a: - Analisar, planejar, efetuar e verificar sistematicamente os resultados de todos os exercícios; - Efetuar cálculos com rapidez e segurança; - Persistir no trabalho até a conclusão; - Usar cálculo mental para resolução de problemas práticos com rapidez e segurança.	1. Numeração e operações; 2. Sistema legal de unidades de medidas; 3. Número fracionário; 4. Problemas relacionados aos conhecimentos de sistema legal de medidas, números fracionários e sistema monetário brasileiro.

Fonte: Paraná (1963).

A disciplina de Matemática primava pelo raciocínio lógico e rápido, os quais deveriam ocorrer mentalmente. Os conteúdos eram sistematicamente organizados de maneira gradual, prevalecendo a noção de quantidades e de cálculos.

A disciplina de Estudos Sociais, ao substituir o ensino de História e Geografia, pretendia integrar o indivíduo na sociedade, mostrando novamente o enquadramento da Educação Moral e Cívica como objetivo.

Quadro 8 Programa da Disciplina de Estudos Sociais

Série	Hábitos que Devem ser Criados	Mínimo Essencial
1ª série	Levar o aluno a: - Dar informações claras sobre si e sua família; - Observar o meio que o cerca (família – escola – sociedade); - Adotar atitudes dignas e respeitadas nas relações com as pessoas que com ele convivem e com as nossas tradições patrióticas; - Cooperar prestando pequenos serviços e trabalhando sem perturbar os demais; - Ser cortês e gentil nas relações com	- O aluno – identidade; - A família do aluno – membros que a compõem; - A casa do aluno; - A escola; - Datas nacionais; - Bandeira e Hino Nacional.

	<p>os colegas e pessoas mais velhas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ser pontual, leal, discreto e ter amor ao trabalho; - Ter ordem e zelo pelo material escolar, vestuário e objetos que o cercam. 	
2ª série	<p>Além dos específicos da 1ª série, o professor deve levar o aluno a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cooperar na conservação, ordem e asseio da moradia, da escola, dos veículos, dos locais de reunião que se utilizar; - Ser pontual e cumpridor dos deveres; - Praticar os preceitos de higiene de maneira geral, abrangendo vários aspectos da vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - A escola; - A localidade - bairro; - Município do qual pertence a escola; - Datas nacionais; - Símbolos nacionais; - Símbolos estaduais.
3ª série	<p>Além dos específicos da 2ª série, o professor deve levar o aluno a: Recorrer a livros, mapas e outras fontes de informação; viabilizar o trabalho como fator do progresso individual e coletivo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Paraná; 2. Referência sobre a História do Brasil; 3. Aspectos sobre o relevo paranaense; 4. Clima; 5. Independência do Brasil; 6. Proclamação da República; 7. O Brasil; 8. Principais rodovias, ferrovias e aerovias que estabelecem ligação entre as cidades do interior e a Capital e outros estados e países; 9. Governadores do Estado do Paraná.
4ª série	<p>Além dos específicos das séries anteriores, o professor deve levar o aluno a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Observar e estudar, investigar e avaliar, antes de chegar a conclusões, - colecionar, construir e utilizar, convenientemente, instrumentos e materiais ilustrativos, recorrer as instituições e serviços públicos de valor imediato na vida prática. 	<p>Geografia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Brasil; - Divisão do globo terrestre em terras e águas; - Países da América e os mais conhecidos da Europa, Ásia, África e Oceania e suas capitais. <p>História:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Noção geral de mundo do século XV; 2. Período pré-colonial e colonial do Brasil; 3. Brasil Reino; 4. Brasil Império; 5. Brasil República.

Fonte: Paraná (1963).

Os conteúdos da disciplina de Estudos Sociais, distribuídos ao longo das quatro séries do Ensino Primário nas Escolas Isoladas, manifestam os aspectos voltados para a História e a Geografia e só aparecem de forma organizada na 4ª série. Nota-se uma extensão maior de conteúdos a serem ensinados.

O ensino de Ciências Naturais e Higiene é a última das disciplinas que compõe a matriz curricular referida. Tinha como objetivos gerais: “Levar o aluno a observar fatos do meio em que vive”, portanto, o ideal era que o professor/a partisse da vivência do aluno, do local para o diverso; “Estimular o aluno à experimentação, a fim de levá-lo a compreender a relação de causa e efeito na mudança das coisas”, a busca pela interpretação por meio da experimentação sobre o efeito das coisas; e, “Verificar que as ciências naturais e a higiene têm contribuído para melhorar as nossas condições de vida” e, por último, auxiliar os discentes a compreenderem a importância da disciplina para a vida humana (PARANÁ, 1963).

Quadro 9 Programa de Ciências Naturais e Higiene

Série	Hábitos que Devem ser Criados ou Desenvolvidos	Assuntos que o professor poderá abordar:
1ª série	Levar o aluno a: - Manter o asseio corporal; - Cuidar do vestuário e calçados para mantê-los limpos; - Zelar pelo asseio e conservação do material escolar, bem como do mobiliário e prédio escolar; - Zelar pela saúde brincando ao ar livre, estudando com a luz do dia, preservando os alimentos da poeira e moscas.	Referente aos: 1. Animais; 2. Vegetais; 3. Água; 4. Ar; 5. Tempo; 6. Firmamento.
2ª série	Além dos específicos da 1ª série, o professor deve levar o aluno a: - Zelar pelos bens públicos e particulares dos locais de reunião e diversão que utilizar; - Cooperar para a melhoria das condições de vida do seu meio, servindo-se dos ensinamentos recebidos.	Referente aos: 1. Animais; 2. Vegetais; 3. Água; 4. Tempo.
	Além dos específicos da 2ª série, o professor deve levar o aluno a: - Apreciar os benefícios que usufruímos hoje em comparação com os de nossos antepassados e sentir o desejo de	Referente aos: 1. Animais; 2. Vegetais; 3. Água; 4. Firmamento.

3ª série	também cooperar pelo bem geral; - Honrar e respeitar as diferentes formas de trabalho humano, compreendendo a dependência recíproca em que vivemos.	
4ª série	Além dos específicos das séries anteriores, o professor deve levar o aluno a: - Distribuir horas do dia entre o trabalho, recreação e repouso, a fim de proporcionar ao organismo a atividade e o descanso requeridos à manutenção da saúde; - Aperfeiçoar, dia a dia, seu trabalho e conduzi-lo ao menor tempo possível; - Recorrer a livros, revistas bem informadas, professores ou especialistas, para obter esclarecimentos sobre as dúvidas que tiver nos estudos.	Referente aos: 1. Homem; 2. Calor; 3. Som; 4. Eletricidade; 5. Gravidade; 6. Ar; 7. Máquinas.

Fonte: Paraná (1963).

O programa da disciplina de Ciências Naturais e Higiene revela o objetivo da formação para o trabalho. Na 4ª série, um dos hábitos para serem criados e desenvolvidos seria “distribuir horas do dia entre o trabalho, recreação e repouso”, outro aspecto era a preocupação com os cuidados pessoais e com o local de estudo, como forma de “manutenção da saúde” (PARANÁ, 1963).

Os programas das disciplinas distribuídas nos quadros anteriores foram organizados por nós, elencados segundo os interesses da pesquisa, porém não contemplam o programa como um todo, foram escolhidos aspectos sobre os hábitos, objetivos da disciplina e alguns conteúdos, a fim de dar visibilidade às especificidades dos programas e das matrizes curriculares das Escolas Primárias paranaenses isoladas.

Segundo Schelbauer (2014), as chamadas Escolas Isoladas eram situadas em áreas de colonização, geralmente com uma sala de aula, multisseriada e apenas um professor ou professora. No estado do Paraná estas escolas eram em número bastante representativo.

Os Grupos Escolares contavam com salas organizadas, conteúdos distribuídos de forma hierárquica, a presença de um diretor (geralmente do gênero masculino). Durante algum tempo, as salas eram divididas: meninos e meninas não estudavam juntos. A extinção dos grupos escolares ocorreu em meados de 1971.

Nessa conjuntura, existiam variados modelos e nomenclaturas de escola, como as Escolas Isoladas (1960-1970), Escola Reunida (seguia o mesmo padrão dos Grupos Escolares, porém mais modestas), Escolas Ambulantes. Ocorriam diferenças não só nos conteúdos e nas disciplinas ministrados, assim como em outros fatores. Constituíam uma cultura escolar, regida por um poder regulador que dava valor a algumas áreas em detrimento de outras, ou seja, impunha aquilo que faria parte da aprendizagem dos alunos ou não. Desta forma, a escola primária rural pode ser interpretada como desfavorecida em um cenário de educação nacional com ideais de modernidade.

Diante desse contexto, a escolarização começou a ser percebida como uma forma de contribuir para o ajustamento dos indivíduos aos modelos econômicos e sociais que emergiam na sociedade brasileira e, timidamente, na sociedade paranaense (AKSENEN; MIGUEL, 2017, p. 802).

O contexto social e econômico se relacionava às políticas públicas existentes. No Paraná, a atenção às modalidades de ensino também se faziam diferentes, Escolas Primárias Rurais não recebiam a mesma atenção pública que os modernos espaços dos Grupos Escolares.

3.2 Escolarização da População Apucaranaense

Para contextualizar o cenário de criação das escolas primárias rurais no município de Apucarana-PR, foram abordados, inicialmente, os fatores que impulsionaram a criação das escolas rurais brasileiras e seus desdobramentos históricos, políticos, econômicos e sociais. Para possibilitar tais análises, foram elencadas algumas pesquisas publicadas anteriormente sobre o tema referido.

[...] o desenvolvimento econômico e os projetos políticos estaduais tiveram grande peso na conformação de escolas rurais ou urbanas, ao que levou ao privilegiar determinadas regiões dentro de um mesmo estado, na construção das edificações escolares, no arranjo orçamentário com a União, no estabelecimento dos requisitos mínimos para o exercício da docência, na certificação de estudantes

e, por meio dela, na constituição da população escolarizada (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 32).

As formas de avaliar o investimento em educação podem variar segundo as especificidades de cada governo e o contexto histórico em que está inserido, além disso existem variadas formas de se pensar a educação. Para alguns programas políticos, a construção de edifícios escolares é uma forma de investimento, outros acreditam na importância da criação de normas e legislações, ou então no investimento em formação de professores, ou até mesmo a crença em novas metodologias, como meio de alcançar a qualidade de ensino.

Outra questão existente são os modelos diferentes de escolas presentes nos períodos históricos referidos juntamente com o aparecimento das primeiras cidades e seu povoamento. Entre os espaços rurais e urbanos, temos as escolas rurais e urbanas.

Esses dois modelos de escola foram constituídos historicamente e disseminados nos países ocidentais no processo de universalização da escola pública. Ambos tiveram efetivações diversas em cada país e região em que foram instalados e se transformaram por meio de inovações pedagógicas, dos programas e dos métodos de ensino. A escola unitária consagrou-se como o modelo mais antigo, enquanto a escola graduada, configurada na segunda metade do século XIX, emergiu sob o signo da modernidade, considerada um modelo novo e mais eficaz de escola para a promoção da educação popular (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 35).

A escola era vista como a instituição que poderia moldar a sociedade, eram notórias as variadas formas de se pensar a educação; então, para intensificar todos esses poderes dados à escola múltiplos projetos eram criados e disputavam a hegemonia. Tais ideais eram incorporados às visões necessárias para os avanços tecnológicos do país e, como decorrência, novas metodologias eram criadas e disseminadas, assim como a crescente necessidade de investimentos na formação de professores para estas instituições.

A Escola Rural, neste contexto histórico e político, evidencia os interesses e necessidades daquele momento e o Brasil, neste espaço temporal, poderia ser interpretado como um país de economia predominantemente agrária, justificando a necessidade de implantação de escolas rurais.

A partir de 1930, a preocupação com a organização e qualidade do ensino no meio rural se fez mais presente. Problemas como

precariedade da oferta de instalações, materiais didáticos e principalmente a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício eram insistentemente apontados (BAREIRO, 2007, p. 21).

Em Apucarana, as colonizações ucranianas, japonesas, polonesas, alemãs, espanholas, italianas, árabes mesclaram-se com negros, indígenas e pessoas oriundas de migrações de outros estados brasileiros, formando um grupo étnico de variadas origens (Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, 1968, s/p).

Figura 12 Registro da Inauguração da Escola Nova Ucrânia



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p (1968).

Com a presença da comunidade ucraniana no recém loteado município de Apucarana, tem se a necessidade de criação de escolas para estes colonos, a figura 12 registra a inauguração da Escola Nova Ucrânia em 1941. “A influência dos imigrantes estendeu-se também aos domínios educacionais, já que criavam em seus núcleos, onde não havia escolas públicas, escolas subvencionadas, com a iniciativa da própria comunidade” (AKSENEN; MIGUEL, 2017, p. 801).

No documento iconográfico, é possível visualizar o prédio escolar construído em madeira, coberto de telhas de barro e grandes janelas e um expressivo número de crianças com diferentes idades.

A colonização ucraniana trouxe pioneiros à Apucarana que muito contribuíram para o desenvolvimento do município. Entre as várias famílias e personalidades ucranianas que se estabeleceram em Apucarana citamos: o Pe. Waldomiro Haneiko, sacerdote da colônia ucraniana em 1955, deputado estadual em 1958 e Inspetor Regional de Ensino de Apucarana em 1962; os irmãos Maistrovicz, família de Woldmir Maistrovicz, o qual foi Prefeito; e a Congregação das Servas de Maria Imaculada, congregação das irmãs de origem ucraniana que dirigem o atual Colégio Nossa Senhora da Glória, entre outros (HERVARTINI, 2011, p. 82).

Os pioneiros, foram os responsáveis por construir as primeiras casas, escolas, casas comerciais, a primeira igreja, tendo ampla relevância na (re)ocupação do município.

Nesta conjuntura torna-se necessário a investigação acerca das Escolas Primárias Rurais construídas com a necessidade de educar as populações das colônias estabelecidas no cenário paranaense.

3.3 Mapeamento das Escolas Primárias Rurais de Apucarana

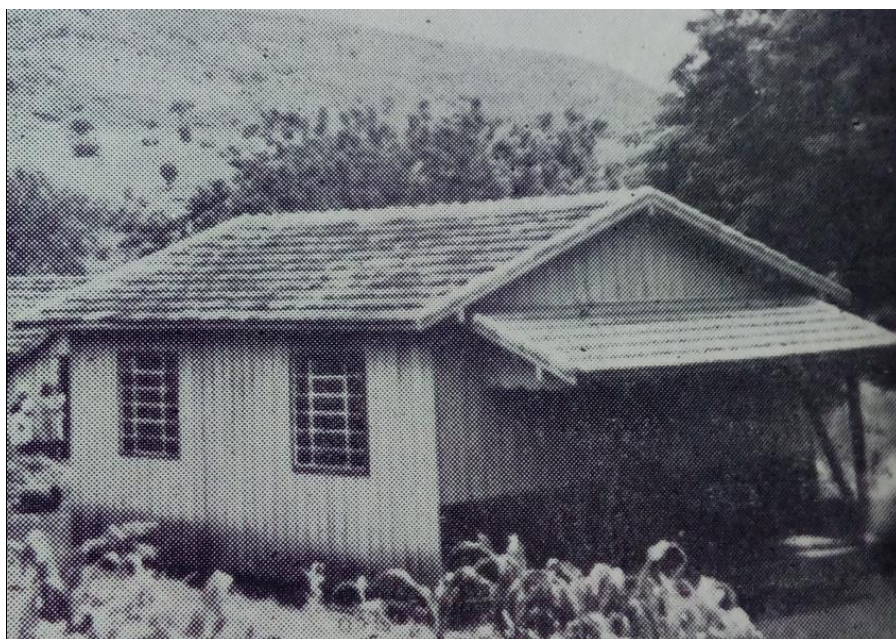
Com a (re)ocupação do território que hoje corresponde ao município de Apucarana, na década de 1930, criou-se a necessidade de escolarização da população, tornando-se indispensável acionar o processo de construção e institucionalização de escolas urbanas e rurais. Todavia, com o passar do tempo, ante a diminuição da população zona rural, a extinção das escolas primárias rurais, passou a ser sentida como necessária.

A primeira professora de Apucarana, Wilde Formigoni, chegou nesta cidade aos 17 anos, original de Taguatinga-SP, filha de Sante Formigoni e Lida Borghi. É considerada a primeira professora do município, não possuía curso de formação de professores, por isto ela mesma não se considerava professora, como afirma em entrevista dada ao jornal local. Posteriormente, as instituições escolares foram ganhando forma em barracões e casas improvisadas para atender às necessidades locais.

Para análise dos locais onde ocorriam as escolarizações, tomamos como exemplo a figura 13 que se refere à localidade onde funcionava a Escola Primária

Rural Municipal Cristovão Colombo (s/d), percebe-se que tinha aparência de uma casa comum, construída com madeira, próxima à residência dos/das alunos e alunas, no campo em meio às plantações.

Figura 13 Escola Rural Municipal Cristóvão Colombo



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p (1968).

Outra questão relevante, ao observar a imagem e sua localização, é o ambiente familiar que algumas Escolas Rurais ofereciam pela proximidade do trabalho da família que ali residia. As relações entre família e escola tinham certo estreitamento, eram comuns que as famílias colaborassem com o funcionamento e a manutenção das instituições.

O quadro 10 organiza os locais de funcionamento de algumas escolas, a fim de facilitar a visualização territorial em que estavam localizadas. Foram listadas 90 escolas isoladas, seus endereços e a proximidade atual delas, porém sobre as escolas Abraham Lincoln, Antônio R. Viana, Dante Peron, Fernando Costa, Joaquim Rodrigues Vieira, Julia Wanderley, Ministro Alberto Pascoalini, Moreira Sampaio, Noboru Fukushima, Nova Aliança, Papa João VI, Paul Harris, Paulo Pimentel, Princesa Izabel, Rosa Schindler e Vila Apucarantina não constam endereços e nem fichas próprias. Os documentos encontrados a respeito delas são restritos, impossibilitando maiores detalhes.

Quadro 10 Listagem de Escolas Rurais do Município de Apucarana (2018) continua

Nº	Nome da Escola	Endereço	Localização Aproximada em 2018
1	31 de Março	Rua Emílio de Menezes	Rua Emílio de Menezes
2	Abraham Lincoln	Não consta	Não consta
3	Alberto Pascoalini	Não consta	Rua Nova Ucrânia
4	Ana Nery	Estrada do Rio Bom	PR 539
5	Antonia Reginato Viana	Fazenda Sta. Luzia	Estrada Barra Nova (Estrada Nova Ucrânia)
6	Antônio de Lúcio	Sítio Antônio de Lúcio	Estrado do Rio Bom
7	Antônio Franco Ferreira da Costa	Barro Preto	Estrado do Rio Bom
8	Antonio Ostrenski	Colônia Mineira	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
9	Antônio R. Viana	Não consta	Não consta
10	Assis Brasil	Sítio do Lalau – Água Jussara	Estrada Barra Nova (Estrada Nova Ucrânia)
11	Barão do Rio Branco	Alto Alegre	Estrada do Rio Bom
12	Benjamin Constant	Água Bastaca	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim
13	Bernardino Campos	Estrada para Faxinal	BR 376
14	Evangélica Betel	Rua Miguel Simião nº 580	Rua Miguel Simião nº 580
15	Campos Sales	Estrada do Rio Bom	PR 539
16	Cardeal Sebastião Leme	Km Onze e Meio	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
17	Carlos Gomes	Estrada para Faxinal	BR 376
18	Carlos Schmidt	Fazenda Schmidt	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do IBC- Instituto Brasileiro do Café)
19	Casemiro de Abreu	Fazenda Franciscon	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
20	Coelho Neto	Estrado do Rio Bom	Estrado do Rio Bom – PR 539
21	Coronel Luiz José dos Santos	Fazenda Ubatuba	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
22	Cristovão Colombo	Água Jacucaca	Estrada de São Pedro Taquara- Entrada Vila Reis
23	Dante Peron	Não consta	Não consta
24	Dom Armando Ciro	Sítio Verucci – Correio de Freitas	Sítio Verucci – Correio de Freitas – PR – 532
25	Dom Pedro II	Água do Xaxim	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
26	Dom Romeu Alberti	18º D.E.R.	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
27	Dos Novos Produtores	Estrada do Barreiro	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim

continuação

Nº	Nome da Escola	Endereço	Localização Aproximada em 2018
28	Dr. Cândido de Abreu	Água Itaquatiara	Estrada Bijuin – São Pedro – Barreiro (Entrada Posto Catarina)
29	Dr. Getúlio Vargas	Fazenda Pinhal	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
30	Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos	Fazenda Valéria	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
31	Duque de Caxias	Água Jangadinha	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
32	Erasto Gardner	Jardim América	Rua Ouro Verde – Jd. América – Apucarana
33	Erwin Schindler	Fazenda Ubatuba	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
34	Fazenda Fenato	Fazenda Fenato	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
35	Fazenda Vargas	Fazenda Vargas	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
36	Fernando Costa	Não consta	Não consta
37	Fritz Schwen	Fazenda Stª. Marta	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
38	Humberto Castelo Branco	Estrada para Faxinal	BR 376
39	Jeso Manoel dos Santos	Água Juruba	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
40	Joaquim Rodrigues Vieira	Não consta	Não consta
41	José Bonifácio	Água Cambira	Estrada do Rio Bom – PR 539
42	José de Alencar	Distrito de Vila Reis	Rua Apucarana, nº 425 - Distrito de Vila Reis
43	Julia Wanderley	Não consta	Não consta
44	Lisímaco Ferreira da Costa	Água de Cambira	Estrada do Rio Bom – PR 539
45	Manoel de Nóbrega	Não consta	Não consta
46	Manoel Ribas	São Domingos	Estrada do Rio Bom – PR 539
47	Marechal Deodoro da Fonseca	Água Ipiгуá	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
48	Marechal Hermes da Fonseca	Estrada do Rio Bom	Estrada do Rio Bom – PR 539
49	Marechal Rondon	Fazenda Bertoli	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
50	Maria Montessori	Água Herval	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
51	Martins Fontes	Fazendinha	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)

continuação

Nº	Nome da Escola	Endereço	Localização Aproximada em 2018
52	Miguel Simião	Água Juruba	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
53	Ministro Alberto Pascoalini	Não consta	Não consta
54	Moreira Sampaio	Não consta	Não consta
55	Nipo Brasileira	Rua São Gerônimo, 150 - Barra Funda – Apucarana	Rua São Gerônimo, 150 - Barra Funda – Apucarana
56	Noboru Fukushima	Não consta	Não consta
57	N. Srª Aparecida	Pinhalzinho	Estrada Barra Nova – Saída para o Cemitério Novo
58	Nossa Senhora de Fátima	Rua José Jacinto Ferreira – São Pedro Taquara	Rua José Jacinto Ferreira – São Pedro Taquara
59	N. Srª de Lourdes	Fazenda Bertasso	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
60	Nossa Senhora dos Navegantes	Estrada do Rio do Cerne – Correio de Freitas	Estrada do Rio do Cerne – Correio de Freitas – PR 532
61	Nova Aliança	Não consta	Não consta
62	Nova Ucrânia -	Colônia Nova Ucrânia	Estrada do Rio Bom – PR 539
63	Novos Produtores	Estrada do Barreiro	Estrada do Barreiro
64	Osvaldo Cruz	Estrada para Faxinal	Rua Grande Alexandre
65	Paulo Pimentel	Barreiro	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
66	Papa João VI	Bejuim	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
67	Pe. Antônio Vieira	Rua Califórnia – Correio de Freitas	Rua Califórnia – Correio de Freitas
68	Pe. Bartolomeu de Gusmão	Sítio Saragosa	Distrito de Vila Reis
69	Pe. José Canalle	70 Alqueires	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
70	Pe. José de Anchieta	Fazenda Stábile	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
71	Pe. Manuel da Nobrega	Barra Nova	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
72	Pe. Severino Cerutti	Estrada do Rio do Cerne	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
73	Pedro Álvares Cabral	Água do Abutre Distrito de São Pedro	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
74	Papa João VI	Não consta	Não consta
75	Paul Harris	Não consta	Não consta
76	Paulo Pimentel	Não consta	Não consta
77	Princesa Izabel	Não consta	Não consta
78	Prudente de Moraes	Água Ubatubinha	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim
79	Quilômetro Dez	Km 10	Estrada do Rio Bom – PR 539
80	Romário Martins	Água do Xaxim	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim

conclusão

Nº	Nome da Escola	Endereço	Localização Aproximada em 2018
81	Rosa Schindler	Não consta	Não consta
82	Rui Barboza	Tatuzinho	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
83	São Bartolomeu	Jardim Diamantina	Jardim Diamantina
84	São Pedro	Distrito de São Pedro	Distrito de São Pedro
85	Teixeira de Freitas	Rio do Cerne	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
86	Tiradentes	Estrada do Rio do Cerne	Estrada Barra Nova, (Estrada Nova Ucrânia)
87	Vicente de Carvalho	Serrinha	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
88	Vila Apucarantina	Não consta	Não consta
89	Visconde de Mauá	Fazenda Santa Rosa	Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do I. B. C.)
90	Wilson de Azevedo	Rua Nelson Miquelão – São Pedro	Rua Nelson Miquelão – São Pedro

Fontes: Organizado pela autora de acordo com documentos encontrados na Autarquia Municipal de Educação (1944-1990) e no Núcleo Regional de Educação (1953-1990).

Algumas Escolas Rurais do quadro anterior, devido à proximidade dos centros urbanos e o crescimento e migração populacional, tornaram-se urbanas e mudaram sua designação.

Dás 90 Escolas Municipais Rurais listadas no quadro 10 destacam algumas localidades com maior concentração de instituições, a Estrada do Rio do Cerne e Água do Xaxim (Entrada do Instituto Brasileiro do Café) com 27 escolas, a Estrada Barra Nova (Estrada Nova Ucrânia) foram listadas 13 escolas, na Estrada do Rio Bom – PR 539 foram encontradas 10 escolas rurais sendo associadas ao número de trabalhadores residentes e ao número de recursos implantados sejam eles oriundos dos proprietários rurais, fundos públicos ou da comunidade.

Mapa 3- Localização das Escolas Rurais de Apucarana



Fonte: Organizado pela autora (2019).

O mapa demonstra os locais onde se concentravam as Escolas Primárias Rurais no município de Apucarana. O espaço delimitado no mapa foi integrado aos locais referentes aos distritos que pertencem ao mesmo, relacionados à intensificação e instalação da população residente, em épocas distintas. Com base nas fontes documentais, o mapa foi construído com o auxílio da ferramenta *google maps*.

Cada ícone, corresponde à localidade de uma Escola Rural Isolada, algumas se concentram em espaços atualmente considerados urbanos, mas que, na época de funcionamento, eram rurais. Outras, porém, ficaram ausentes pela falta de documentação ou dificuldade para sua localização, já que alguns endereços modificaram, em certas áreas foram loteadas e transformadas. A finalidade do mapa está na visualização geográfica destas instituições.

Os locais destas escolas estavam relacionados aos espaços de (re) ocupação, se encontravam com certo grau de vulnerabilidade de caráter físico, social, material e até mesmo relativo a recursos humanos.

Sobre as dificuldades na alimentação das crianças, segundo as fontes documentais arquivadas na Autarquia Municipal de Educação (1940-1990), muitas lanches eram preparados pela própria professora da escola, sem uma cozinha apropriada e nem mesmo local de refrigeração para conservação. A problematização acerca das estruturas das escolas isoladas em comparação com as

escolas urbanas é quase unânime, existe um grande hiato quando são comparadas entre si.

As contradições existentes nos conceitos de educação rural e educação urbana estariam fortemente vinculadas à formação de identidade cultural. Por um lado, insistia-se na ideia de um país agrícola, portanto rural, por outro, uma tendência de modernização de ambientes escolares (ALMEIDA, 2005).

Aksenen e Miguel (2017) salientam as dificuldades enfrentadas devido ao descaso do poder público paranaense com as escolas rurais. Os prédios não ofereciam condições de higiene, o espaço físico não era adequado ao número de crianças que frequentavam estas escolas, além disso faltavam materiais básicos como lápis e cadernos.

Algumas escolas rurais no município de Apucarana-PR, segundo os relatórios escolares arquivados na Autarquia Municipal de Educação (1944-1990), registram reformas efetivadas. A imagem a seguir exhibe a fotografia da Escola Rural Municipal Ana Nery, localizada na Estrada do Rio Bom.

Figura 14 Escola Rural Ana Nery – Construída em 1957



Fonte: Arquivo da Autarquia Municipal de Educação (2017)

Inicialmente construída em madeira, planta retangular, telhado de duas águas coberto de telhas de barro, janelas em vitrô, com piso de assoalho elevado, aparentemente não pintado, sem acesso a esgoto e água encanada. Isto indica que a Escola Rural Ana Nery, assim como outras, encontrava dificuldades de funcionamento pela ausência de um espaço escolar adequado.

A falta de custeio para a construção de escolas e a inexistência de manutenção pelo governo do Estado obrigavam que os pais de alunos se revezassem para obterem madeiras e as utilizassem para fazerem, eles mesmos, os bancos, as mesas e o quadro de giz para seus filhos estudarem. Eram comuns as festas nas comunidades para arrecadação de renda para a escola, como, por exemplo, para a compra de material escolar (HERVATINI, 2011, p. 99).

Na ficha diagnóstica feita pelo Programa de Integração Comunitária-APM-PR (s/a), a Escola Rural Municipal Ana Nery possuía apenas uma professora que era responsável pela escola, Tereza Volantchuk, com 18 alunos matriculados. A situação do prédio era avaliada, segundo os parâmetros de qualidade, como “boa”, “razoável” e “ruim” e em branco quando “não possui”. Segue o quadro 12:

Quadro 11 Ficha Diagnóstica da Escola Rural Municipal Ana Nery

	Qualidade		
	Boa	Razoável	Ruim
Portas e Portões			X
Revestimentos ou Pintura			X
Cercas			X
Muros			
Forros e Coberturas			X
Esquadrias e Caixilhos			
Ferragens			X
Instalações Sanitárias			X
Instalações Elétricas			
Instalações Hidráulicas			
Pisos			X
Vidros			X
Salas de Aula			X
Janelas			X

Fonte: Arquivo da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana (1944-1990).

Nota-se a baixa qualidade do prédio em que funcionava a escola, apontando a necessidade de reforma geral. Consta ainda a necessidade de assistência médica e odontológica para as crianças. As outras escolas rurais do município de Apucarana, ao serem avaliadas, apresentaram condições semelhantes. Tais condições eram comuns nas Escolas Isoladas do município.

Na figura 19, a mesma Escola Rural Municipal Ana Nery após ser reconstruída em 1985, em madeira, com apenas 45 m², uma estrutura mais nova, pintada e com sanitários.

Figura 15 Escola Rural Municipal Ana Nery (1985)



Fonte: Arquivo da Autarquia Municipal de Educação (1985).

No que se refere aos aspectos físicos analisados, por meio das fontes icnográficas e dos relatórios, evidenciam a diferença existente entre as escolas rurais e urbanas.

A legislação do período revela que a educação rural, desde que foi concebida no estado, esteve atrelada a ideias segregadoras, privilegiando os interesses do meio urbano em detrimento do meio rural.

As políticas públicas estaduais do período relegaram a educação no meio rural a planos inferiores, por se verificar a insignificante atenção a essa modalidade de ensino na legislação educacional.

As possíveis causas para tal descaso podem estar relacionadas ao contexto social e econômico, tendo em vista que o estado do Paraná, no período considerado, era pobre, com baixa densidade demográfica e diminuto desenvolvimento (AKSENEN; MIGUEL, 2017, p. 812).

Ao levar em consideração o número de habitantes que residiam no meio rural e aqueles que residiam nos espaços urbanos, a maioria da população era oriunda da zona rural, como já mencionado, não sendo justificativa para tais divergências.

Com relação à diferença entre o espaço rural e o urbano, demonstramos, por meio da tabela a seguir, os dados obtidos pela pesquisa nacional por amostragem domiciliar (PNAD, 1990).

Tabela 6 Número de pobres e incidência da pobreza absoluta, Brasil 1980-1990

	Número de Pessoas (1000 pessoas) - 1980	Número de Pessoas (1000 pessoas) - 1990	Proporção de Pobres - 1980	Proporção de Pobres - 1990
Total	29.477,00	39.208,90	34,80	27,00
Urbano	10.792,20	19.057,20	13,90	17,70
Rural	18.654,80	20.151,70	50,10	53,40

Fonte: PNAD (1990).

Em linhas gerais, falar a respeito da pobreza no Brasil está ligado às discussões sobre as condições de vida do meio rural e as políticas públicas que proporcionam esses condicionantes neste espaço.

3.3.1 Construção, Institucionalização e Extinção das Escolas Primárias Rurais

O município de Apucarana-PR abrigou cerca de 90 Escolas Primárias Rurais entre as décadas de 1940 a 1990. No quadro seguinte, é possível visualizar as datas de início de funcionamento, a reconstrução de algumas escolas, a institucionalização destas, bem como as datas de desativação, com base nos documentos encontrados na Autarquia Municipal de Educação de Apucarana.

É importante justificar que as escolas Fazenda Vargas, Fritz Schwen, Dom Armando Círio e Nova Aliança não constam em fichas próprias, nem foram encontrados documentos que comprovem, de maneira consistente, as informações de construção e extinção, necessitando de uma pesquisa específica sobre elas.

Quadro 12 Listagem das Escolas Primárias Rurais

continua

Nº	Escola Rural Municipal	Data de Início de Funcionamento	Data que a Escola foi Desativada
1	Nova Ucrânia	1941	1974
2	Marechal Deodoro da Fonseca	1953	1996
3	Pedro Álvares Cabral	1953	1996
4	Dr. Zacarias de G. e Vasconcelos	1954	1974
5	Julia Wanderley	1954	1975
6	Doutor Fernando Costa	1955	1983
7	Romário Martins	1955	1996
8	Carlos Gomes	1956	1996
9	José Bonifácio	1956	1996
10	José de Alencar	1956	Em funcionamento
11	Rui Barbosa	1956	1996
12	Ana Nery	1957	1996
13	Barão do Rio Branco	1957	1996
14	Benjamin Constant	1957	1996
15	Cardeal Sebastião Leme	1957	1996
16	Dom Pedro II	1957	1996
17	Duque de Caxias	1957	1996
18	Erasto Gardner	1957	1989
19	Getúlio Vargas	1957	1975
20	Líssimaco Ferreira da Costa	1957	1996
21	Manoel Ribas	1957	2002
22	Marechal Hermes da Fonseca	1957	1996
23	Nossa Senhora dos Navegantes	1957	1976
24	Oswaldo Cruz	1957	1996
25	Padre Antônio Vieira	1957	1984
26	Paulo Pimentel	1957	1996
27	Princesa Izabel	1957	1974
28	São José	1957	1960
29	São Pedro (Wilson de Azevedo)	1957	1975
30	Vicente de Carvalho	1957	1996
31	Visconde de Mauá	1957	Sem dados
32	Coelho Neto	1958	1996
33	Cristóvão Colombo	1958	1996
34	Marechal Rondon	1958	1996
35	Nossa Senhora Aparecida	1958	1996
36	Rodrigues Alves	1958	1967
37	Tiradentes	1958	1996
38	Doutor Cândido de Abreu	1959	1996
39	Nossa Senhora de Fátima	1959	1988
40	Nossa Senhora de Lourdes	1959	1996
41	Assis Brasil	1960	1996
42	Coronel Luiz José dos Santos	1960	1975

continuação

Nº	Escola Rural Municipal	Data de Início de Funcionamento	Data que a Escola foi Desativada
43	Erwin Schindler	1960	1996
44	Teixeira de Freitas	1960	1996
45	Carlos Smidt	1961	1996
46	Miguel Simião	1961	1996
47	Martins Fontes	1962	1982
48	Ministro Alberto Pascoalini	1962	1982
49	Padre. Bartolomeu de Gusmão	1962	1996
50	Casemiro de Abreu	1963	1974
51	Maria Montessori	1964	1996
52	Padre José Canalle	1964	Em funcionamento
53	Quilômetro Dez	1964	1996
54	Antônia Reginato Viana	1965	1977
55	Dom Armando Cirio	1965	1974
56	Paul Harris	1965	1983
57	Rosa Schindler	1965	1983
58	31 de Março	1966	Em funcionamento
59	Noboru Fukushima	1966	1982
60	Antônio de Lúcio	1967	1996
61	Nipo Brasileira	1967	Em funcionamento
62	Campos Sales	1968	1996
63	Padre. Severino Cerutti	1968	1996
64	Prudente de Moraes	1968	1989
65	Fazenda Fenato	1969	1996
66	Vila Apucarantina	1969	1977
67	Betel	1970	1974
68	Padre José de Anchieta	1971	1989
69	Papa Paulo VI	1971	1996
70	Padre Manoel de Nóbrega	1972	1999
71	Dom Romeu Alberti	1973	1996
72	Moreira Sampaio	1973	1982
73	Abraham Lincoln	1974	1983
74	Antônio F. Ferreira da Costa	1974	1996
75	Antônio Ostrenski	1975	1996
76	Antônio R. Viana	1975	1975
77	Jeso Manoel dos Santos	1975	1996
78	Dante Peron	1976	1987
79	Manoel de Nobrega	1980	1999
80	Wilson de Azevedo	1984	Em funcionamento.
81	Novos Produtores	1986	Sem dados
82	Bernardino de Campos	Sem dados	1996

Nº	Escola Rural Municipal	Data de Início de Funcionamento	Data que a Escola foi Desativada
83	Fazenda Vargas	Sem dados	Sem dados
84	Dom Armando Círio	Sem dados	Sem dados
85	Fritz Schwen	Sem dados	Sem dados
86	Humberto Castelo Branco	Sem dados	1996
87	João Rogrigues de Souza	Sem dados	1983
88	Joaquim Rodrigues Vieira	Sem dados	1983
89	Nova Aliança	Sem dados	Sem dados
90	São Bartolomeu	Sem dados	Em funcionamento

Fonte: Organizado pela autora dos arquivos da Autarquia Municipal de Educação (1944-1990) e Núcleo Regional de Educação (1944-1990).

O quadro 12 sintetiza o histórico das Escolas Primárias Rurais do município, conforme as fontes da Autarquia Municipal de Educação e do Núcleo Regional de Educação de Apucarana. A documentação, na Autarquia Municipal, são guardadas em caixas, organizadas por escolas, porém é necessário justificar que algumas delas não possuem um número consistente de documentos para afirmar uma data, outras escolas foram modificadas, outras continuam em funcionamento com novas nomenclaturas.

Os arquivos que serviram de apoio para a organização do quadro foram relacionados às matrículas dos alunos, livros ata de registro de provas incineradas, atas de exame final e até mesmo fichas de relatórios, mas com uma divergência significativa quando comparados o volume de material arquivado de uma escola para outra, sendo que algumas possuem até dez caixas e outras nenhuma caixa, constando somente um relatório ou livro ata.

A existência de Escolas Rurais Municipais deve ser analisada com base na dinâmica do desenvolvimento do município, assim como no deslocamento populacional e suas variantes políticas e sócio-econômicas, sendo que o processo de cessação e extinção se evidenciou nas décadas de 1980 e 1990.

Observamos que a administração das escolas municipais tinha como prática a elaboração de documentos que autorizavam o funcionamento de algumas Escolas Primárias Rurais, embora não eram relatados os artifícios utilizados para manter ou cessar o funcionamento da escola.

O quadro 14 organiza as escolas que foram autorizadas a continuar o seu funcionamento em 1982, sendo possível inferir que, neste ano, existiam 42 Escolas Primárias Rurais em funcionamento. O documento tem como descrição inicial: “A

Resolução Municipal nº 3402 de 10/12/1982 autoriza o funcionamento das Escolas relacionadas”.

Quadro 13 Listagem de Escolas Primárias Rurais em Funcionamento em 1982

Nº	Escolas Municipais Rurais
1	Ana Nery
2	Antonio Franco Ferreira da Costa
3	Antonio de Lucio
4	Antonio Ostrenski
5	Assis Brasil
6	Barão de Rio Branco
7	Benjamin Constant
8	Campos Sales
9	Cardeal Sebastião Leme
10	Carlos Schmidt
11	Coelho Neto
12	Dom Romeu Alberti
13	Dom Pedro II
14	Dr. Cândido de Abreu
15	Duque de Caxias
16	Erwin Schindler
17	Fazenda Fenato
18	Jeso Manoel dos Santos
19	José Bonifácio
20	Lisimaco Ferreira da Costa
21	Manoel Ribas
22	Marechal Deodoro da Fonseca
23	Marechal Hermes da Fonseca
24	Marechal Rondon
25	Maria Montessori
26	Martins Fontes
27	Miguel Simião
28	Ministro Alberto Pascoalini
29	Nossa Senhora de Lourdes
30	Pe. Bartolomeu de Gusmão
31	Pe. Manoel da Nóbrega
32	Pe. Severino Cerutti
33	Paulo Pimentel
34	Paulo VI
35	Pedro Álvares Cabral
36	Prudente de Moraes
37	Quilômetro Dez
38	Romário Martins
39	Rui Barboza
40	Teixeira de Freitas
41	Tiradentes
42	Vicente de Carvalho

Fonte: Organizado pela autora (2018) do arquivo da Autarquia Municipal de Educação (1944-1990).

Destacamos que as escolas relacionadas permaneceram em funcionamento por um tempo relativamente pequeno, sendo que eram mantidas por meio de autorizações de funcionamento. Diante desta constatação, avaliamos que o

funcionamento de tais escolas ficava constantemente em ameaça de fechamento, gerando insegurança para os professores, alunos e famílias envolvidas. Em contrapartida, escolas municipais eram criadas em espaços urbanos, o quadro 14 demonstra que, no ano de 1992, existiam 32 estabelecimentos de ensino de 1º grau.

O documento analisado diz respeito ao parecer técnico sobre o plano curricular de pré-escolas e escolas de 1ª a 4ª séries e suas respectivas resoluções de autorização de funcionamento.

O Departamento de Ensino de Primeiro Grau no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parecer nº 135/1975, do Conselho Estadual de Educação e pela Resolução Secretarial nº 526/75, emite o presente Parecer resultado da análise do Plano Curricular encaminhado à SEED através do protocolado nº 1.394.549-7, de 03 de novembro de 1992.

Considerações Preliminares

O plano curricular de Pré-Escolar e 1ª a 4ª séries foi analisado pelo Núcleo Regional de Educação de Apucarana com Parecer Técnico nº 025/92 de 21 de outubro de 1992 e 026/92 de 23 de outubro de 1992 respectivamente, ambos favoráveis a sua aprovação, para as Escolas abaixo relacionadas com as respectivas Resoluções que autorizam seu funcionamento. (Autarquia Municipal da Educação, 1992).

Quadro 14 Listagem de Escolas Urbanas – Ensino de 1º Grau

Nº	Escolas Municipais Urbanas	Resolução
1	Albino Biacchi	Nº1701, de 19/06/1990
2	Augusto Weyand	Nº 904, de 16/03/1993
3	Antonieta da Silva Lautenschlager	Nº 1257, de 22/04/1983
4	Bento Fernandes Dias	Nº 4395, de 02/12/1991
5	Cristovão Nolli	Nº 1711, de 19/06/1990
6	Dinarte Pereira de Araújo	Nº 4098, de 16/11/1992
7	Professor Durval Pinto	Nº 1706, de 19/06/1990
8	Ébano Pereira	Nº 1701, de 19/06/1990
9	Dr. Edson Giacomini	Nº 1709, de 19/06/1990
10	Erasto Gaertner	Nº 3674, de 30/12/1982
11	Gabriel de Lara	Nº 2493, de 15/09/1982
12	Humberto de Alencar Castelo Branco	Nº 1701, de 19/06/1990
13	Idalice Moreira Prates	Nº 4231, de 10/12/1991
14	João Antonio Braga Côrtes	Nº 299, de 1993
15	João Batista	Nº 4097, de 16/11/1992
16	Dr. Joaquim Vicente de Castro	Nº 1720, de 19/06/1990
17	Prefeito Jorge Maria	Nº 1699, de 19/06/1990
18	José de Alencar	Nº 5826, de 21/11/1978
19	José Idésio Brianezi	Nº 1713, de 19/06/1990
20	Vereador José Ramos de Oliveira	Nº 1701, de 19/06/1990
21	Karel Kober	Nº 1703, de 19/06/1990

22	Luis Carlos Prestes	Nº 4128, de 16/11/1992
23	Profª Marta Pereira da Silva	Nº 1116, de 21/04/1988
24	Senador Marcos de Barros Freire	Nº 2533, de 05/09/1990
25	Mateus Leme	Nº 2493, de 15/09/1982
26	Nossa Senhora de Fátima	Nº 3673, de 30/12/1982
27	Osvaldo Cruz	Nº 2493, de 15/09/1982
28	Dr. Osvaldo dos Santos Lima	Nº 3674, de 30/12/1982
29	Pe. Antônio Vieira	Nº 5828, de 21/11/1978
30	Papa João XXIII	Nº 1701, de 19/07/1990
31	Plácido de Castro	Nº 1718, de 19/06/1990
32	Presidente Médici	Nº 2492, de 15/09/1982
33	Wilson de Azevedo	Nº 4629, de 14/02/1978

Fonte: Organizado pela pesquisadora do arquivo da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana (1944-1990).

Estas informações demonstram que as atividades de tais escolas eram mantidas ou cessadas ano a ano, sendo fechadas escolas rurais e inauguradas escolas urbanas. Tal transformação pode ser explicada pelo deslocamento da população destes espaços, motivadas pela carência de recursos e estruturas básicas, busca por emprego nos centros urbanos, entre outros.

Em 1996, a Diretoria Geral da Secretaria do Estado da Educação prorrogou o prazo de autorização de funcionamento de 39 Escolas Rurais Municipais como consta no quadro 15.

A resolução 1.189/1996 por meio da Diretoria Geral da Secretaria do Estado da Educação, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela resolução 10/95 de janeiro de 1995 considerando o disposto da Deliberação nº 30/80 – CEE, favorável pelo NRE de Apucarana, 04/12/1995, resolve então prorrogar o prazo de autorização de funcionamento por tempo indeterminado, a partir de 1996, até o pedido de implantação de 5ª a 8ª série ou ao de cessação temporária ou definitiva do Ensino de Primeiro Grau, com a oferta de 1ª a 4ª série concedida pela resolução nº 3402/82 de 10/12/82 nas escolas abaixo relacionadas, do município de Apucarana, NRE de Apucarana, mantidas pela Prefeitura Municipal (APUCARANA, 1996).

Tais situações alertavam para a cessação do funcionamento das instituições, demonstrando mecanismos de mudanças sociais, políticas, econômicas, geográficas e relativas às políticas educacionais.

Conforme os dados apontados por Schelbauer e Gonçalves Neto (2013), IBGE (2007) e IPARDES (1991), a maior parte da população residia no meio rural nas décadas de 1940, a mudança da população para o meio urbano ganhou ênfase nas décadas seguintes de 1970 em âmbito nacional. Este número se intensificou, na década de 1990, o direito da criança à educação passou a ganhar ênfase com as

políticas educacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA nº 8069/90. Portanto manter as crianças estudando era necessário, apesar de ficar evidente o elevado número de documentos que justificava a cessação do funcionamento de Escolas Rurais (BRASIL, 1990).

Quadro 15 Listagem de Autorização de Funcionamento das Escolas Rurais Municipais (1996)

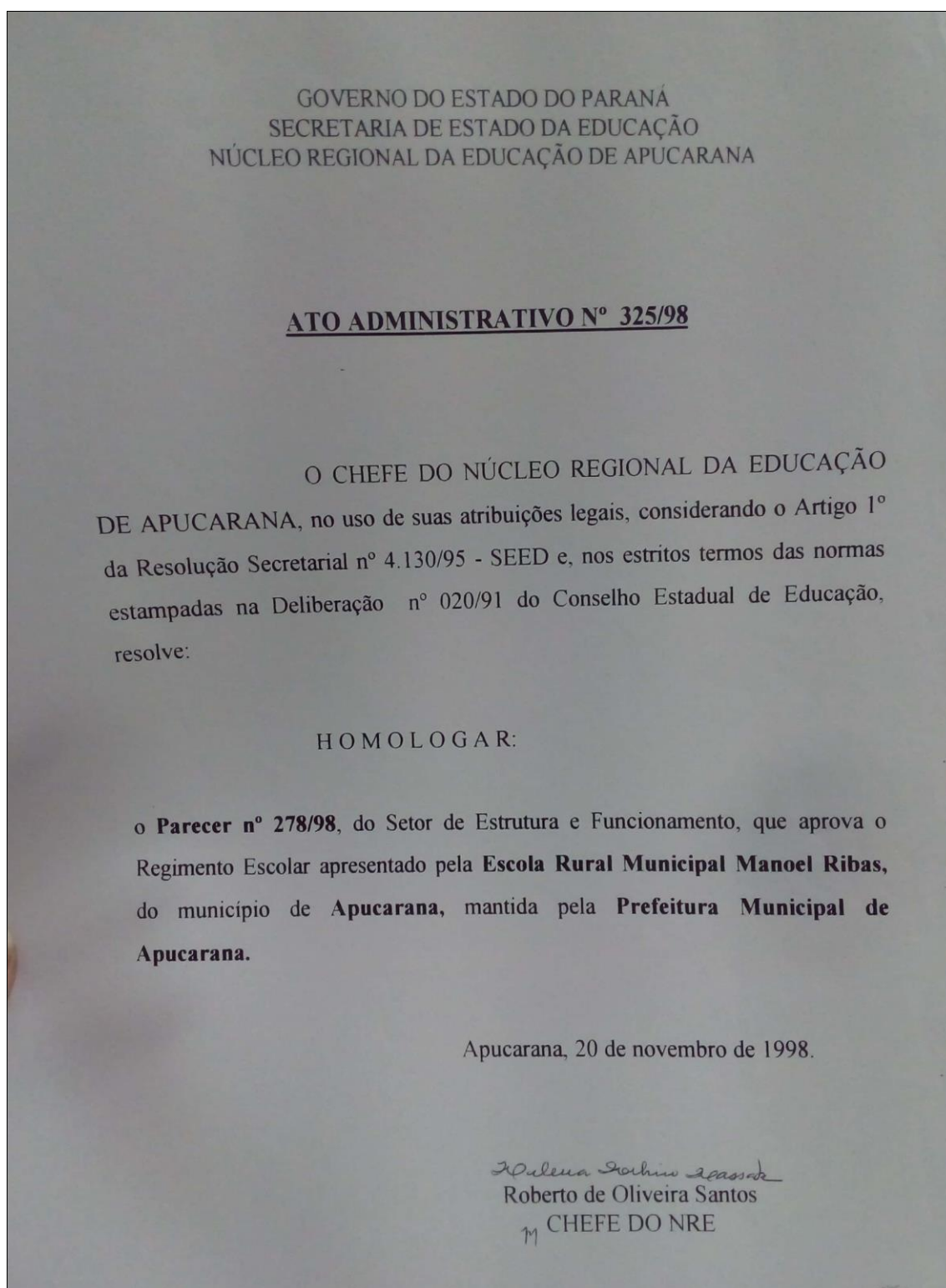
Nº	Escolas Rurais
1	Escola Rural Municipal Ana Nery
2	Escola Rural Municipal Antonio de Lúcio
3	Escola Rural Municipal Antonio Franco Ferreira da Costa
4	Escola Rural Municipal Antonio Ostrenski
5	Escola Rural Municipal Assis Brasil
6	Escola Rural Municipal Barão do Rio Branco
7	Escola Rural Municipal Benjamin Constant
8	Escola Rural Municipal Cardeal Sebastião Leme
9	Escola Rural Municipal Carlos Schmidt
10	Escola Rural Municipal Coelho Neto
11	Escola Rural Municipal Cristóvão Colombo
12	Escola Rural Municipal Dom Romeu Alberth
13	Escola Rural Municipal Dom Pedro II
14	Escola Rural Municipal Dr. Cândido de Abreu
15	Escola Rural Municipal Duque de Caxias
16	Escola Rural Municipal Erwin Schindler
17	Escola Rural Municipal Fazenda Fenato
18	Escola Rural Municipal Jeso Manuel dos Santos
19	Escola Rural Municipal José Bonifácio
20	Escola Rural Municipal Lisímaco Ferreira da Costa
21	Escola Rural Municipal Manoel Ribas
22	Escola Rural Municipal Marechal Deodoro da Fonseca
23	Escola Rural Municipal Marechal Hermes da Fonseca
24	Escola Rural Municipal Marechal Rondon
25	Escola Rural Municipal Maria Montessori
26	Escola Rural Municipal Michel Simião
27	Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida
28	Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes
29	Escola Rural Municipal Padre Manoel de Nóbrega
30	Escola Rural Municipal Padre Severino Cerutti

31	Escola Rural Municipal Paulo Pimentel
32	Escola Rural Municipal Paulo VI
33	Escola Rural Municipal Pedro Álvares Cabral
34	Escola Rural Municipal Quilômetro Dez
35	Escola Rural Municipal Romário Martins
36	Escola Rural Municipal Rui Barbosa
37	Escola Rural Municipal Teixeira de Freitas
38	Escola Rural Municipal Tiradentes
39	Escola Rural Municipal Vicente de Carvalho

Fonte: Organizado pela pesquisadora do arquivo da Autarquia Municipal de Educação (1944-1990).

Em 1996, encontravam-se em funcionamento, no município de Apucarana, 39 Escolas Rurais Municipais sob a autorização do Núcleo Regional de Educação. Os anos de 1990 foi o período mais intenso em número de Escolas Primárias Rurais fechadas na cidade.

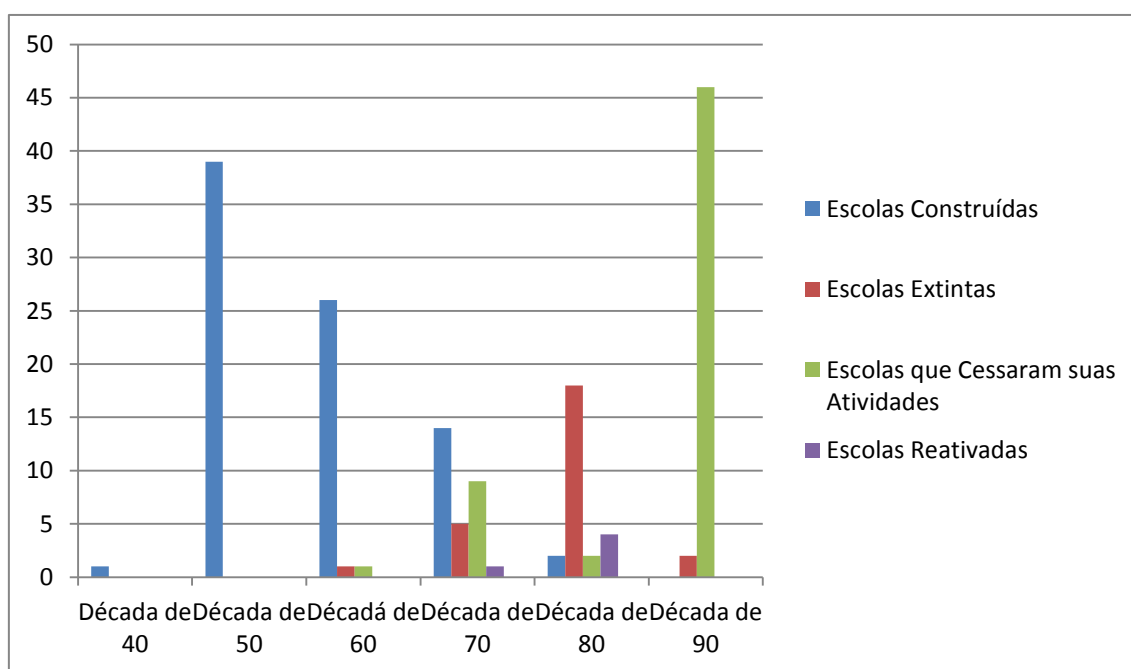
A figura 16, Documento de aprovação do regimento da Escola Rural Municipal Manoel Ribas em 1998, é um registro que demonstra a continuidade e andamento da escola, respeitando a demanda local.

Figura 16 Documento Escola Rural Municipal Manoel Ribas

Fonte: Arquivo da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana (1998).

O gráfico 3 ilustra tais mudanças: a extinção, cessação e desativação das escolas rurais e as datas respectivas, possibilitando compreender tais movimentos institucionais.

Gráfico 3 Perfil Cronológico das Escolas Primárias Rurais em Apucarana



Fonte: Organizado pela autora do arquivo da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana. (1940-1990).

A construção de Escolas Primárias Rurais, ou Escolas Isoladas, em Apucarana, tiveram números mais significativos nos anos 1950 e 1960 conforme o gráfico 2, números menores nos anos 1940 devido à consolidação do município e uma baixa nos anos de 1970 e 1980, sendo que, nos anos 1990, nenhuma Escola Primária Rural foi construída. Em síntese:

- Na década de 1940, uma Escola Primária Rural foi construída; na década de 1950, houve um aumento significativo, foram 39 escolas construídas; na década de 1960, 26 escolas, já na década de 1970, foram 14 escolas construídas e, na década de 1980, apenas duas.
- Nos anos 1990, foram desativadas cerca de 50 Escolas Isoladas de Apucarana.

Observa-se que existe uma variação entre escolas extintas e desativadas, tais nomenclaturas foram encontradas em documentos escolares. Outra questão importante de ser mencionada é que algumas escolas foram desativadas,

entretanto, após alguns anos, foram reativadas ou reconstruídas, outras encontram-se em funcionamento até os dias atuais.

Lima (2015) discute as divergências entre o trabalho no campo e na cidade por meio de pesquisa feita em discursos de Carneiro Leão.

Diante de tais diferenças, ressalta o fato de que o regime de trabalho e a saúde no campo sofreram alterações. Se, antes, era considerado superior por ser exercido ao ar livre e não em ambientes fechados, paulatinamente, foi perdendo lugar para a cidade moderna que aperfeiçoou a higiene e melhorou a vida de seus habitantes com a fiscalização da água potável, a qualidade da alimentação e a assistência médica (LIMA, 2015, p. 41).

Neste contexto, a diminuição na construção de Escolas Isoladas, assim como sua cessação e extinção, acompanha a migração da população de espaços rurais para espaços urbanos, justificados por questões climáticas, econômicas, políticas e a insuficiência de recursos, causando uma baixa qualidade de vida aos moradores nas áreas rurais. Todavia as crianças que permaneceram na zona rural foram prejudicadas, necessitando de transporte escolar para as escolas urbanas.

3.3.2 Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana

Outro modelo de escola primária eram as Escolas de Trabalhadores Rurais, refere-se à ação supletiva da União na construção e manutenção de escolas primárias e profissionais para a qualificação de trabalhadores rurais nas atividades do campo em todo o país. Desta forma, entendemos ser importante pesquisar como tal modelo representou a formação de trabalhadores rurais no estado do Paraná e em Apucarana especificamente.

A coexistência de modelos escolares é constatada em documentos vinculados às Secretarias de Instrução Pública e Educação e Cultura, como aponta Schelbauer (2014):

Qual modelo ou modelos coexistiram com as escolas urbanas responsáveis por escolarizar a população citadina do Estado? Os documentos permitiram constatar alguns modelos de escolas primárias no meio rural paranaense, dentre eles: as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores, subordinadas ao

Departamento de Agricultura, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura – Seção de Ensino Profissional e, posteriormente, ao Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado; o grupo escolar rural e a escola primária rural, modelo de escola isolada que atendia às populações rurais, também denominadas nos documentos como Casa Escolar Rural. Estas últimas estiveram subordinadas à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública e, posteriormente, à Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SCHELBAUER, 2014, p. 80).

Conforme o Artigo 117 da Lei nº 378, de 1937, o poder executivo, mediante doação de réis 39.525:600\$000, do orçamento do Ministério da Educação, a importância de 10.000:000\$000 para a edificação e manutenção de escolas primárias rurais e de escolas profissionais destinadas ao preparo de trabalhadores para as atividades agrícolas em todo o país (BRASIL, 1937).

No Paraná, segundo Schelbauer (2014), foram construídos 22 Grupos Escolares Rurais no governo de Manoel Ribas, denominado como o “grande plano do governo do Estado” e com o apoio do governo federal. Dentre as localidades privilegiadas entre 1940 e 1941, existiram: Cornélio Procópio, Teixeira Soares, Marechal Malé, Bandeirantes, Cruz Machado, Vera Guarani, Afonso Pena, Santa Bárbara, Dorizon, Valinhos, Rio Azul, São Mateus, Guarapuava, Palmas, Ingá, Bom Jardim, Cerro Azul, Porto Vitória, Pato Branco, Três Rios e Laranjeiras (SCHELBAUER, 2014).

A primeira construção destinada ao funcionamento de uma Escola de Trabalhadores Rurais no Paraná ocorreu em 1934. Tinha todas as acomodações necessárias para duzentos alunos internos e para seiscentos alunos externos. Foi criada e mantida pelo Estado por meio do Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, sua sede era o município de Curitiba. Formava profissionais para a agricultura com conhecimentos técnicos e práticos suficientes para atender às necessidades da lavoura e da pecuária do estado (BAREIRO, 2007, p. 44).

Em 1946, o Decreto-lei 9.613 estabeleceu bases e organizou o Ensino Agrícola, atendendo aos interesses da vida no campo e à formação técnica destes trabalhadores. As propriedades e estabelecimentos agrícolas em que estavam inseridos possibilitam ter uma noção dos interesses nacionais no âmbito econômico agrícola.

Art. 3º O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946d).

As escolas agrícolas, levando em consideração tal Decreto-lei, tinham como prerrogativa a formação dos jovens para o trabalho rural, fixando-os neste meio, respondendo aos interesses de um país fortemente agrário.

Figura 17 Construção da Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana



Fonte: Arquivo do Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (1957-1958).

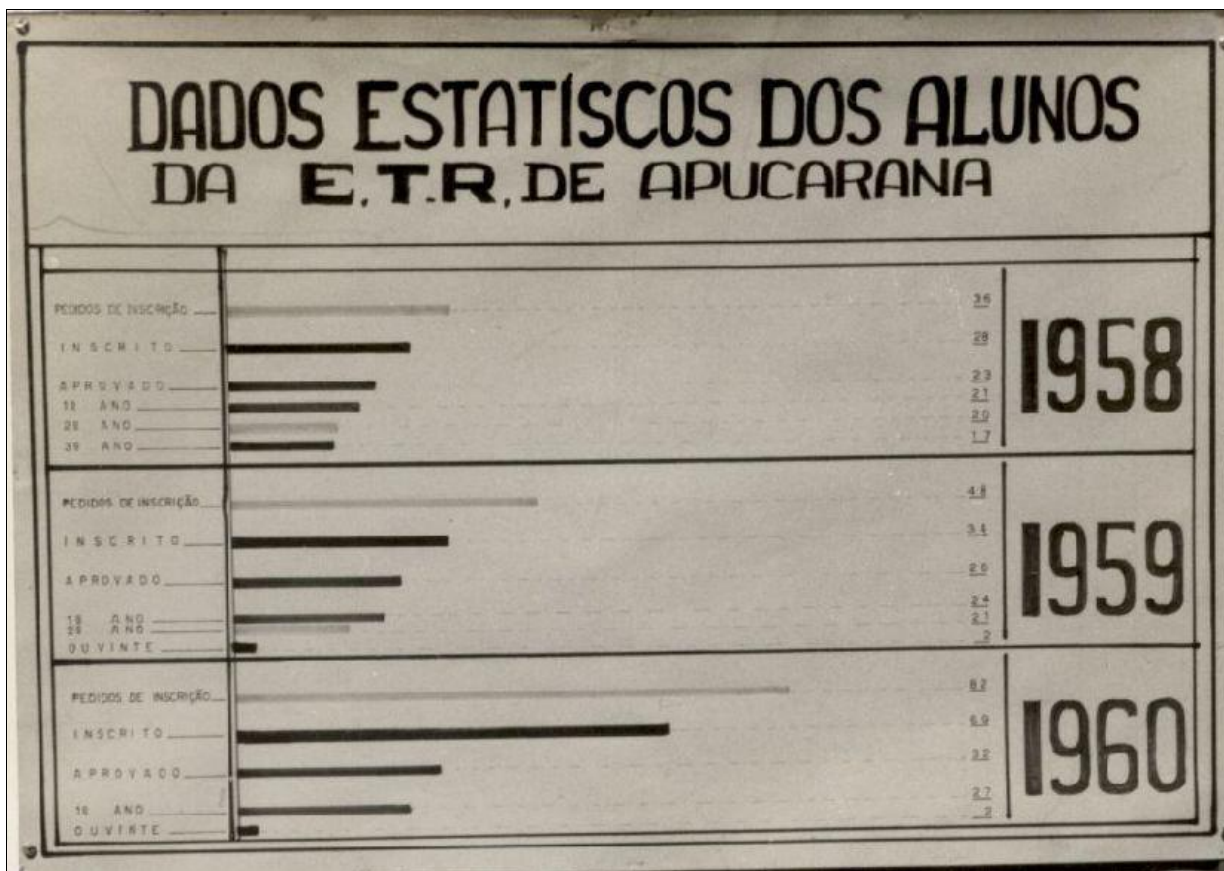
A construção da Escola deveu-se à iniciativa de lideranças da Colônia Japonesa em 1957. A Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana foi instalada em 1958 e seu primeiro diretor foi o Dr. Shigeo Hirma (1958-1959). A escola estabeleceu convênio com outras entidades para angariar maiores recursos para o Ensino Agrícola e também promovia cursos para jovens e adultos agricultores. Dentre os recursos materiais, constam os móveis da secretaria, refeitório, cama conjugada com armários para os alunos e funcionários, utensílios da cozinha,

ferramentas para serviços do campo, completo equipamento para análise do solo e seu analista (CATTONI, 2014).

No dia 1º de março de 1958, foi firmado convênio com a Liga Desportiva Norte Paranaense (com sede em Londrina), funcionando com o nome de Escola dos Trabalhadores Rurais, que foram regulamentadas pelo Decreto 10.858 de 12 de outubro de 1953, publicado no Diário Oficial nº183 de 21 de outubro de 1953. O curso com duração de 3 anos, equivalente a 3ª série ginásial. E assim em 02 de abril de 1958, foi inaugurada a Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana, num convênio firmado pela Secretaria de Estado dos negócios da Agricultura, através de seu Departamento de Ensino Superior Técnico e Profissional, para ser ministrado um curso com ensinamentos agropecuários (COLÉGIO AGRÍCOLA MANOEL RIBAS, s/a).

Segundo arquivos próprios da instituição, a procura pelo curso foi crescendo anualmente de forma considerável.

Figura 18 Dados Estatísticos dos Alunos da E.T.R. de Apucarana



Fonte: Arquivo do Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (1958-1960).

A figura 18 traz dados estatísticos dos alunos da Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana nos anos de 1958, 1959 e 1960, apresentando a progressão de inscritos o que mostra o interesse da comunidade pelo curso. Vale ressaltarmos que o número de aprovados era relativamente proporcional à quantidade de vagas oferecidas e às respectivas matrículas no 1º, 2º e 3º anos. Outra questão relevante diz respeito à existência de ouvintes nos anos de 1959 e 1960.

Figura 39 Plano de Execução da Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana



Fonte: Arquivo do Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (1957-1960).

Na figura 19, o terreno que correspondia à Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana. Estava no meio rural com área dividida pela linha férrea, com espaço para plantio e criação de animais, um ambiente amplo e completo de aprendizagem rural. Além de um campo de beisebol que, posteriormente, foi transformado em um campo de futebol.

Além de todo o espaço físico relatado, a instituição era dividida em setores, de: economia doméstica, máquinas e veículos, agropecuário e orientação educacional. Possuía grande número de recursos agropecuários como mostram os quadros 16 e 17.

Quadro 16 Listagem de recursos – Setor Agropecuário e Pecuário

Bovinos	<p>Possuímos um plantel com 25 (vinte e cinco) cabeças, sendo composto dos seguintes animais:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 (um) touro holandês 6 (seis) vacas em lactação 5 (cinco) vacas secas 0 (zero) novilhas com 2 anos 1 (um) novilhos de 2 anos 0 (zero) novilhas com 1 ano 3 (três) novilhos com 1 ano 4 (quatro) bezerros com menos de 1 ano 5 (cinco) bezerras com menos de 1 ano
Suínos	<p>O plantel é composto de cabeças assim distribuídas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 3 (três) reprodutores em trabalho 6 (seis) reprodutores em gestação 1 (um) reprodutor em descanso 4 (quatro) marrãs cobertas 10 (dez) marrãs a serem cobertas 11 (onze) capados 6 (seis) desmamados com menos de 3 meses 3 (três) criadeiras em aleitamento 16 (dezesseis) mamões
Aves Corte	<p>Atualmente possuímos 2.500, com idades variáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> 500 frangos em acabamento (60 dias) 1000 frangos em crescimento (45 e 30 dias) 1000 pintinhos (15 dias e dois dias)
Aves Postura	<p>Dispomos de 670 aves, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> 470 galinhas em postura 200 frangos em formação
Coelhos	<ul style="list-style-type: none"> 4 reprodutores 6 reprodutores em gestação 23 fêmeas para futura gestação 18 láparos.
Ovinos	<ul style="list-style-type: none"> 2 reprodutoras 1 reprodutor
Equinos	<ul style="list-style-type: none"> 1 equino 1 equina 1 potranco
Asinino	<ul style="list-style-type: none"> 1 asinino
Colmeias	<ul style="list-style-type: none"> 7 colmeias

Fonte: Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (1973).

Quadro 17 Listagem de recursos – Setor Agropecuário e Agrícola (1973)

Grandes Culturas: viveiro de café, horticultura, floricultura.		
Café		Plantio de 35.000 covas, com 2000 cafeeiros já existentes.
Milho		Plantio de 5 alqueires.
Arroz		Plantio intercalar a área nova de café.
Soja		Plantio de 1 alqueire.
Batatinha		Plantio de ½ alqueire.

Fonte: Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (1973).

Conforme informações, todos os serviços são executados pelos funcionários e por alunos durante as aulas práticas e de Escola Fazenda. Além dos recursos descritos nos quadros 16 e 17 contam com tratores, caminhões, Kombis, jeep, equipamentos de combate à ferrugem.

Os alunos permaneciam (e ainda permanecem) em regime de internato, externato e semi-internato, a duração do curso varia entre 3 e 4 anos, dependendo da especificidade.

Figura 20 Fachada do Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas s/a



Fonte: Arquivo do Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas (S/A).

Consideramos, ainda que preliminarmente, que a Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana, atualmente Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas, teve e tem representatividade na formação agrícola desde a sua inauguração até os dias atuais. A fachada da instituição permanece a mesma, como consta na figura 20, podendo ser categorizado, portanto, como um monumento histórico.

O modelo de educação presente nas Escolas de Trabalhadores Rurais é singular quando se trata dos padrões de escolas rurais existentes. As primeiras contavam com grandes espaços para as práticas de ensino, materiais apropriados e professores selecionais; já as Escolas Isoladas Rurais, geralmente, tinham dificuldades que iam desde os recursos materiais até os recursos humanos que, muitas vezes, eram leigos e em número insuficiente.

A presente seção evidenciou os modelos e as modalidades de Ensino Rural existentes em Apucarana nas décadas estudadas: as Escolas Isoladas, Casas Escolares e Escola de Trabalhadores Rurais, podendo estas ser: Graduadas, Seriadas e Multisseriadas.

4 PROFESSORAS DAS ESCOLAS RURAIS

A discussão acerca da identidade profissional das professoras que trabalharam no município, segundo o recorte temporal proposto na pesquisa, está de certa forma associada à identidade educacional brasileira e, de modo mais específico, a região. A configuração sobre como se deu a formação e atuação desses profissionais tem relação com o processo de formação ideológica presente nos currículos, documentos escolares, fotos e registros de carreira docente.

Esta seção tem como objetivo evidenciar os/as professores/professoras apucaraneses, para elucidar a estrutura educativa do momento histórico pesquisado, assim como identificar a formação, a carreira e atuação das professoras das escolas primárias rurais, para dar visibilidade aos sujeitos que atuaram na formação da população apucaranesa.

4.1 Identidade Profissional das Professoras Apucaraneses

A pesquisa em instituições escolares requer um olhar apurado sobre os sujeitos que participam da formação elementar de uma determinada sociedade, portanto a atual seção tem como objetivo pesquisar os professores apucaraneses e sua formação, para estabelecer relação desta formação com a instrução da escola primária rural, buscando uma nova categoria de estudo.

A mudança educacional depende dos professores e da sua formação. Depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula. Mas hoje em dia nenhuma inovação pode passar ao lado de uma mudança ao nível das organizações escolares e do seu funcionamento. Por isso, falar de formação de professores é falar de um investimento educativo dos projetos de escola (NÓVOA, 1997, p. 18).

As fontes de pesquisa indicam que a formação inicial de professores em Apucarana é quase concomitante com a construção da referida cidade. Segundo a Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969 (1968). “[...] desde 1942, com a aproximação da Estrada de Ferro, levadas e levadas de novas famílias se radicaram em

Apucarana. Instala-se em 21 de abril, uma comissão para a construção do 1º Grupo Escolar”, prédio onde, posteriormente, foi instalada a Escola Normal Regional de Apucarana, em 1949.

O conteúdo referente à identidade docente requer entender sua formação inicial, para tanto é importante situar as pesquisas já realizadas referentes à formação de professores no meio rural em âmbito municipal Hervatini (2011) e em âmbito estadual temos Faria (2017) no Paraná.

A discussão acerca da profissionalização docente necessita, todavia, da contextualização dos preceitos pedagógicos vigentes naquele período, em âmbito nacional, estadual e das políticas públicas. Durante o governo Vargas (1930-1954), algumas alterações significativas ocorreram, dentre elas a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1930, que teve como primeiro ministro Francisco Campos, parceiro político de Vargas.

Em 1931, articulou-se a primeira reforma educacional em âmbito nacional, então chamada de Reforma Francisco Campos. Tinha como objetivo a retomada da hegemonia política e iniciar mudanças educacionais de modo a garantir qualidade e acesso à educação. O Movimento da Escola Nova teve interferência nesta reforma, visto que pretendia modernizar o pensamento pedagógico (BICCAS, 2011).

As primeiras medidas adotadas por Francisco Campos, integrante do Movimento da Escola Nova, foram organizadas em sete decretos, Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; O Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2008a).

Vale ressaltar que a reforma de Sud Mennucci (São Paulo – 1932), diretor geral de ensino em São Paulo, colocava em xeque os ideais escolanovistas, com a crítica a modelos estrangeiros de ensino. Segundo Vicentini e Gallego (2011), a tônica da reforma incidiu em taxar a matrícula do ensino rural, para que fosse destinada sua

verba para esta área. Dava ênfase à eliminação do preconceito acerca do trabalho rural, ocasionado pelo passado escravocrata do país, apresentando o trabalho agrícola como a verdadeira vocação brasileira. A Reforma ampliou os quadros de inspeção e orientação, bem como criou a Delegacia Geral do Ensino Privado e os Serviços de Psicologia Aplicada e Antropometria Pedagógica.

Art. 1.º - Para o efeito da orientação e fiscalização do ensino, o corpo de inspeção da Diretoria Geral do Ensino compreenderá:

- a) - 18 assistentes técnicos, residentes na Capital, distribuídos pelas várias especialidades, dentre os quais será escolhido um assistente administrativo;
- b) - 22 delegados escolares, responsáveis pelos trabalhos das 22 regiões em que se dividirá o Estado, sendo duas com sede na Capital – a do Norte e a do Sul – e as demais localizadas nas seguintes cidades: Araraquara, Baurú, Botucatu, Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santos, São Carlos, Sorocaba e Taubaté;
- c) - 24 inspetores escolares para servirem nas duas regiões da Capital;
- d) - 70 inspetores escolares das delegacias do interior (SÃO PAULO, 1932).

Os delegados e inspetores seriam professores normalistas com “competência reconhecida”, o trabalho de Serviço de Antropometria Pedagógica contava “com um chefe, um técnico, um técnico adjunto, dois auxiliares e trinta professores em comissão, escolhidos, estes, dentre os que se distinguem como educadores sanitários”. Eram responsáveis por zelar pela saúde das crianças e acompanhar o desenvolvimento delas (SÃO PAULO, 1932).

Ainda sobre a profissionalização docente, o documento acrescenta:

Art. 20. - Fica criada a caderneta de identidade do professor que será entregue juntamente com o diploma de formatura.
 § unico - Essas cadernetas conterão, além do respetivo diploma, impresso nas suas paginas iniciais, todas as informações sobre a vida do professor de modo que se possa sempre aquilatar, com rapidez, de sua idoneidade e eficiencia.

A respeito de consequências desta Reforma, Vicentini e Gallego (2011, p. 324) relatam:

[...] os professores do interior tiveram as suas classes suprimidas em razão da exigência de, no mínimo 28 alunos por turma, foram removidos para ocupar as vagas decorrentes da demissão das substitutas efetivas responsáveis por classes tresdobradas. As

professoras demitidas organizaram-se sob a liderança de Sebastiana Teixeira de Carvalho, reunindo-se, entre março e abril, na Sede da Federação Internacional Feminina para encaminhar a Sud Mennucci um protesto contra a situação em que se encontravam, mas não conseguiram chegar a um acordo. No seu trabalho sobre a memória de velhos mestres paulistas, Zeila Demartini (1988) entrevistou uma das professoras demitidas – Rosita Rocha Penteado -, que iniciou a sua carreira como substituta efetiva no Grupo Escolar da Lapa. Segundo Rosita, Lourenço Filho havia sido professor na Escola Normal “Caetano de Campos” da maioria das substitutas efetivas e, quando assumiu a Diretoria Geral do Ensino, contratou-as a título precário, com a perspectiva de efetivá-las, para colocarem em prática os preceitos da Escola Nova nas classes tresdobradas [...].

Acrescentam os mesmos autores que, entre 1930 e 1936, a instabilidade política da época acarretou inúmeras substituições do cargo de diretoria geral de ensino de São Paulo, fato que ocasionou a passagem de sete profissionais. Sud Mennucci fora desligado em duas épocas diferentes (novembro de 1931 a maio de 1932 e 5 a 24 de agosto de 1933). Vicentini; e Gallego (2011)

É importante considerar que

O crescimento das Escolas Normais em todo o país era consequência do desenvolvimento industrial do período que, forçosamente, necessitava de mão de obra especializada letrada. As Escolas Normais no Paraná, sobretudo do interior do Estado, foram incumbidas de formar professores para o ensino primário nas regiões produtivas emergentes. Era imperioso que os professores paranaenses, formados pelos Cursos Normais em suas localidades de origem, de lá não se evadissem, para continuarem sua atuação profissional e sua escolaridade e com isso garantir à população em idade escolar primária e aos adultos a permanência em suas comunidades rurais e centros urbanos menores (HERVARTINI, 2011, p. 56).

A tensão teórica educacional ocorria entre os ideais escolanovistas e o ruralismo pedagógico, premissas diversas para um mesmo cenário, influenciando a formação e a atuação profissional destes docentes.

Em 1946, Moisés Lupion foi eleito governador do Paraná e, em 1949, Erasmo Pilotto passou a exercer a função de Secretário de Estado, Educação e Cultura. Erasmo Pilotto era fortemente influente nas questões relacionadas à alfabetização, formação de professores e problemas relacionados à educação, em especial a rural.

Sobre o perfil do profissional para a docência, o Decreto-Lei nº 8.530, de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, em seu artigo 20, preestabelecia requisitos para a docência:

Art. 20. Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições;

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão (BRASIL, 1946b).

O artigo 20 da referida Lei Orgânica do Curso Normal (1946) deixa evidente o perfil profissional que se pretendia. Além disso, o requisito “qualidade de brasileiro”, exigido em um momento de fluxo considerável de imigração, ao estabelecer uma nacionalidade para frequentar o curso, demonstra interesses nacionalistas, desfavorecendo os colonos e excluindo as demais etnias que compunham o cenário nacional naquele momento. A condição relacionada à “sanidade física e mental” abre espaço para avaliações excludentes e a afirmação “ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente”. O reforço do estereótipo de “professor ideal” só seria possível por meio da seleção de candidatos para a matrícula no curso, evidenciando o papel da educação na formação da população e do professor no trabalho pedagógico (BRASIL, 1946b)

Em âmbito nacional, para a LDB nº 4.024, de 1961, os professores do Ensino Primário seriam formados em Ensino Normal:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância (BRASIL, 1961).

Pode-se presumir que o município de Apucarana seguia a tendência da época, era emergente a necessidade de formar professores para a atuação docente na nova cidade emancipada. A população presente no município aumentara, com isso a necessidade da instalação de instituições escolares.

Realidade predominantemente rural até meados do século XX. Na década de 1940, o país contava com uma população de 41.236.315 habitantes, cerca de 12.880.182 residiam na zona urbana, enquanto 28.356.133 habitavam as áreas rurais. Situação que começou a ser alterada ao longo das décadas de 1950 e 1960, nas quais as taxas de urbanização apontam para índices em torno de 36,1% e 45,1%. As maiores modificações ocorreriam no decorrer da década de 1970, com o auge do processo de urbanização, industrialização e o êxodo rural, com uma taxa de 56% indicando o crescimento da população urbana. Neste período, foi dada ênfase às discussões sobre o ensino

agrícola, vinculado à formação do homem do campo e à contenção do êxodo rural, à expansão da escola primária rural e à formação de seus mestres, ocupando lugar de destaque no debate educacional (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 86-87).

Em Apucarana, nos anos de 1940, foi instalada a primeira Escola Normal Regional, tal acontecimento representa uma forma de suprir as necessidades na formação de docentes para a região em expansão. Os Cursos Normais Regionais foram instalados em algumas cidades do Paraná, tendo um papel relevante na formação de professores. Passou por fases de mudança pós a LDB de 1961, “[...] em 1964, atingiu o número de 121 Cursos Normais Ginasiais. Em 1968, apenas três cursos continuavam com a quarta série em funcionamento e estavam em processo de extinção” (FARIA, 2017).

Figura 21 Solenidade de instalação da Escola Normal Regional (1949)



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, (1968).

A figura 21 registra a instalação da Escola Normal Regional de Apucarana em 1949, remete-nos a um momento relevante para a história da educação do município. Por meio da imagem, podemos interpretar as formas de organização do evento, assim como as pessoas que, de certa forma, representavam o momento, servindo como fonte histórica e instrumentalizando a pesquisa.

Segundo a Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p (1968), na mesa em frente, da esquerda para a direita, a professora Ailena L. Frank, diretora da

instituição até o ano de 1955. Ainda se encontra o Prof. Rubens de A. Miranda, representante do Sr. Secretário de Educação; Alcestes R. de Macedo, Juiz de Direito da Comarca; Sr. Carlos Massaretto – Prefeito Municipal; Henrique Giublim, Promotor Público da Comarca; Professora Maria de L. Consentino, Diretora do Grupo Escolar de Apucarana; ainda o Professor Newton Guimarães, delegado do ensino da região; Hayton L. Swain, Advogado; o padre Francisco da paróquia de Apucarana, no momento em que ofertava o primeiro livro para a biblioteca. Sentado de perfil Ado Fontanini, denominado o primeiro amigo da escola, por ter cedido gratuitamente um barracão para o seu funcionamento inicial, sendo, posteriormente, substituída por outra acomodação.

As autoridades presentes na fotografia eram aquelas que influenciaram a criação do curso: diretores, professores, juizes, prefeito, delegado e o padre da paróquia de Apucarana, atrás podemos visualizar a bandeira do estado do Paraná. Sobre a presença do padre na cerimônia, era costume contar com sua figura em localidades rurais. Simbolizava a influência moral, uma referência de conduta a ser seguida, uma postura comparável àquela que se esperava de um professor (ALMEIDA, 2001).

No dia 12 de março de 1949 foi instalado, nesta cidade, o Curso Normal Regional de Apucarana, tendo como finalidade a formação de professores regentes de ensino.

No ano de 1962 foi denominado: Escola Normal Ginásial Pestalozzi. Em dezembro de 1967, através do decreto governamental nº 8146, a escola foi transferida em Ginásio Estadual Pestalozzi.

Diretores:

- 1- Ailema Luvison Franck
- 2- Rachel Cândido de Mello
- 3- Clélia Martins Gallucci (Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p, 1968).

Segundo a Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p (1968), nos anos de 1952 a 1967, 364 alunos se formaram professores no Curso Normal Regional, denominado posteriormente de Curso Normal Ginásial. Em 1953, a Escola Normal Secundária de Apucarana foi fundada, ocupando uma das salas do Curso Normal Regional. A matrícula inicial foi de 37 alunos no período diurno e 12 no período noturno.

A Constituição de 1946 já previa a educação como direito de todos no lar e na escola, sendo o ensino organizado em:

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

- I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;
- IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;
- V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;
- VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;
- VII - é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946a).

Os princípios do ensino primário descritos na Constituição de 1946 norteavam a formação de professores que trabalhariam com tais crianças, assim como as outras legislações presentes. Portanto, para compreender a formação da docência, faz-se necessário conhecer os princípios em que se pautava a educação primária.

A Escola Normal Regional de Apucarana atendia à população interessada na profissão docente de Apucarana e região, voltada para o Ensino Primário Rural, com um público composto em sua maioria por mulheres (COLÉGIO ESTADUAL ALBERTO SANTOS DUMONT, 1952).

Figura 22 Foto da 1ª turma de professores formados em Apucarana, Curso Normal Regional Pestalozzi (1952).



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969 (1968).

A figura 22 mostra a formatura da primeira turma do Curso Normal Regional Pestalozzi (1952). Na fotografia, percebe-se que o maior número de formandos é do gênero feminino, organizados de forma alinhada e com vestimentas próprias para a ocasião, retratando a importância daquele momento.

O município contou com outra modalidade de formação de professores: o Curso Normal Secundário. A Escola Normal Secundária funcionou no prédio do atual Colégio Estadual Nilo Cairo, denominado Curso Normal Colegial Ovídio Decroly. O curso de formação de professores teve início neste estabelecimento nos anos de 1950 e funciona até os dias atuais, passando a denominar-se Curso de Magistério a partir da LDB nº 5692/1971 e Curso de Formação de Docentes Normal Médio com a LDB nº 9.394/1996 (COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO, 2007).

A abertura de cursos normais em Apucarana possibilita inferir não só a preocupação como a relevância atribuídas à preparação pedagógica e à formação da população do município recém-emancipado. Porém, o número de professores formados não supria a quantidade de alunos matriculados, sendo possível encontrar uma quantia significativa de professores leigos.

Até 1949, o Paraná havia criado 21 ENRs, oito ENSs e um IE. Os primeiros localizados nas regiões mais interioranas, os segundos em centros urbanos importantes e o IE na Capital, local que precisava se firmar como centro do estado. A criação de inúmeros CNRs simboliza o intento de solucionar o problema da presença do professor leigo

que atuava, sobretudo, nas Escolas Isoladas Rurais (FARIA, 2017, p. 85).

Faria (2017) aborda as políticas de criação e expansão de Cursos Normais Regionais no Estado do Paraná, momento em que Erasmo Pilotto trabalhou como Secretário da SEC (1949-1951) e Lupion governador do Estado (1947-1951). Conforme a autora, um dos objetivos era interiorizar a formação de professores primários.

O inquérito elaborado por Lourenço Filho (2001), por solicitação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1953, assevera que, no Brasil em 1951, existiam, ainda que sem apresentar perfeitas condições de organização e funcionamento, 121 Cursos Normais Regionais e 434 “escolas normais comuns”. Com maior incidência no estado de Santa Catarina (38 CNRs), seguido do Ceará (12 CNRs), Pernambuco e Minas Gerais (ambos com 9 CNRs), Paraíba e Paraná (ambos com 8 CNRs), o Paraná ficava entre os estados brasileiros com quantia significativa de Cursos Normais Regionais. Se refutado este dado e basear-se na Mensagem de Governador de 1950, que confirma a existência de 19 CNRs em 1949 (PARANÁ, 1950a), o estado assume outra colocação e pode ser considerado, naquele ano, um dos que mais difundiu o CNR como um modelo de formação de professores primários (FARIA, 2017, p. 48).

A quantia de Escolas Normais Regionais, no Brasil e no estado do Paraná, demonstra a ascensão de um projeto de educação que entendia a formação de professores como fundamental para o cumprimento de sua função. A necessidade de professores para o atendimento da população que estava se estruturando nas cidades paranaenses. Por isto, quando a educação deixa de ser organizada pela igreja e passa a ser papel do Estado, uma nova proposta de educação é pensada, pautada no que se qualificava como necessário.

Para Nóvoa (1991), a produção do profissional docente vai além da aquisição de conhecimentos e técnicas. Neste sentido, os projetos de formação de professores configuram o profissional, portanto é importante seu estudo para conhecer seu conteúdo e ponderar a respeito.

Entendemos que conhecer as formas de organização dos currículos dos Cursos Normais de Apucarana, bem como seu conteúdo possibilitam refletir sobre as intenções de formação, as pretensões que subsidiaram o fazer docente nas décadas estudadas. Além disso, associar tais achados com os documentos

arquivados nos acervos das escolas pesquisadas pode ser uma via para constatar o que se planejava e como era encaminhado na prática.

O quadro 19 foi organizado de acordo com o currículo do Curso Normal Regional Pestalozzi que estava em vigor no ano de 1952. Sistematiza a distribuição de carga-horária e disciplinas por série do curso.

Quadro 18 Currículo Escolar do Curso Normal Regional Pestalozzi de Apucarana (1952).

Disciplinas	Série			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	
Ciências	X	X		
Geografia	X	X		
História			X	X
Desenho	X	X	X	X
Edu. Física				X
Trabalhos Manuais e Atividades de Economia Regional	X	X	X	
Economia Doméstica	X			
Música e Canto Orfeônico	X	X	X	X
Anatomia			X	
Higiene e Puericultura				X
Psicologia e Pedagogia				X
Didática e Prática de Ensino				X

Fonte: Colégio Estadual Alberto Santos Dumont (1952).

O currículo do Curso Normal Regional da Escola Normal Regional Pestalozzi de Apucarana de 1952, organizados no quadro 11, demonstram a estrutura do curso em vigor nos anos de 1950. O curso era organizado em 14 disciplinas, distribuídas em quatro anos, sendo elas: Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Desenho, Educação Física, Trabalhos Manuais e Atividades de Economia Regional, Economia Doméstica, Música e Canto Orfeônico, Anatomia, Puericultura, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino. Verificar as formas de distribuição das disciplinas nas séries possibilita interpretar a ordem sequencial do curso, além de compreender quais áreas eram vistas como mais ou menos relevantes quando se trata da formação de docentes para atuar nas Escolas Primárias Rurais. Funcionava somente no período diurno (COLÉGIO ESTADUAL ALBERTO SANTOS DUMONT, 1952-1958).

Havia uma tendência, nesse período, no que diz respeito à formação de professores para a atuação na educação rural, de subsidiar as discussões recorrentes sobre os métodos de ensino por uma visão predominantemente escolanovista. Já na década de 1960, no território paranaense, Faria (2017) pontua mudanças políticas que provocaram mudanças nas políticas educacionais. Predominava a visão de um novo Paraná, com uma expectativa de modernização e de progresso associados ao aumento da população urbana, potencializada por questões climáticas já relatadas, e a forte tendência à industrialização.

Neste contexto em que educação é compreendida como investimento, sucederam-se as discussões e a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de n.º 4.024/61. Depois de treze anos, de 1948 a 1961, entre discussões, arquivamento e nova versão, foi aprovada e passou a interferir profundamente nos rumos da educação brasileira e paranaense [...] (FARIA, 2017, p. 212).

É relevante abordar sobre a forma de ingresso de professores para atuar no Ensino Secundário, cujo ingresso era feito por meio de concursos e provas específicas.

As mudanças governamentais interferiam nas propostas de formação de professores, modificando a visão de educação primária. O Curso Normal Regional é substituído pelo Curso Normal Secundário, tendência paranaense que toma forma no município de Apucarana.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4024/1961, sobre Formação de Professores nas Escolas Normais, estabeleceu o seguinte modelo:

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:
a) em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica;
b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginasial.

Art. 54. As escolas normais, de grau ginasial expedirão o diploma de regente de ensino primário, e, as de grau colegial, o de professor primário.

Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial.

Art. 56. Os sistemas de ensino estabelecerão os limites dentro dos quais os regentes poderão exercer o magistério primário.

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio (BRASIL, 1961).

Os Cursos Normais Ginasiais formariam o Regente de Ensino Primário, e os Cursos Normais Colegiais formariam o Professor Primário. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas primárias rurais ocorreria em locais próprios de integração (BRASIL, 1961).

Tabela 7 Ensino Primário em Números (1963-1968)

ANO	PROFESSORES/AS	ALUNOS/AS
1963	207	6.459
1964	342	8.769
1965	348	9.834
1966	363	10.611
1967	371	10.581
1968	427	11.249

Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p (1968).

A tabela 7 apresenta o aumento significativo de alunos no ensino primário no município de Apucarana nos anos de 1963 até 1968. O número de alunos matriculados praticamente dobrou, passando de 6.459 para 11.249, assim como o número de professores e professoras que, em 1963, era de 207, em 1968, passou a 427. Observa-se um crescimento numérico professores contratados, embora o número de alunos por turma praticamente não se alterou: em 1963, eram 31 alunos para cada professor ou professora e, em 1968, eram cerca de 30 alunos para cada professor ou professora.

Outra questão relevante refere-se aos professores que trabalharam no Curso Normal Colegial no ano de 1970, bem como as formas de ingresso. Os quadros 20 e 21 relacionam a “Ficha Estatística do ano de 1970” e a respectiva habilitação dos professores em exercício.

Quadro 19 Ficha Estatística do ano de 1970 - Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana – Corpo Docente

Professores Efetivos		Suplementaristas		Total de Aulas	
Licenciados	Outros	Licenciados	Outros	Efetivos	Suplemen Tares
-	2	8	11	20	188

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Nilo Cairo (1970).

É possível indagar por meio das informações do quadro 12 sobre o número de professores efetivos e suplementaristas, efetivos eram aqueles que estavam contratados por meio de um concurso e suplementaristas seria referente ao contrato estatutário. Percebe-se que a efetivação destes não era comum, sendo que somente dois professores eram efetivos e 19 eram suplementaristas, representando o maior número. É possível inferirmos que a condição instável de contrato do trabalho docente interferia na qualidade de vida desses profissionais e na qualidade do ensino.

Quadro 20 Corpo Docente do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana em 1970

Nome	Disciplina	Número de Aulas	Habilitação
Antonia M. S. de Siqueira	Música	16	Curso Normal e Superior de Música
Adenor João Terra	Edu. Moral e Cívica	8	Filosofia e Teologia
Damião Kuchipil	Ciências	12	Odontologia
Durval Pinto	História	8	Normalista
Iocasta Neli Belenda Biacchi	Teoria e Prática da Escola Primária	21	Normalista
José Berton	Português	8	Normalista
Lucy Joelma Lauer	Teoria e Prática da Escola Primária	15	Licenciatura em Pedagogia
Lourdes da Silva Martins	Desenho	7	Normalista
Maria A. A. Soni	Educação Física	6	Licenciatura em Educação Física
Maria A. M. da Silva	Matemática	11	Licenciatura em Pedagogia
Maria Gilda Neia Amaral	Desenho	2	Normalista
	Educação para o Lar	6	
Maura Estezi	Português	16	Licenciatura em Letras
Neide N. de Lima	Português	8	Normalista

Ganem			
Risoleta de Pádua Rodrigues	Edu. Moral e Cívica	8	Normalista
Yara Maria Kuster	Educação Física	10	Licenciatura em Educação Física
Yone Silveira de Mello	Geografia	4	Licenciatura em Pedagogia
	História da Educação	4	
Madre Anélita Vicente	Religião	6	Licenciatura em Pedagogia
Madre Rosa Chiari F. J.	Religião	2	Normalista

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Nilo Cairo (1970).

O quadro 20 elenca os professores que lecionaram no Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana, sua formação, o número de aulas e as disciplinas ministradas.

O quadro 21 apresenta a organização curricular do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana em 1970.

Quadro 21 Currículo Escolar do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana– ano de 1970

Disciplinas Obrigatórias	Número de Aulas Semanais – Diurnas			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Português	4	4	4	-
Matemática	3	2	1	-
História	2	2	-	-
Geografia	-	-	2	-
Ciências	2	2	-	-
Educa. Moral e Cívica	2	2	2	-
Disciplinas Complementares	Número de Aulas Semanais – Diurnas			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Fundamentos da Educação	2	2	2	-
Teoria e Prática da Escola Primária	3	5	6	-
Disciplinas Optativas	Número de Aulas Semanais – Diurnas			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
História da Educação	-	-	2	-
Higiene e Puericultura	-	-	2	-

Práticas Educativas	Número de Aulas Semanais – Diurnas			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Educação Física	2	2	2	-
Desenho	2	1	-	-
Educação para o Lar	1	1	-	-
Música e Canto Orfeônico	2	2	2	-
Disciplinas Especiais	Número de Aulas Semanais/ – Diurnas			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Religião	1	1	1	-
Total de Aulas Semanais	26	26	26	-

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Nilo Cairo (1970).

O currículo do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana, em 1970, difere da matriz do Curso Normal Regional, sistematizado no Quadro 22. O primeiro possuía 15 disciplinas organizadas em quatro anos letivos, todas ofertadas no período matutino, sendo divididas em áreas como: Disciplinas Obrigatórias (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Educação Moral e Cívica); Disciplinas Complementares (Fundamentos da Educação e Teoria e Prática da Escola Primária); Disciplinas Optativas (História da Educação e Higiene e Puericultura); Práticas Educativas (Educação Física, Desenho, Educação para o Lar, Música e Canto Orfeônico) e Disciplinas Especiais (Religião) (Colégio Estadual Nilo Cairo, 1970).

Quadro 22 Currículo Pleno para Habilitação para o Magistério – Ano de Implantação 1980 – Turno Diurno

Educação Geral Disciplinas, Áreas de Estudo, Atividades	Séries				Soma
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	2	3	3	-	272
Língua Estrangeira Moderna – Inglês	-	-	2	-	68
Geografia	2	-	-	-	68
História	-	2	-	-	68

Org. Social e Política Brasileira	-	-	1	-	34
Matemática	2	2	2	-	204
Física	-	2	2	-	136
Química	2	2	-	-	136
Biologia	2	1	-	-	102
Educ. Moral e Cívica	2	-	-	-	68
Educação Física	2	2	2	-	204
Programa de Saúde	1	-	-	-	34
Ensino Religioso	1	-	-	-	34
Formação Especial	Séries				Soma
	1^a	2^a	3^a	4^a	
Psicologia Geral e Social	4	-	-	-	136
Psicologia do Desenvolvimento	-	2	-	-	68
Psicologia da Aprendizagem	-	-	3	-	102
Psicologia Educacional	-	2	-	-	68
História da Educação	-	2	-	-	68
Sociologia Educacional	-	-	2	-	68
Filosofia da Educação	-	-	2	-	68
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1 ^o Grau e Estatística Aplicada	-	4	-	-	136
Didática Geral	3	-	-	-	102
Didática Específica Comunicação e Expressão	-	2	2	-	136
Didática Específica da Matemática	-	2	2	-	136
Didática Específica Integração Social	-	-	2	-	68

Didática Específica Ciências Naturais	-	-	2	-	68
Literatura Infantil	2	-	-	-	68
Geografia do Paraná	1	-	-	-	34
História do Paraná	-	1	-	-	34
R. Áudios Visuais e Educ. Artística	3	-	-	-	102

Fonte: Colégio Estadual Nilo Cairo (1980).

O currículo de Magistério para o Ensino de 2º grau, Parecer do CEE nº 175/74, com duração de três anos e 2.890 horas, foi implantado no ano de 1980 em Apucarana, apresenta uma outra roupagem, norteado pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). As disciplinas são organizadas em: Educação Geral e Formação Especial distribuídas em três séries e com um total de 2.890 horas.

As 13 disciplinas organizadas como Educação Geral contemplavam os estudos de: Matemática; Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna-Inglês; História; Geografia; Química; Física; Biologia; Edu. Física; Educação Moral e Cívica; Org. Social e Política Brasileira; Ensino Religioso; Programa de Saúde. Essa primeira parte do currículo era comum aos outros cursos de 2º grau, chamada de noções gerais e núcleo comum, obrigatório em todo o país, salvo a disciplina de Ensino Religioso, era obrigatória a sua oferta, porém facultativa para os alunos matriculados (BRASIL, 1980).

A segunda parte do currículo, denominada Formação Especial, organizada em 17 disciplinas voltadas para a formação do magistério, corresponde à parte diversificada. Demonstra o ideal imposto naquele momento histórico a respeito do que se acreditava ser relevante para a docência, com ênfase aos estudos sobre o comportamento e desenvolvimento humano com quatro disciplinas de Psicologia: Psicologia Geral e Social; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Aprendizagem e Psicologia Educacional; os fundamentos da educação eram contemplados em História da Educação; Sociologia Educacional e Filosofia da Educação; a área de Didática era estruturada em cinco disciplinas: Didática Geral; Didática Específica Comunicação e Expressão; Didática Específica da Matemática; Didática Específica Integração Social; Didática Específica de Ciências Naturais, além das disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e

Estatística Aplicada; Literatura Infantil; Geografia do Paraná e História do Paraná, distribuídas nos três anos de curso (COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO, 1980).

Segundo Sacristán (2013), o currículo escolar é dotado de história, investigá-lo nos dá vestígios do que era considerado naquele momento, portanto pesquisar a Escola Primária Rural apucaranesa está de certa forma ligada ao pensamento implícito e explícito a respeito da Formação de Professores, os quais, muitas vezes, são os únicos representantes da educação primária rural. Em muitas escolas rurais a professora era a responsável por ensinar, preparar o lanche (alimentar), cuidar da higiene (limpar as escolas) e até mesmo cuidar das funções de secretária.

Nota-se, portanto, que as Escolas Rurais, no olhar das políticas públicas, quando comparadas com as Escolas Urbanas, não eram valorizadas, havia um processo de desvalorização e desqualificação material e humana, imobilizando a continuidade de oferta na época.

[...] à medida que o Brasil se industrializa, as escolas da cidade passam a atender a outras demandas que não são as mesmas das escolas do interior. Essa é uma realidade que se afirma a partir do momento em que o país toma outras direções econômicas, ou seja, a educação nas cidades deve preparar os alunos para interagirem e se adaptarem às condições exigidas pela ordem social e econômica vigente. O ensino no meio rural, ainda que teoricamente, também se torna uma preocupação social, seja por interesses nacionalistas seja no sentido de compelir a saída das populações rurais de seu ambiente original (ALMEIDA, 2005, p. 281).

O currículo do Curso de Magistério nos anos de 1980 contempla um ideal de modernização associado ao perfil sociocultural que predominava, não demonstrando espaço para o Ensino Rural. Os anos de 1980 e 1990 remetem ao fechamento e cessação do funcionamento de muitas Escolas Primárias Rurais em Apucarana, respondendo aos ideais que circulavam em nível nacional.

Este período, 1987-1992, coincide com a consagração de uma nova abordagem marcada pela “universitarização” da formação docente e pelas ideias de “professor reflexivo” e de “professor pesquisador”. As escolas normais, instituições com uma história de grande significado, foram sendo progressivamente substituídas pelas universidades. Esta transição trouxe avanços significativos para o campo da formação docente, sobretudo na ligação à pesquisa e na aproximação dos professores ao espaço acadêmico das outras profissões do conhecimento (NÓVOA, 2017, s/p).

Portanto não podemos generalizar e considerar o momento contraproducente ao movimento ruralista como inteiramente negativo para a educação, cairíamos numa interpretação tendenciosa, todavia é proeminente a tendência de mudanças nos rumos da educação pública.

4.2 Feminização do Magistério: Mulheres e Professoras de Apucarana

Para findar a presente pesquisa foi organizada esta subseção com o intuito de enfatizar a identidade profissional dos sujeitos que eram responsáveis por promover a Educação Primária Rural, as professoras. Elas ensinavam, limpavam, cozinhavam e até mesmo realizavam o trabalho de secretaria, dentre outras atividades. A opção pela escrita no gênero feminino deveu-se ao número maior de mulheres nesta profissão, que realçaremos por meio de fontes variadas.

Desta forma, é relevante o estudo sobre a identidade profissional das professoras que trabalharam nas escolas apucaraneses com o objetivo de ressaltar os recursos humanos e suas condições de formação e atuação no período estabelecido, compreendendo sua trajetória profissional como elemento-chave para a pesquisa em História da Educação e História das Instituições Escolares. As interpretações sobre a educação nas diferentes épocas põem a necessidade de uma análise sobre os significados acerca de cada aspecto estudado. Portanto, com o intuito de pensar a educação, é imprescindível entender as concepções de feminilidade no recorte temporal e no espaço geográfico estudados.

A demarcação inicial do município de Apucarana se deu no ano de 1925, com lotes de terras limitados por ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná. O território recém-loteado pertencia à Londrina. Sobre a educação neste cenário, o local ainda não contava com professores e professoras. Somente em 1937, com a chegada de Wilde Borghi Formigoni, com apenas 17 anos, que inicialmente trabalhara como costureira para confecção de vestidos de noiva, Apucarana teve um princípio de educação formal. Wilde ministrava aulas em sua própria casa, mesmo não tendo o curso preparatório para professores, nem quadro de giz, carteiras e materiais, o ensino era ministrado com poucos recurso (APUCARANA, Prefeitura

Municipal. Vivo Apucarana. Publicação Comemorativa ao Cinquentenário de Apucarana. 1994).

Figura 23 Wilde Borghi Formigoni



Fonte: Autarquia Municipal de Apucarana (2017).

Em 1938, chegou a Apucarana a primeira professora do povoado, nomeada pelo prefeito de Londrina na época, Willie Davids. As aulas aconteciam em um barracão na Avenida Curitiba, atualmente uma das avenidas principais da cidade, hoje seria o local onde funciona o estabelecimento comercial “Casas Pernambucanas”. Wilde Formigoni lecionava e também abriu sua própria escola a *Escola Amiga da Infância*, foi registrada como professora em 14 de março de 1948 (APUCARANA, Prefeitura Municipal. Vivo Apucarana. Publicação Comemorativa ao Cinquentenário de Apucarana. 1994).

Segundo o recenseamento geral do Brasil na década de 1940, o município de Londrina tinha uma população estimada de 75.296 habitantes. Todavia nem todos

habitavam na região geográfica do município atual; neste aspecto, o município de Apucarana estava contabilizado no montante de Londrina (BONI, 2009).

A atividade principal, naturalmente, era voltada à agricultura e pecuária 20.932 pessoas em idade adulta se declararam silvicultores, lavradores, agricultores, peões ou pecuaristas. Destes, a maioria absoluta era de homens 19.160. Apenas 1.772 mulheres se declararam envolvidas nessas atividades. Em contrapartida, das 19.332 pessoas que se declararam ativas no item atividades domésticas e escolares, a maioria absoluta era de mulheres: 18.140, ou seja, 93,83%. Os homens nesse tipo de atividade eram 1.192, ou, apenas, 6,17% dos recenseados (BONI, 2009, p. 56).

A mulher era incumbida de trabalhos específicos e estereotipados como observamos nos dados apresentados por Boni (2009). Cabiam a elas atividades domésticas e escolares sob a concepção de manter o destino e até mesmo a dádiva de ser mãe, portanto ser professora seria uma continuação do trabalho doméstico.

A concepção identitária das meninas estava ligada às condições culturais de formação, ou condições de vida, por isto era comum a menina se tornar professora. As cidades recém colonizadas eram destinos promissores para as mulheres que iniciavam a carreira de professora.

As necessidades geradas pela urbanização do município fizeram com que outros setores dos serviços públicos se expandissem, como foi o caso da educação primária e infantil de Apucarana que, até 1942, não contava com uma escola autorizada pela Diretoria Geral da Educação, sob a supervisão da Inspetoria de Ensino Regional de Londrina. A falta de investimentos urbanos por parte da companhia colonizadora, como pela prefeitura de Londrina, responsável pelo distrito, se refletiu no desinteresse em enviar um educador para a localidade. Deste modo, os próprios pioneiros apucaraneses precisaram improvisar e o ensino primário se iniciou a cargo de jovens senhoras que instruíam as crianças das proximidades de onde residiam (HERVATINI, 2011, p. 85).

Nesta conjuntura, foram criadas às primeiras escolas primárias apucaraneses, com localidades improvisadas; novas colônias foram estruturadas e professores muitas vezes leigos, oriundos da região, supriam a necessidade inicial de escolarização no meio rural.

Tabela 8 Analfabetismo no Brasil de pessoas com 15 anos ou mais

Ano	Total	Analfabeta	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: Organizado pela pesquisadora (IBGE, 2007).

A obra *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore e Carla Bassanezi (2008), apresenta elementos a respeito do papel da mulher na sociedade brasileira, elencando uma coletânea de artigos que favorecem a pesquisa acerca da mulher.

Segundo o IBGE, nas séries de histórias e estatísticas, a taxa de analfabetismo de mulheres com 15 anos ou mais, nos anos de 1970-2000 em âmbito nacional, atingiu o seguinte percentual:

Tabela 9 Taxa de Analfabetismo de Mulheres (1970-2000)

Período	Taxa de analfabetismo-mulheres
1970	36%
1980	27,1%
1991	20,3%
2000	13,5%

Fonte: IBGE (2007).

A mesma pesquisa, quando se refere à estatística da taxa de analfabetismo de homens com 15 anos ou mais, nos mesmos anos de referência, demonstra uma diferença.

Tabela 10 Taxa de Analfabetismo de Homens (1970-2000)

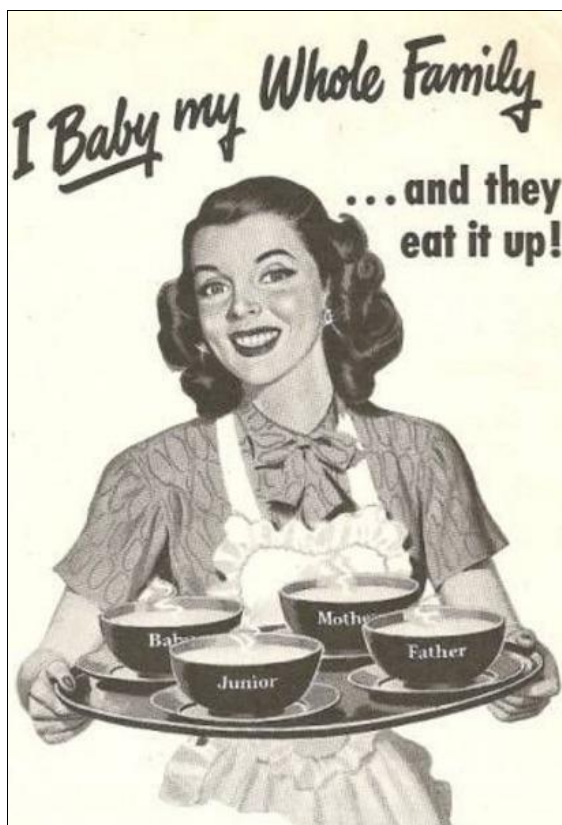
Período	Taxa de analfabetismo-homens
1970	29,8%
1980	23,6%
1991	19,8%
2000	13,8%

Fonte: IBGE (2007).

Ao comparar os índices de analfabetismo de homens e mulheres brasileiros, percebe-se uma diferença, existente nos anos de 1970, de 36% para as mulheres e de 29,8% para os homens; a diferença ainda se mantém alta nos anos de 1980, 27,1% para as mulheres e 23,6% para os homens; nos anos de 1991 a diferença diminui: 20,3% para as mulheres e de 19,8% para os homens. Tais diferenças são minimizadas nos anos 2000, sendo de somente 0,3%.

A educação feminina era voltada para a formação moral, predominava a educação em detrimento da instrução. Cabia à mulher desenvolver qualidades como: cuidar dos afazeres domésticos, cozinhar para a família, ser educada e afetuosa, cuidar dos filhos e do marido. Portanto, para as famílias, a escolha de investimento na escolarização geralmente era destinada aos filhos meninos, uma vez que eles tinham a missão futura de manter as famílias financeiramente, para tanto era necessária a formação escolar. A escolarização das meninas ficava em segundo plano, já que, neste contexto, ser menina representaria ser dona de casa.

Figura 24 Propaganda dos anos de 1950



Fonte: <https://awebic.com/cultura/guia-boa-esposa-1950/>

A figura 24 é uma campanha publicitária dos anos de 1950, uma mulher com avental e quatro pratos de sopa cada um nominado para uma pessoa da família, “pai”, “mãe”, “bebê” e “Júnior”. O papel representado pela propaganda retrata a figura feminina como cuidadora do lar e da família.

Uma das possibilidades de atuação que a mulher poderia desempenhar se assemelha com a figura de cuidadora, a professora, aquela que cuida das crianças, utilizando as suas habilidades profissionais associadas à de maternidade e de boa esposa.

Tabela 11 Corpo Discente do Curso Normal Colegial Ovídio Decroly de Apucarana

Alunos	Masculinos	Femininos	Total
1ª série	2	82	84
2ª série	3	78	81
3ª série	2	71	73
Total	7	231	238

Fonte: Colégio Estadual Nilo Cairo (1970).

A tabela 11 foi elaborada com base nos arquivos referentes à listagem de alunos por série no curso de formação de professores, Curso Normal Colegial de Apucarana, em suas três séries. Os dados revelam que, dentre os alunos que cursavam o Curso Normal, 238 no total, apenas 7 eram do gênero masculino, enquanto o número de mulheres era de 231.

É evidente o número maior de mulheres que se matriculavam para o Curso Normal, os dados demonstram a efetivação da formação cultural estereotipada para o gênero feminino. A Figura 29 também comprova o número contundente de mulheres que exerciam a função da docência rural como se pode observar a seguir.

Figura 25 Professores e professoras das Escolas Isoladas, 22ª IRE



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p (1968).

A imagem é da década de 1960, são professoras e professores das Escolas Primárias Rurais de Apucarana durante a visita do inspetor da 22ª IRE. A inspetoria foi criada em 6 de novembro de 1961, pela Lei nº 4.460, sendo designado inspetor regional de ensino de Apucarana o Pe. Valdemiro Haneiko, pela Portaria nº 403 de 18/02/1963. Para a Inspeção do Ensino Primário, foi designado o profº José Berton, símbolo M-N-3, pela Portaria nº 2.595, de 29/05/1963 (REVISTA APUCARANA, Jubileu de Prata 1944-1969, s/p, 1968).

Organizamos, a seguir, uma listagem de professores/as que trabalharam no Município de Apucarana.

Quadro 23 Professores e Professoras do Município de Apucarana

Nome	Data de nascimento	Estado Civil	Instrução	Data de Admissão e Data de Nomeação	Escola Lecionou	que
------	--------------------	--------------	-----------	-------------------------------------	-----------------	-----

Adilson Luís Almeida Lima	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	E. R. M. Vicente de Carvalho
Ana Maria M. Cintra	05/01/1947	Solteira	Curso Normal Ginásial	Admissão 22/04/1963 Nomeação 01/01/1965	E. M. Mateus Leme
Aparecida Viana da Cunha	01/08/1946	Solteira	Curso Normal Ginásial	Admissão 04/04/1961 Nomeação 01/01/1965	E. M. Mateus Leme
Arlete A. Pagani	28/06/1947	Solteira	Curso Normal Regional e Pedagogia	Admissão 09/08/1964 Nomeação 01/02/1966	Não consta
Alice M. Gonçalves	04/08/1945	Solteira	Curso Normal	Admissão 01/02/1965 Nomeação: Não consta	Escola Orfanato Ebeu Ezer
Amélia F. Gabardo	Não consta	Não consta	Não consta	1963	E. R. M. Cardeal Sebastião Leme
Ana Berezoski	10/08/1946	Solteira	Curso Normal Regional	Admissão 10/02/1964 Nomeação 01/01/1963	Não consta
Bazilio Devorany	06/04/1941	Casado	Curso Normal Ginásial	Admissão 10/02/1964 Nomeação 01/01/1965	E.R.M. Barão do Rio Branco, Diretor em São Domingos, E.R.M. Manoel Ribas.
Cleide Caligaris	30/03/1945	Solteira	Curso Normal	Admissão: 15/04/1963 Nomeação: 02/01/1964	E.M. Ébano Pereira Parque Infantil Nice Braga
Clary M. Fontanini	12/09/1943	Solteira	Curso Normal (sem especificação)	Admissão: 01/02/1965 Nomeação: 01/01/1966	Grupo Escolar Municipal
Francisca C. Calsavara	10/01/1932	Casada	Primário	Admissão: 01/04/1952 Nomeação: 01/04/1952	Esc. Tupinambá E.R.M. Duque de Caxias.
Francisco Antônio de Souza	Não consta	Casado	Não consta	Não consta	Primeiro proprietário da Escola Getúlio Vargas, com estadualização passou a ser E.R.M. Getúlio Vargas.
Genia Hawarylak	Não consta	Não consta	Não consta	Admissão Nomeação	Não Consta
Iraci C. Alves	11/02/1944	Casada	Curso Normal Regional	Admissão: 01/02/1965 Nomeação: 01/02/1966	Grupo Escolar do Pirapó E.M. Mateus Leme
Ivone F. Silva	02/12/1935	Casada	Estudante da 1ª série ginásial	Admissão: 01/04/1963 Nomeação: 02/01/1964	E.R.M.. Osvaldo Cruz (Casa Escola)
Izio Gambi	17/06/1931	Casado	Primário	Admissão: 12/03/1956 Nomeação: 02/01/1964	E.R.M Tiradentes Diretor de Ensino do Departamento de Instrução Pública e Assistência Social.
Lidia Titéricz	17/05/1944	Solteira	Curso Normal	Admissão: 10/02/1964 Nomeação: 01/02/1966	Grupo Escolar Pirapó
Doguilda M. Pacheco	18/11/1911	Casada	Primário	Admissão: 04/02/1963 Nomeação: 01/02/1966	

Maria Audelina Dias	19/04/1946	Solteira	Curso Normal Regional	Admissão: 19/08/1963 Nomeação: 01/01/1966	E.R.M. Osvaldo Cruz Grupo Escolar Municipal
Maria Adelia Barreto	20/12/1945	Solteira	Curso Normal	Admissão: 22/03/1965 Nomeação: 01/02/1966	E.R.M. José de Alencar
Maria Alice da Silva	29/05/1945	Solteira	Curso Normal	Admissão: 15/04/1963 Nomeação: 02/01/1964	E.M. Ébano Pereira Escola Orfanato Ezeu Ezer
Marcia B. Manhas	21/01/1946	Solteira	Curso Normal Ginásial	Admissão: 10/02/1964 Nomeação: 01/01/1965	Escola Orfanato Ezeu Ezer
Maria Conceição Ribeiro	01/12/1944	Solteira	Curso Normal Regional	Admissão 10/02/1964 Nomeação 01/01/1966	E.R.M. Assis Brasil E.R.M. Erasto Gaertner
Marceu H. de Oliveira	01/12/1941	Solteiro	Ginásio	Admissão 02/05/1964 Nomeação 01/01/1965	E.R.M. Alberto Pascoalini, Diretor E.R.M. São Pedro
Maria Lopes Resende	18/09/1942	Casada	Primário	Admissão 01/01/1960 Nomeação 01/01/1964	E.R.M. Manuel Ribas
Maria Lopes Rezende		Casada	Primário	Admissão Nomeação	
Tereza Volantchuk	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	E.R.M. Ana Nery
Vanda C. Lemes	11/08/1942	Solteira	Curso Normal Ginásial	Admissão 01/04/1963 Nomeação 02/01/1964	E.M. Gabriel de Lara Comissão de Inspeção do Ensino Municipal
Wilde Luzia Borghi Formigoni	Não consta	Solteira	Primário	A primeira professora do município iniciou em 1937 para um grupo de crianças	Escola Amiga da Infância

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora.

Foram elencados 29 professores e professoras que lecionaram, a partir dos anos de 1930, em Escolas Primárias Rurais e Escolas Municipais Rurais em Apucarana e Escolas Primárias Municipais que funcionavam em espaços urbanos do município. O registro possibilita quantificar o gênero, as características físicas, o estado civil, a formação, as datas de nomeação e admissão, os salários que recebiam, as escolas em que trabalharam e os funções que exerceram.

Das características que podem ser observadas no quadro 24, destaca-se o número expressivo de mulheres que trabalhavam em Escolas Primárias em Apucarana-PR, dos 30 professores, 24 são do gênero feminino e cinco do gênero masculino, portanto 80% dos contratados eram mulheres.

Ocorre também uma diferenciação quando se relacionam cargos, funções e salários entre professores do gênero masculino e do gênero feminino. Recorremos ao livro ata de Registro da Vida Funcional dos professores e professoras das

Escolas Primárias de Apucarana, percebe-se que os professores do gênero masculino construíram carreira atuando em funções de sub-direção nas escolas primárias, as mulheres, por sua vez, não recebem a mesma promoção apesar de o grau de instrução entre eles serem iguais.

Contratado pela portaria 20/64 passa a exercer função de professor na Escola Barão do Rio Branco de 10-2-1964 a 31-12-1964, com vencimentos de Cr\$ 23.000 mensais. Foi efetivado pelo concurso de professores municipais realizado em dezembro de 1964, a partir de 1º de janeiro de 1965, com vencimentos de Cr\$ 36.000 mensais. Foi nomeado em conformidade com a lei 80/63 e pelo decreto 33/63. Recebeu nomeação de professor e passou a exercer o cargo de sub-diretor em São Domingos (sede) na Escola Municipal Manoel Ribas em São Domingos (sede) (curso noturno), como contratado recebendo Cr\$ 23.000 mensais com referência ao período contratado. Em março de 1965 passou a receber Cr\$ 50.500 mensais. A partir de março de 1966 passou a receber Cr\$ 65.500 mensais, exercendo a função de professor na Escola Manuel Ribas e ao mesmo tempo exercendo o cargo de contratado recebendo por este período Cr\$ 29.300, pelo período noturno (AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1952-1966).

Sobre a formação destes professores e professoras, destacamos entender a palavra formação como algo amplo que se refere tanto à escolarização voltada ao magistério, quanto às experiências docentes, portanto, frequentemente, tais profissionais não tinham uma formação específica, porém utilizavam experiências pessoais para o trabalho escolar.

Quanto à formação pedagógica, é importante destacar que muitas vezes o professor rural não tinha um preparo específico para o magistério rural, alguns haviam frequentado escolas normais rurais, outros tantos cursaram o “normal” nas cidades e ainda havia os leigos, que lecionavam de acordo com o seu empirismo (ALMEIDA, 2005, p. 293).

Ainda sobre o quadro 24, no demonstrativo referente à formação que possuíam, destacamos: dos 30 professores listados, 20% (6 seis) deles possuíam o curso primário; 3,3% (1 uma) era estudante do ginásio; 3,3% (1 uma) possuía o ginásio completo; 16,66% (5 cinco) haviam cursado o Curso Normal Ginásial; 13,33% (4 quatro) com formação no Curso Normal Regional; 23,33% (8 oito) formadas em Curso Normal, porém sem especificações maiores, 3,3% (1 uma) licenciada em pedagogia e os demais 13,33% (4 quatro) professores sem informações sobre a formação. Portanto, pode-se concluir que a escolarização

destes profissionais era bastante variada, no entanto a maioria formados no Curso Normal.

Em meados do século XX, com a expansão da escola pública no Brasil amplia-se o número de instituições dedicadas à preparação do magistério, constituído basicamente de moças de classe média. Paralelamente, surgem outras instâncias formativas, preocupadas não só com o desempenho didático da mestra moderna, mas também com o comportamento moral desta moça que deve deixar a casa de seus pais para adentrar lugarejos distantes, enfrentando sozinha novas vicissitudes e *tentações* (FISCHER, 2005, p. 325).

A formação em cursos específicos não deve ser interpretada como opção somente para ingressar em um curso, era necessário um investimento financeiro, mesmo que estes cursos fossem públicos. Necessitava-se de auxílio para a alimentação, transporte e aquisição dos materiais, além da cultura machista que tinham que enfrentar, já que não era “bem visto” que uma “moça de família” ingressasse nos estudos, já que deveriam primordialmente constituírem suas famílias. O dever de ser mãe e esposa deveria ser a principal função de uma mulher.

Os Cursos Normais buscavam oferecer saberes próprios do meio docente, porém a iniciativa de criar Escolas Normais Rurais não era suficiente para resolver os problemas nelas existentes (ALMEIDA, 2001).

Dentre as principais problemáticas das condições de trabalho nas escolas rurais, constavam as variadas solicitações de licenças e pedidos de remoção para escolas nas áreas urbanas, sendo que muitas escolas rurais acabavam por deixar de funcionar por estes motivos. Outras questões apontadas eram as condições sanitárias ruins tanto nas casas como nas escolas, fato que acarretava afastamentos por problemas de saúde, assim como a ausência de água potável, a água utilizada geralmente vinha de poços, aumentando as chances de adquirir verminoses (CELESTE FILHO, 2014).

O tempo assume outras percepções no meio rural. Isolado de tudo, distante das cidades, parece que o professor ficava alheio, “à margem” do que acontecia fora do “seu mundo”. Talvez o mais difícil fossem as escolhas partilhar dúvidas e aflições vividas cotidianamente. Certamente, não é por acaso que muitos antigos professores rurais narram a solidão e as renúncias que enfrentavam nas escolas. É por isso que, quando pensamos nesses professores, talvez em suas (Parece que falta algo.) esquecidas, urge indagarmos se estão esquecidas no passado ou talvez ainda silenciadas pelos

historiadores e gestores da educação no presente (ALMEIDA, 2005, p. 293).

As dificuldades enfrentadas em relação às condições dos prédios, assim como a ausência de recursos pedagógicos e a questão das diferenças salariais faziam com que os professores, com frequência, solicitassem remoções para escolas urbanas.

[...] aquele eterno discurso edificador de uma imagem de professora paciente, abnegada, humilde, mansa e feliz, irradia-se de fato enquanto dispositivo de normalização, vindo a sustentar práticas correspondentes não só na vida dessa mulher enquanto professora, mas igualmente enquanto mulher-filha, mulher-esposa e mulher-mãe (FISCHER, 2005, p. 333).

Neste aspecto, ser professora da Escola Rural significava aquela que, além de ser responsável pelo ensino de crianças, exercia o “papel de mulher”, aquela que limpava, cozinhava e mantinha a escola em ordem como sua própria casa. Muitas delas até moravam no local, portanto as indiferenças sociais eram transmitidas para o seu local de trabalho como se fosse uma extensão da sua própria casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho foram desenvolvidas em cada etapa do processo de pesquisa, desde a escolha do tema, escrita e reescrita do projeto de pesquisa, correções, levantamento das fontes bibliográficas e fontes documentais. Cada etapa nos trouxe respostas ou novas indagações para serem respondidas, revelando-se um processo contínuo de dois anos de atenção à temática.

Este período de escrita nos proporcionou uma outra visão para a forma de análise, com conclusões muitas vezes antecipadas sobre a história da educação, distante do olhar necessário para a pesquisa historiográfica. Foi necessário muito esforço para desenvolver uma visão que respeitasse as fontes, os espaços e os sujeitos que participaram do contexto pesquisado no tempo elencado; ter sempre presente que eles possuem uma identidade cultural própria; e que, para mergulhar na construção e reconstrução desta história, necessita-se compreender esta identidade.

Neste sentido, a interpretação do pesquisador não deve ser neutro e sim curioso, intruso no sentido de buscar respostas para as hipóteses elencadas, respeitoso com o momento histórico e o contexto vivenciado naquele espaço geográfico e tempo.

O presente texto dissertativo foi escrito utilizando palavras no gênero feminino e masculino, para favorecer a compreensão da participação histórica de ambos os gêneros. Negligenciar a história de um grupo, ou ocultar a sua importância é o mesmo que manipular dados e informações.

Tais discussões são necessárias, haja vista a importância da área que não se finda individualmente, mas perpassa e é perpassada por outras áreas da ciência. O campo da historiografia permite ampliar conhecimentos, porém deve-se tomar certos cuidados, não negligenciando grupos de pessoas como, por exemplo, o gênero feminino, que durante grande parte da escrita histórica permaneceu invisível aos olhos do conhecimento científico.

Outro erro recorrente é sobre a escolha das metodologias que apenas narram a história, o ato de narrar geralmente acompanha escolhas, desta forma, ao contar a história, o escritor e escritora irão elencar um indivíduo, ou um grupo, desta forma

renunciando outros. O problema presente nesta abordagem é a ausência de outras perspectivas e outros sujeitos partícipes.

Consideramos, então, que o estudo da historiografia deve-se levar em conta a trajetória pesquisada e publicada no momento da escrita, assim como a interpretação das fontes deve ser cautelosa e contextualizada, deixando explícitos a metodologia utilizada e os objetivos que se propunha alcançar.

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a Educação Primária Rural em Apucarana-PR no período de 1940 a 1990, tempo de funcionamento destas escolas. Foram categorizadas 90 Escolas Primárias Rurais, uma Escola de Trabalhadores Rurais e duas Escolas Normais, uma Regional e outra Secundária.

Durante o processo de pesquisa, foram analisadas fontes documentais arquivadas em Instituições de Ensino, na Autarquia Municipal de Educação e no Núcleo Regional de Educação. Tais documentos referem-se a matrículas dos alunos, registros escolares, avaliações, matrizes curriculares, fotografias, manuais escolares, controles próprios das secretarias.

As fontes permitiram responder o seguinte problema de pesquisa, “As escolas rurais apucaraneses (1940-1990) influenciaram a constituição do município de Apucarana? Como ocorreram os movimentos de criação, institucionalização e cessação das Escolas Primárias Rurais? Na busca por respostas, foi necessário investigarmos as pesquisas sobre a temática (estado da arte), contextualizar o panorama de escolas que estavam em vigor no momento do recorte temporal, toda a trajetória de construção, institucionalização e a desativação destas escolas. Pesquisamos ainda a respeito da profissionalização dos docentes neste contexto e da identidade dos professores que fizeram parte desta conjuntura.

A primeira seção *A Educação Primária Rural no Cenário Apucaraneses* é mobilizada pela discussão sobre a fundação do município de Apucarana, datada em 1938 e ainda pertencente ao município de Londrina-PR, portanto dependente das estruturas materiais e humanas para obtenção de recursos. A escolarização rural teve início nos anos de 1940, a primeira Escola Rural foi construída na Colônia Ucraniana em 1943, período em que a cidade foi emancipada.

Com o movimento populacional, a cidade tem um consistente avanço na constituição de Escolas Rurais, na década de 1950, foram construídas 39 Escolas Isoladas e uma Escola de Trabalhadores Rurais. Trata-se de um aumento

considerável de edificações se comparado à década anterior, sendo contabilizado um aumento de 3.900%, justificado pelas políticas públicas de incentivo a imigração.

Já na década de 1960, 26 Escolas Rurais foram construídas; nos anos de 1970, 14 Escolas Primárias Rurais e, em 1980, apenas duas. O decréscimo no número de escolas construídas se deu devido a variados fatores: problemas climáticos, sociais, econômicos, educacionais e políticos, culminando com o fechamento e cessação de uma parte considerável das Escolas Municipais Rurais em 1990.

Durante a pesquisa, outras demandas foram levantadas, como as condições materiais e humanas. Para esta questão, foram analisadas as fontes que se referem à qualidade dos espaços que ofereciam este modelo de educação, é possível inferir que as condições materiais eram precárias quando comparadas à estrutura dos Grupos Escolares no mesmo período. Tais escolas eram carentes de saneamento básico, móveis escolares, materiais pedagógicos e até mesmo a estrutura física dos prédios eram insatisfatórias, mostrando, com frequência, a necessidade de manutenção. Quando se trata de recursos humanos, a maior parte das escolas era mantida com o trabalho de apenas uma professora, que era incumbida não só pelo ensino, como matrícula e registros da vida escolar dos alunos e alunas, além de preparar o lanche e limpar estes espaços.

Ante a vigência deste ideário de escola, a identidade destas professoras, ao se tornar objeto de estudo, revela que eram responsáveis pela maioria das funções exigidas para manter em funcionamento o ambiente escolar, portanto sua identidade profissional se misturava à identidade da instituição de trabalho e a função social deste modelo escolar, o rural.

A educação apucaranesa atual dialoga com outros tempos e espaços, com sujeitos que presenciaram, de forma direta ou indireta, esse processo, mediante os papéis que representavam enquanto estudantes, docentes, família, diretores, inspetores, funcionários. Ao estudar as fontes documentais, esforçamo-nos para levar em conta os sujeitos que participaram destes cenários.

Outra observação relevante é a influência do passado escolar no presente, o fato de residirmos na cidade pesquisada forneceu o privilégio de acompanhar tais escolas. Como em um “quebra-cabeça”, a pesquisa permitiu que compreendêssemos variados fatores históricos para a consolidação do cenário escolar apucaranesa na contemporaneidade.

Neste sentido, temos certeza de que esta pesquisa não se finda neste momento, apenas abre outras possibilidades de busca, permitindo diferentes estudos e, novas análises. Portanto, vejo a conclusão deste trabalho como algo necessário devido aos prazos que devem ser cumpridos, mas a pesquisa em si deve continuar, permitindo outras descobertas e diversas considerações com conceitos distintos ou semelhantes a estes.

Portanto o presente trabalho permite compreender as divergências entre os espaços rural e urbano, principalmente na perspectiva escolar, expandindo o horizonte da pesquisa em educação rural. A busca pelos sujeitos que participaram deste processo é essencial, é necessário dar voz a aqueles que muitas vezes são silenciados e, portanto esquecidos, os/as estudantes, os/as docentes, familiares e funcionários superando as limitações da análise de documentos escolares.

Levantar fontes documentais, tabular dados, problematizar, escrever e reescrever é tarefa que me forma e me transforma me leva a compreensão da atualidade, me conduz a busca e questionamento da verdade, me incentiva a discussão e me habilita para ouvir e ao ouvir aprender e ao aprender ensinar e ao ensinar questionar e então buscar motivos para continuar pesquisando.

REFERÊNCIAS

AKSENEN, Elisângela Zarpelon Aksenen; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Educação Rural no Paraná no início do século XX: A Voz dos Documentos Oficiais. **Anais Eletrônicos** do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon. **A UNESCO e suas relações com a Educação Rural no Brasil, no Paraná e em Prudentópolis (1936-1996)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR, 2018.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Educação Rural Como Processo Civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **História e Memória da Educação no Brasil**. V. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 278-295.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Vozes esquecidas em horizontes rurais: histórias de professores**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, 2001.

ANDRADE, Flávio Anício. Escola como agência de civilização: projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964). In: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. In: **Hist. Educ.** [online]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014.

APUCARANA, Prefeitura Municipal. 2017. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/ame/dados-e-indices/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

APUCARANA. **Livros Ata de Registro de Provas Incineradas**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1956-1974.

APUCARANA. **Pastas Individuais de Alunos das Escolas Rurais**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1972-2000.

APUCARANA. **Registro Geral dos Funcionários**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1952-1966.

APUCARANA. **Registros de Imóveis**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1954-2000.

APUCARANA. **30º Batalhão de Infantaria Mecanizada completa 50 anos**. 28 set. 2018. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/30o-batalhao-de-infantaria-mecanizada-completa-50-anos/> Acesso em: 29 set 2018.

APUCARANA. **Ata de Reuniões da Pré-Escola**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1978.

APUCARANA. **Livro Ata de Exames das Escolas Rurais**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1967-1968.

APUCARANA. **Livro Ata de Exames das Escolas Rurais**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1970-1972.

APUCARANA. **Livro Ata de Exames das Escolas Rurais**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1976-1978.

APUCARANA. **Livro Ponto de Funcionários da Escola Rural Osvaldo Cruz** Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1975.

APUCARANA. **Livros de Chamada de Escolas e Professores**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1984-1999.

APUCARANA. **Livros Registro de Diplomas**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1959-1974.

APUCARANA. **Ofício nº 630/2002-SEF**, de 20 de setembro de 2002. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 2002.

APUCARANA. Prefeitura Municipal. **Vivo Apucarana**. Publicação Comemorativa ao Cinquentenário de Apucarana. 1994.

APUCARANA. **Registro de Provas Incineradas das Escolas Municipais de Apucarana, Rurais e Urbanas**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1956-1974.

APUCARANA. **Registro Geral dos Funcionários**. Autarquia Municipal de Educação: Divisão de Documentação Escolar, 1952-1966.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. a: Gênese de uma Experiência Pioneira. **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2011.

ARAÚJO, José Carlos Souza; VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima. A Contribuição da Pesquisa em Perspectiva Comparada para a Escrita da História da Escola Primária no Brasil: Notas de um Balanço Crítico. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **História da**

Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju : Edise, 2015. P. 27-41.

ARAÚJO, José Carlos; SOUZA, Rosa de Fátima; PINTO, Rubia-Mar, Nunes. A Escola Primária Segundo as Mensagens dos Presidentes da República e dos Governadores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás entre 1930 E 1961: Propósitos Comuns e Desafios. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **História da Escola Primária no Brasil:** investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju : Edise, 2015. P. 47-95.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Um modelo e um lugar específico para as escolas rurais: as concepções ruralistas na consolidação das leis de ensino em São Paulo (1947). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO** – Invenção, tradição e escritas da história da educação, 6., 2011, Vitória. Anais.Vitória, 2011.

BAREIRO, Edson. **Políticas Educacionais e Escolas Rurais no Paraná – 1930-2005.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

BARION, Isabel Francisco de Oliveira. **Educação em Cambé:** História e Memória da Escola Batislava (1934-1949) – Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2014.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Estrutura e funcionamento da campanha nacional de educação rural (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/q7zxz/pdf/barreiro-9788579831300-03.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

BERTONHA, Vitorina Candida. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar. O Processo de Escolarização Primária em Sarandi-PR (1953-1981).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

BICCAS, Maurilaine Souza. **Reforma Francisco Campos: estratégias de formação de professores e modernização da escola mineira (1927-1930).** In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Org.). Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. (s/p).

BONI, Paulo César (Org.). **Fragmentos da História do Paraná em Imagens e Textos. Certidões de Nascimento da História:** O surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá, Londrina-PR: Planográficas, 2009.

BORGES, Paulo Humberto Porto. Memória e Desterro: os Territórios Guarani no Oeste do Paraná no Século XX. In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cassio

Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (Orgs.). **História do Paraná: Migrações, Políticas e Relações Interculturais na Reocupação das Regiões Norte, Nordeste e Oeste do Estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016. p. 66-88.

BRASIL, **Lei nº 4024/1961**. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL, **Lei nº 8.663, de 14 de Junho de 1993**. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. Brasília, 14 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8663.htm Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946a. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 35.519** de 19 de Maio de 1954. Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35519-19-maio-1954-327426-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. 1946c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. 1946b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 1946d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei n. 8.069, de 13 jul. 1990. DOU de 16 jul.1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá Nova, Organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá Outras Providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau. Brasília, DF: MEC, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **A escola de 1º grau e o currículo**, (1ª parte). 2. ed. Brasília, DF, 1980.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre a Roça e o Ditado Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 1994.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL. **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural**. Brasília: MEC, v.6, n. 8, 1959.

CAPELO, Maria Regiana. **Educação, Escola e Diversidade Cultural no Meio Rural de Londrina: Quando o Presente Reconta o Passado**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000.

CATTELAN, Carla. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: A Escola Multisseriada**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão-PR, 2014.

CATTONI, Elisário. **Memorial dos 50 anos do Colégio Estadual Manoel Ribas de Apucarana-PR**. 02 abri 1958 a 2008. Apucarana-PR, 2014.

CELESTE FILHO, Macioniuro. O Espírito de Horror à Vida Educativa nos Campos: A Educação Rural Paulista nas Décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39618/pdf_30>. Acesso em: 02 jul 2018. (dossiê) P. 49-70.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Livro Ata de Reuniões**, 1955-1989.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Cerimoniais e Eventos**, 1955-1989a.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Modelos de Avaliações do Curso Normal**, 1955-1989b.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Registro dos Docentes**, 1955-1989c.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Registro dos Estudantes do Curso Normal**, 1955-1989d.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Matrizes Curriculares**, 1955-1989e.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Registros de Conteúdo**, 1955-1989f.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Relatórios de Atividades Desenvolvidas no Curso Normal**, 1955-1989g.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Planos de Ensino**, 1955-1989h.

COLÉGIO ESTADUAL NILO CAIRO. **Escola Normal Secundária Ovídio Decroly, Plano de Atividades Desenvolvidas pelos Diretores, Professores, Inspetores, da Biblioteca e da Secretaria**, 1955-1989i.

COLÉGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT. **Exames de Admissão**, 1949-1953.

COLÉGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT. **Livro Ata de Exames 1ª e 2ª chamada; Ata de 1ª, 2ª e 3ª época Curso Normal Regional Nº 1**, 1949 a 1972.

COLÉGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT. **Livro Ata Resultados Finais do Curso Normal Regional (Pestalozzi) Nº 3**, 1952-1958.

COLÉGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT. **Livro Ata Resultados Finais dos Alunos Nº 31**, 1949-1954 e 1951-1953.

COLÉGIO ESTADUAL SANTOS DUMONT. **Registro de Formandos do Curso Primário Grupo Escolar de Apucarana, Livro Ata Nº 2**, 1947-1965.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: EDANEE, 1975.

CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-AMERICANA SOBRE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA GRATUITA E OBRIGATÓRIA. Recomendações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF, v. 26, n. 63, p. 158-78, jul./set. 1956.

CONFERÊNCIAS INTERAMERICANAS DE EDUCAÇÃO. Recomendações. (1943-1963). Ministério da Educação e Cultura, **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, RJ, 1965.

CORNICELLI, Elena Pericin Gomes. **História da Educação Rural de Astorga: Práticas Educativas e Organização Institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2015.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Geada traz Catástrofe para Economia Nacional**. 1975. Disponível em: <<http://historiarecortada.blogspot.com.br/2012/03/geada-negra-de-1975-noticia-do-jornal.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

FACCHI, Jehnny Zélia Kalb. **História da Formação de Professores em Cascavel entre 1951 e 1971: A Trajetória das Escolas Normais Carola Moreira e Irene Rickli**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2013.

FARIA, Maria do Carmo Carvalho. **As Transformações Históricas e a Dinâmica Atual da Paisagem na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Iguaçu-Apucarana-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2007.

FARIA, Thais Bento. **Paraná, Território de “Vocação Agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

FIGUEIREDO DE SÁ, Elizabeth; FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Analete Regina. **ESCOLA PRIMÁRIA RURAL: Caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930–1961)**. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju : Edise, 2015.

FISCHER, Beatriz Daudt. A Professora Primária nos Impressos Pedagógicos (1950-1970). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **História e Memória da Educação no Brasil**. V. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 324–335.

Folha de Londrina. **Apucarana e Seu Primeiro Prefeito. Prefeitura Municipal de Apucarana (1944)**, 25 jan. 2013. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/apucarana-e-o-seu-primeiro-prefeito-831087.html> Acesso em: 12 nov. 2018.

GAZETA DO POVO. Os 40 Anos da Geada que Devastou o Paraná. 17 jul. 2015 Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-dia-antes-do-fim-0cq6bwgyf403z8w3q8e5k6ow5>>. Acesso em: 22 dez 2017.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **Ensino Normal Regional em Cianorte-PR: da Institucionalização às Práticas e Saberes Pedagógicos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2016.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva; SCHELBAUER, Anaete Regina. A Cultura Escolar e a Formação de Professores em Cianorte/PR: da Institucionalização às Práticas e Saberes Pedagógicos (1957-1964) **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.3, p.1078-1100, set.-dez. 2016.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares; SOUZA, Rosa Fátima de. Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR, v. 16, v. 2, n. 41, p. 229-231, abr./jun. 2016.

HERVATINI, Luciana. **A Escola Normal Regional e suas Práticas Pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico 1970-2000**. Dados Extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=ECE305&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acesso em: 30 nov. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **A Geografia do Café: Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária**, Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Cidades**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410140&search=parana|apucarana|infograficos:-historico>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio**, Número 5: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pesq. Nac. Amost. Dom., Rio de Janeiro, v.14, n. 5 p.1-367, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Séries Estatísticas**. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=SEE17&t=taxa-liquida-escolarizacao-niveis-ensino>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Imagens Estatísticas do Paraná 1990**. Fundação Édson Vieira. Curitiba, PR, 1991.

IVASHITA, Simone Burioli. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): representações de ensino, professor e escola rural**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2016.

IVASHITA, Simone Burioli; SCHELBAUER, Anaete Regina. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): Representações sobre a Escola Rural. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v.17, n.2 [72], p. 559-577, abr./jun. 2017.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Relatório Brasileiro sobre Desenvolvimento Social**. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200003>. Acesso em: 28 jan. 2018.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMIECHEK, Lucimara. **Aspectos Históricos da Formação de Professores Normalistas no Município de Laranjeiras do Sul-PR (1946-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão-PR, 2014.

LIMA, Rosangela. **História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950-1990)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2015.

LIMA, Rosangela; SCHELBAUER, Anaete Regina. **As Escolas Rurais e a Organização do Ensino Primário em Cianorte-PR (1950-1990)**. Revista HISTEDBR *On-line*. Campinas, nº16, p. 51-71, mar. 2015.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.) **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACHADO, Ana Maria Netto. Pânico da Folha em Branco? Para Entender e Superar o Medo de Escrever. In: BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo (Orgs.). **Trama do Conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus Educação, 2008. s/p.

MACHADO, Cláudia Aparecida Ferreira. **O Processo de Escolarização na Área Rural de Montes Claros - MG (1960-1989): memórias e representações de professores e alunos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2016.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. **A Concepção de Educação nas Obras de Sud Mennucci**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.

MENEZES, Lis Angelis Padilha de; NOSELLA, Paolo. **Sud Mennucci – Educador Paulista: Porque estudá-lo hoje?** 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/19300/30255>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MENNUCCI, Sud. (1934). **A Crise Brasileira de Educação**. Versão para eBook. eBooksBrasil. Fonte digital. Digitalização da 2ª edição em papel de 1934. São Paulo: Piratininga, 1934.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A História da Escola Primária Pública no Paraná: Entre as Intenções Legais e as Necessidades Reais. In: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Carlos; MACHADO, Maria Cristina Gomes (Orgs.) **Educação em Debate: Perspectiva, Abordagens e Historiografia**. Campinas-SP, Autores Associados, 2006. P 187-210.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do Levantamento de Fontes à Construção da Historiografia: uma Tentativa de Sistematização. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; PR, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; PR, Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná; PR, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2004.

MONTEIRO, Cícilia Rodrigues. **Contribuições de Erasmo Pilotto para Expansão do Ensino Primário no Paraná: Ensino Rural, Alfabetização e Formação de Professores (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2015.

NÓVOA, Antônio. **Firmar a Posição Como Professor, Afirmar a Profissão Docente**. 1106 Cadernos de Pesquisa. v.47. n.166. p.1106-1133, out./dez. 2017.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente** In: NÓVOA, Antônio (Org.) **Professores e sua Formação**. Lisboa, Dom Quixote/IIE, 1997.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO. **Atas de resultado final de 91 escolas**. Apucarana: NRE, 1955-1971).

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

PARANÁ, **Programa Nossa Escola Tem História**, 02 abr. 2015. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5814>. Acesso em: 15 mar.2018.

PARANÁ. **Colégio Estadual Santos Dumont**. s/a Disponível em: <http://www.apusantosdumont.seed.pr.gov.br/modules/noticias/>. Acesso em: 12 mar.2018.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **O ensino primário no Paraná**: nova seriação e programas para as escolas isoladas. Decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962; Portaria nº 110/63. Curitiba: SEEC, 1963a. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

PATO FU. **Simplicidade**. Ibirapuera: São Paulo, Rotomusic, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA. **Documento de Instalação do Município**. 1944. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/apucarana-e-o-seu-primeiro-prefeito-831087.html>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. O Ensino Médio ao Longo do Século XX: Um Projeto Inacabado. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. III – Século XX**. Ed. Vozes Ltda: Petrópolis, RJ, 2005. P.229-242.

RENK, V. E. **As Escolas Étnicas Polonesas e Ucrânicas no Paraná**. Curitiba, Appris, 2014.

Revista Apucarana, **Jubileu de Prata 1944-1969**, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RITT, Cibele Introvini. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo, PR – 1947 a 1971**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2009.

ROMPATTO, Maurílio; FERREIRA, Erika Leonel. Histórias e Mitos da Colonização do Norte do Paraná e do Desenvolvimento de Apucarana. In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cassio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (Orgs.). **História do Paraná: Migrações, Políticas e Relações Interculturais na Reocupação das Regiões Norte, Nordeste e Oeste do Estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016. p. 121-139.

SACRISTÀN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÃO PAULO. **Decreto N. 5.335**, de 7 de janeiro de 1932. 1932. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SATO, Larissa Ayumi; COSTA, Mônica Patrícia. A fotografia como fonte de recuperação histórica do Norte do Paraná. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

SAVIANI, Dermeval (Org.). **Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 4.ed. - São Paulo: Cortez, 2006a.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006b.

SAVIANI, Dermeval. História da Escola Pública no Brasil. Questões para pesquisa. In: NASCIMENTO, M. I. M.; LOMBARDI, J. C. L.; SAVIANI, D. **A Escola Pública no Brasil. História e Historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 1-29.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil** 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008c. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 30 nov. 2018.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **O Desenvolvimento dos Cursos de Formação de Professores Primários na Fronteira Oeste Paranaense: A Criação da Primeira Escola Normal Secundária Pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2009.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). In: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. In: **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que Não se Realizam: O Debate Sobre a Educação do Povo no Brasil de 1870 a 1914**, Maringá: EDUEM, 1998.

SCHELBAUER, Anaete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino Primário no Meio Rural Paranaense: Em Foco as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores entre as Décadas de 30 e 50 do Século XX. **Cadernos de História da Educação UFU**, v. 12, n. 1. jan./jun. 2013, p. 83-107.

SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Carlos; MACHADO, Maria Cristina Gomes (Orgs.) **Educação em Debate: Perspectiva, Abordagens e Historiografia**. Campinas-SP, Autores Associados, 2006.

SCHMITZ, Micheli Tassiana. **Análise histórica do fechamento das escolas localizadas no campo nos municípios que compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: o caso das escolas da Comunidade Canoas, município de Cruzeiro do Iguaçu – 1980-2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2015.

SOUZA, Rosa de Fátima. As Escolas Públicas Paulistas na Primeira República: Subsídios para a História Comparada da Escola Primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rúblia-Mar Nunes (Orgs.) **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**, Araraquara, SP: Junqueira & Marins, 2012, p. 23-77.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virginia Pereira da Silva. As disputas em torno do Ensino Primário Rural São Paulo (1931-1947). **Revista Brasileira de História da Educação**, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39537>>. Acesso em: 20 jun. 2018, (dossiê), p.13-32.

SOUZA, Vânia de Fátima. **Políticas Públicas para Educação nos Governos de Moyses Lupion (1947-1951 e 1956-1961): Instrução Básica no Paraná**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2014.

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteras do Paraná: da colonização à migração**. Curitiba: Ipardes, 1992, p. 19-37.

TCHOPKO, Dorotéa. Cultura e Religião na Colônia Nova Ucrânia. Anais. I Salão de Extensão e Cultura 2008. **Estabelecendo Diálogos, Construindo Perspectivas**. UNICENTRO, 2008. Disponível em: https://anais.unicentro.br/sec/isec/pdf/resumo_35.pdf Acesso em 20 dez. 2017.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional**. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p.51-85.

VICENTINI, Paula Perin; GALLEGU, Rita de Cássia. **A escola nova em xeque na reforma de Sud Mennucci (São Paulo-1932): exaltação do trabalho dos professores brasileiros e ruralismo pedagógico**. In: MIGUEL, Maria E. B; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (org.). *As manifestações da escola nova no Brasil (1920-1946)*. Uberlândia: Edufu; Campinas: Autores Associados, 2011, p. 315-335.

WERLE, Flávia Obino. História das Instituições Escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR (PUCPR), (Palmas PR), (UNICS), (UEPG), 2004, p. 13-36. (Coleção Memória da Educação).

WERLE, Flávia Obino. Invenções e tradições na história da educação. In: SIMÕES, R.H.; GONDRA, J.G. **Invenções, tradições e escritas da história da educação**. Vitória, Edufes, 2012, p. 81-96.

APÊNDICE

Apêndice 1 Quadro Fontes Documentais

Fontes de Pesquisa			
Acervo	Fontes – Conteúdo	Páginas	Período – Ano
Colégio Estadual Alberto Santos Dumont	Registro dos alunos, com foto, disciplinas cursadas, ano de curso, médias. Nº 31 – Livro Ata Resultados Finais	150 páginas	1949 a 1954 1951 a 1953
	Nº 3 – Livro Ata Resultados Finais do Curso Normal Regional (Pestalozzi)	97 páginas	1952 a 1958
	Livro Ata Nº 2 – Registro de Formandos do Curso Primário Grupo Escolar de Apucarana	25 páginas	1947 a 1965
	Livro Ata de Exames 1ª e 2ª chamada Ata de 1ª, 2ª e 3ª época Curso Normal Regional Nº 1 – Ata da Cerimônia de Instalação do Curso Normal Regional de Apucarana, Histórico do Estabelecimento, nome dos diretores e secretários – 1949 a 1972 – Exames de Admissão.	27 páginas	1949 a 1953
Autarquia Municipal de Educação- Apucarana	Registro de Provas Incineradas das Escolas Municipais de Apucarana	200 folhas tipográficas rubricadas	A partir do ano de 1956
	Registro Geral dos Funcionários de Apucarana – Com dados pessoais, aspectos da fisionomia e histórico	45 páginas	1956-1966

	profissional.		
	Livro Registro de Diplomas	200 páginas	1959-1974
	Registro de Provas Incineradas das 120 Escolas Municipais de Apucarana	Sem paginação	1956-1974
Autarquia Municipal de Educação – Apucarana	Documentos diversos das escolas primárias rurais: Fotos, jornais, registro de imóvel, avaliação do espaço físico, registro de reformas, documento que institucionalização, pedido de cessação.	Caixas	1950-2017
	Registros de alunos Documentos dos alunos que estudaram na Escola: Matrícula, Boletim, Histórico Escolar, Documentos Pessoais.	267 Caixas de arquivos nomeadas e organizadas com o nome escola primária rural	1950-2017
	Atas Exames das Escolas Rurais	Sem paginação	1967-1968, 1970-1972, 1976-1978.
	Atas com Listagem de Professores que participaram de cursos de formação e grupos de estudos	Sem paginação	1995-1996;
	Livro de Chamada da Professora Josmar Mendes Peixoto (Falta o nome da Escola)	Sem paginação	1976
	Livro Ponto de Funcionários da Escola Rural Osvaldo Cruz	Sem paginação	1975
	Ata de Reuniões Pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura	Sem paginação	1997-2000
	Ata de Registro de	Sem paginação	

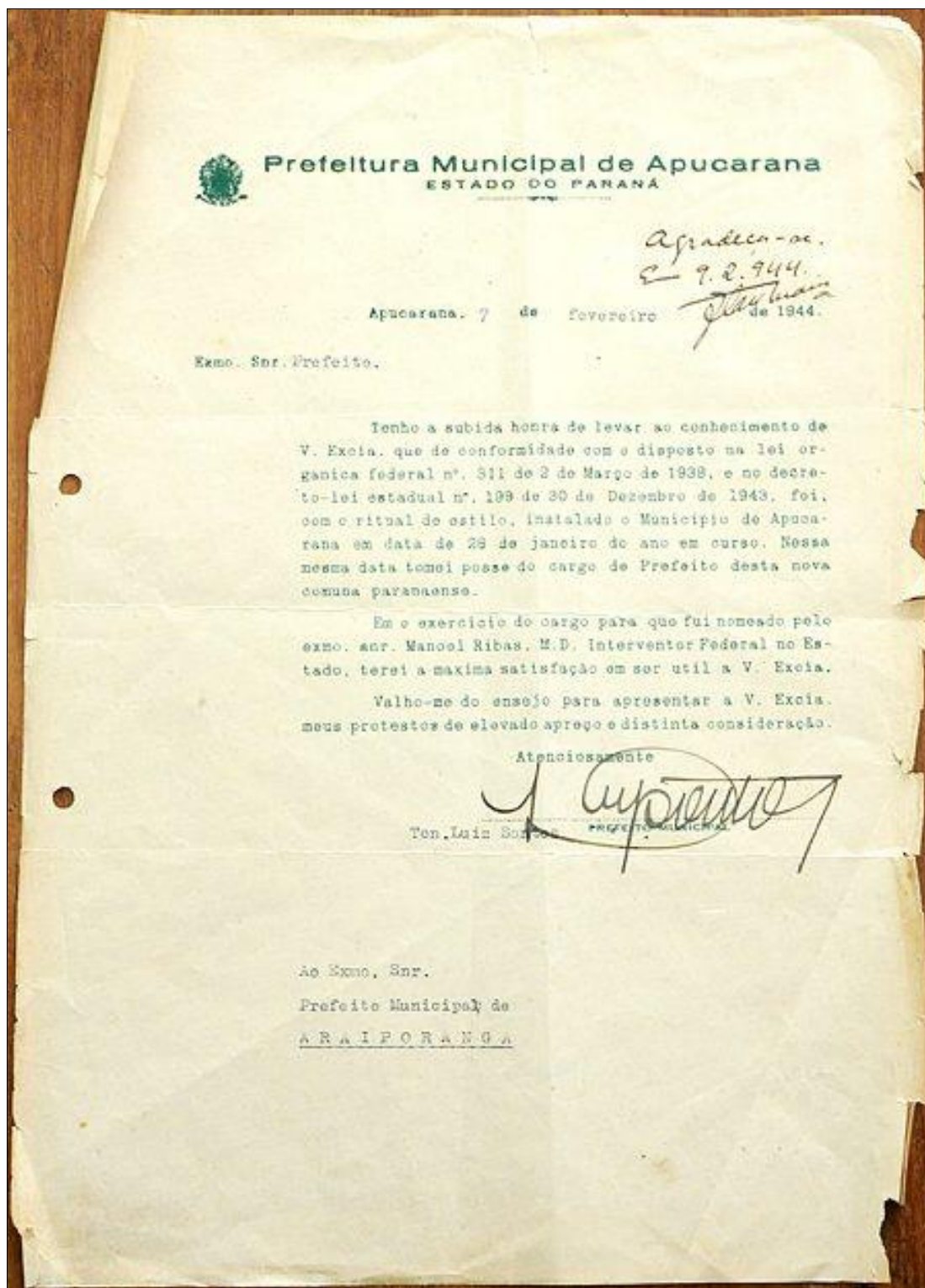
	Eventos Realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apucarana.		
	Ata de Reuniões Pedagógicas Extraordinárias	Sem paginação	1994-1995
	Ata de Acervo da Biblioteca Municipal de Apucarana	Sem paginação	Sem ano
Biblioteca Municipal de Apucarana	Revista – O Jubileu de Prata de Apucarana – Registro e História de Apucarana, os principais eventos, como o registro das primeiras escolas, fotos, dados e informações	Sem paginação	1944-1969
	Jornal: A Crônica	4 páginas	Junho de 1957
	Livros de história de memorialistas sobre a história de Apucarana		
Núcleo Regional de Educação	Relação de 91 escolas extintas		
	Livro Registro de Notas		1963-1979
	Atas de resultado final de todas as escolas até a lei 4.024/71		1953-1970
	Ata de exame de admissão Escola Pestalozzi		1969
	Ata de exame de admissão 1º Ciclo Colégio Estadual Nilo Cairo		1965
Colégio Estadual Nilo Cairo	Livro ata de reuniões, cerimoniais e eventos	Sem página	1953-1989
	Modelos de avaliações do curso normal secundário	Folhas avulsas	1953-1989
	Registro dos docentes	Folhas avulsas	1953-1989
	Registro dos	Folhas avulsas	1953-1989

	estudantes do curso normal		
	Matrizes curriculares	Folhas avulsas	1953-1989
	Registros de conteúdo	Folhas avulsas	1953-1989
	Relatórios de atividades desenvolvidas no curso normal	Folhas avulsas	1953-1989
	Planos de ensino de diversas disciplinas	Folhas avulsas	1953-1989
	Plano de atividades desenvolvidas pelo diretor, professores, inspetores, biblioteca, secretaria	Folhas avulsas	1953-1989
Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas	Fotos, recortes de notícias de revistas e jornais, mapas da área pertencente à antiga Escola de Trabalhadores Rurais, dados em gráficos elaborados à mão livre e certificados diversos.	Documentos digitalizados	1957-2018

Fonte: Organizado pela autora (2017-2018).

ANEXOS

Anexo 1 Documento de Instalação do município de Apucarana – 1944



Fonte: Folha de Londrina. Apucarana e Seu Primeiro Prefeito. Prefeitura Municipal de Apucarana (1944). 25 jan. 2013.

Anexo 2 Geada traz Catástrofe para Economia Nacional – 1975

VENDA PROIBIDA

Diário do Paraná

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

20 Páginas Curitiba, domingo, 20 de julho de 1975 Nº 6023



Depois da tempestade, a crise: todos os cafezais do Paraná foram atingidos pela geada, numa devastação completa e sem paralelo nos últimos 50 anos.

GEADA TRAZ CATÁSTROFE PARA ECONOMIA NACIONAL

As intensas geadas que se abateram sobre o interior do Estado dizimaram, segundo os primeiros cálculos, entre 90 e 95 por cento do parque cafeeiro paranaense, comprometendo irremediavelmente a colheita de 1976 e, por consequência, levaram o desespero a centenas de produtores, numa devastação completa e sem precedentes que deverá produzir, a curto prazo, reflexos "catastróficos" na economia do país e nos seus negócios com o mercado exterior. Ontem, em Londrina, reunidos durante várias horas com agricultores, o governador Jayme Canet, o ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, o presidente do IBC, Camilo Calazans, o secretário interino da Agricultura, Joaquim Severino, e o prefeito José Richa, além de autoridades e técnicos do setor, reconheceram que a geada "apanha o Brasil no exatíssimo momento em que nossa produção é deficitária e justamente quando o mercado externo dispõe de uma oferta maior do que a procura, o que beneficia de forma generosa os países concorrentes e, por certo, acentua a crise paralisante do consumo interno". Ontem mesmo, em medida de urgência, que visou, claramente, tranquilizar os produtores do Estado, a Secretaria da Agricultura divulgou nota anunciando as primeiras providências oficiais para minimizar os prejuízos da catástrofe: "Agilizar ao máximo o processo de atendimento dos agricultores pelo PROAGRO; enviar técnicos e pesquisadores do IAPAR ao Oeste para salvar a cultura de trigo atingida pelas geadas; conjugar esforços com o IBC para atender às reivindicações da cafeicultura; e, finalmente, tomar medidas para garantir o suprimento de sementes de trigo e soja das próximas safras". Por outro lado, o governo federal também está atento e, segundo o ministro Severo Gomes, "acompanha a crise com especial atenção, mostrando-se interessado em resolver o problema dos produtores junto aos bancos e cartéis de financiamentos". Ele informou que dentro de 30 dias ficará pronto um completo levantamento técnico que apontará os desdobramentos da crise e vai indicar as primeiras providências. (6/1).

DEBONISMO COMEÇA

Fonte: Diário do Paraná (1975).